



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

SIMONE WEBERING MARTÍNEZ DE SANT'ANNA

**A EXPRESSÃO ASPECTUAL POR FALANTES RURAIS
NORDESTINOS NÃO ESCOLARIZADOS E URBANOS
ESCOLARIZADOS DE SALVADOR**

Salvador
2008

SIMONE WEBERING MARTÍNEZ DE SANT'ANNA

**A EXPRESSÃO ASPECTUAL POR FALANTES RURAIS
NORDESTINOS NÃO ESCOLARIZADOS E URBANOS
ESCOLARIZADOS DE SALVADOR**

Dissertação apresentada à banca Examinadora e ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Therezinha Barreto

Salvador
2008

Ficha catalográfica

S231 Sant'Anna, Simone Webering Martínez de.

A expressão aspectual por falantes rurais nordestinos não escolarizados e urbanos escolarizados de Salvador.

[manuscrito] / por Simone Webering Martínez de Sant'Anna. __ 2008.

169 f. ; 23 cm.

Digitado

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Therezinha Barreto

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2008.

1. Lingüística. 2. Lingüística histórica 3. Língua portuguesa - Brasil.

I. Título. II. Universidade Federal da Bahia. III.Barreto, Therezinha.

CDD: 469.5

Bibliotecário responsável: Antonia Nadja Coelho dos Santos - CRB. nº 1427.

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada, em _____ de março de 2008, pela banca examinadora constituída pelos (as) professores (as):

Profa. Dra. Therezinha Barreto (UFBA) – Orientadora

Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag (UFSE) - Examinadora

Profa. Dra. Sonia Bastos Borba Costa (UFBA) - Examinadora

DEDICATÓRIA

A Ricardo, meu marido, que mesmo tendo realizado o seu mestrado no mesmo período em que fiz o meu, teve paciência e me estimulou, vivenciando comigo os avanços e os recuos deste trabalho, eu dedico com amor.

À minha filha Carolina, que apesar dos seus impacientes protestos, suportou os transtornos de um curso de pós-graduação. A você a realização deste momento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela realização deste trabalho;

Em especial à minha orientadora, Professora Doutora Therezinha Maria Mello Barreto, não apenas pela sua incansável, paciente e sempre segura orientação, mas também por ter acreditado na minha capacidade de concretizar este trabalho, meu afetuoso reconhecimento;

À estimada Professora Doutora Rosa Virgínia Mattos e Silva, por ter me aceito como aluna-especial, despertando em mim o desejo de estudar a história da Língua Portuguesa, e por conseguinte, de realizar o Mestrado;

A meus professores da pós-graduação do Ilufba, pelas aulas ministradas, indispensáveis à minha formação acadêmica;

À querida amiga mestranda Paula Cristina Gentil D'Carlos, pelo estímulo em minha carreira profissional e universitária;

À estimada amiga doutoranda Joalêde Bandeira, pelo carinho e pela ajuda construtiva para a realização deste trabalho;

A minha mãe, por me incentivar sempre;

A meu pai (*in memoriam*), pela pessoa que me tornei;

A todas as outras pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho;

À CAPES, pela bolsa de Mestrado.

“Nunca é demais lembrar que a língua é o produto de um equilíbrio instável em que a tradição e a evolução se digladiam.” (Ataliba Castilho).

RESUMO

O presente trabalho investiga a realização da expressão aspectual por falantes analfabetos da zona rural de três localidades pertencentes à região Nordeste do Brasil: Bahia, Paraíba e Pernambuco, tendo, como ponto de partida, a análise de dezoito contos populares, seis de cada um dos estados citados, recolhidos na década de 70 e publicados na coletânea *Contos Populares Brasileiros*; apresenta uma conceituação e uma classificação do Aspecto, a partir da bibliografia consultada e estudada, e confronta a expressão aspectual na língua falada rural e urbana de Salvador, a partir da análise de um segmento do *corpus* do projeto NURC, também da década de 70, visando, assim, ressaltar normas lingüísticas específicas da linguagem rural, no que se refere à expressão da categoria em questão.

Palavras-chave: Aspecto. Expressão aspectual. Língua falada rural. Norma Urbana Culta.

ABSTRACT

The present work investigates the accomplishment of the aspectual expression by illiterate speakers of the agricultural zone of three localities pertaining to the Northeast region of Brazil: Bahia, Paraíba and Pernambuco, six of each one of the cited states, having as starting point the analysis of eighteen popular stories gathered in 1970 and published in the collectanea called *Brazilian Popular Stories*; it shows a conceptualization and a classification of the Aspect, from the consulted and studied bibliography, and collates the aspectual expression in the agricultural and urban language spoken in Salvador, from the analysis of a segment of the *corpus* of project NURC, which is also of the decade of 70, aiming to stand out specific linguistic norms of the agricultural language, as for the expression of the category in question.

Word-key: Aspect. Aspectual expression. Agricultural zone spoken language. Cultured urban norm.

LISTA DE ABREVIATURAS

IdPr = Presente do Indicativo

IdPt₁ = Pretérito Imperfeito do Indicativo

IdPt₂ = Pretérito Perfeito do Indicativo

IdPt₂C = Pretérito Perfeito Composto do Indicativo

IdPt₃ = Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo

IdPt₃C = Pretérito Mais-que-Perfeito Composto do Indicativo

IdFt₁ = Futuro do Presente

Id Ft₂ = Futuro do Pretérito

Ip = Imperativo

SbPr = Presente do Subjuntivo

SbPt = Imperfeito do Subjuntivo

SbPt₂ = Pretérito Perfeito do Subjuntivo

SbPt₃ = Pretérito mais-que-perfeito do Subjuntivo

SbFt = Futuro do Subjuntivo

Gd = Gerúndio

Pa = Particípio

If = Infinitivo

TF = Tempo de fala

TR = Tempo de referência

TS = Tempo da situação

MCI = Modelo Cognitivo Idealizado

C = contos da literatura oral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A CATEGORIA LINGÜÍSTICA DO ASPECTO	16
2.1	A NOÇÃO DE ASPECTO: ORIGEM	20
2.2	ASPECTO: CONCEITUAÇÕES GERAIS	23
2.2.1	O conceito da dêixis	43
2.2.2	Termos e traços associados ao Aspecto	46
2.2.2.1	A face lexical do Aspecto	47
2.2.2.2	A face gramatical do Aspecto	51
2.3	ASPECTO: UMA CATEGORIA SEMÂNTICA	52
2.4	A HIPÓTESE DA PRIMAZIA DO ASPECTO NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	67
2.4.1	Alguns estudos a respeito da Hipótese da Primazia do Aspecto	68
2.4.2	As previsões feitas pela Hipótese da Primazia do Aspecto	71
3	O FUNCIONALISMO	74
3.1	GRAMATICALIZAÇÃO: BREVE HISTÓRICO	76
3.1.1	Gramaticalização e tipologia lingüística	77
3.1.2	Gramaticalização e mudança histórica	78
3.1.3	Gramaticalização e sintaxe conversacional	79
3.2	PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO	80
3.3	PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO	85
4	METODOLOGIA DO TRABALHO	88
4.1	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	88
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	89

4.2.1	Projeto Conto Popular e Tradição Oral no Mundo da Língua Portuguesa	89
4.2.2	Projeto NURC/1970	91
4.3	TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i>	92
4.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
5	ANÁLISE DOS DADOS DO <i>CORPUS</i>	94
5.1	UMA PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PARA O ASPECTO	94
5.2	LEVANTAMENTO DOS DADOS E A SUA DISTRIBUIÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA	100
5.2.1	O Aspecto Imperfectivo	100
5.2.1.1	O Imperfectivo Inceptivo	101
5.2.1.1.1	Inceptivo Propriamente Dito	102
5.2.1.1.2	Inceptivo Incoativo	106
5.2.1.2	O Imperfectivo Cursivo	108
5.2.1.2.1	Cursivo Propriamente Dito	108
5.2.1.2.2	Cursivo Progressivo	117
5.2.1.2.3	Cursivo Permansivo	121
5.2.1.3	O Imperfectivo Iterativo	126
5.2.2	O Aspecto Perfectivo	133
5.2.2.1	O Perfectivo Pontual Propriamente Dito	137
5.2.2.2	O Perfectivo Pontual Resultativo	142
5.2.2.3	O Perfectivo Pontual Iterativo	144
5.3	A NÃO-DETERMINAÇÃO DO ASPECTO	145
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	159
	ANEXOS	167

1 INTRODUÇÃO

A afirmação de Costa (1986) de que muitos dos recursos expressivos utilizados pelos falantes de língua portuguesa ainda não encontraram tratamento lingüístico adequado, suscitou o desejo de estudar como os falantes da zona rural realizam a expressão aspectual, uma vez que a língua apresenta variações, tendo em vista o seu caráter espontâneo e inovador.

Somado a isso, o que também motivou a escolha do Aspecto como tema para esta pesquisa foi a constatação de que essa categoria, além de ser, praticamente, desconhecida pelos estudantes, encontra-se quase sempre marginalizada, não só pelos professores de português, como também pelos gramáticos tradicionais que, na grande maioria, não lhe fazem nenhuma referência, diferentemente do que ocorre com muitas outras categorias, como as de Gênero, Número, Voz, Tempo, Modo e Pessoa.

Segundo Corôa (2005, p.62), Lyons (1977) considera um acidente histórico o fato de o Aspecto não ser tão proeminente quanto o Tempo na gramática tradicional, já que a marcação gramatical de Aspecto é, segundo o autor, provavelmente, muito mais freqüente nas línguas humanas do que a marcação gramatical de Tempo.

Observa-se que as distinções aspectuais ocorrem, com certa freqüência, no português, principalmente na língua falada, constituindo-se um recurso expressivo do falante, para tornar o enunciado mais preciso. Recentemente, em uma propaganda de televisão sobre um determinado remédio para gripes e dores de garganta, foram observadas construções, como:

- Acho que *tô gripado!*
- Você ainda não tá gripado, *tá gripando!*

que, ao serem analisadas, demonstram que o autor da propaganda quis chamar a atenção para uma oposição: a do processo adquirido, e, portanto, completo e a do processo que ainda não ocorreu de fato, mas que está em andamento. A propaganda enfatiza pois, o Aspecto verbal conclusivo ou inconclusivo.

Diante do que foi exposto, nesta pesquisa, pretende-se analisar como falantes da zona rural realizam a expressão aspectual e confrontar essa realização com a de falantes cultos de nível universitário. Trata-se, pois, de um estudo diatópico, porque é um estudo descritivo das formas de expressão do Aspecto empregadas por falantes analfabetos de três localidades pertencentes à região Nordeste do Brasil: Bahia, Paraíba e Pernambuco, com base em um *corpus* constituído por seis contos populares de cada estado, publicados na coletânea *Contos Populares Brasileiros* (2001); e diastrático, porque apresenta também um confronto entre a modalidade rural e a modalidade urbana, com base em um *corpus* constituído por seis diálogos entre informantes e documentadores (DIDs) do Projeto NURC/Salvador, também da década de 70.

O trabalho tem por objetivos: apresentar a conceituação e classificação do Aspecto, a partir da bibliografia consultada e estudada; investigar como os falantes não escolarizados da zona rural dos estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba realizam a expressão do Aspecto; investigar como os falantes cultos da zona urbana realizam a expressão aspectual; investigar as condições discursivas que favorecem as várias realizações do Aspecto; verificar se o Aspecto é uma categoria exclusivamente verbal, ou se aparece ligada às classes de palavras tradicionalmente identificadas como substantivos, adjetivos e advérbios; classificar as ocorrências detectadas.

Justifica-se, inicialmente, por contribuir para o fornecimento de dados a respeito da realização da expressão aspectual por falantes não-alfabetizados da zona rural da Bahia, Pernambuco e Paraíba, e por estabelecer um confronto entre a realização aspectual manifestada por esses falantes e a de falantes universitários da zona urbana. Justifica-se, ainda, não só por contribuir com novos dados para o estudo do Aspecto, mas também por abordar o tema escolhido dentro de uma perspectiva teórica moderna, a do Funcionalismo, contribuindo, assim, para fornecer informações a respeito de como o falante realiza a expressão aspectual no momento da interação verbal.

Norteou o trabalho a hipótese de que, na língua falada rural, o Aspecto apresenta regras específicas para sua expressão, contrastando com a sua realização na modalidade falada culta.

Além do capítulo introdutório que ora se apresenta, este trabalho encontra-se subdividido em mais quatro capítulos fundamentais seguidos das Considerações Finais.

O segundo capítulo apresenta uma revisão da bibliografia existente sobre a categoria lingüística do Aspecto, mostrando, em linhas gerais, como o assunto é abordado pelos diversos autores. Ademais, esse capítulo acha-se subdividido em quatro seções: (i) A NOÇÃO DE ASPECTO: ORIGEM – aborda-se o modo como se deu a descoberta da noção de Aspecto; (ii) ASPECTO: CONCEITUAÇÕES GERAIS – discutem-se algumas das definições existentes acerca da categoria; (iii) ASPECTO: UMA CATEGORIA SEMÂNTICA – faz-se uma reflexão sobre a natureza da categoria lingüística do Aspecto, a qual se considera uma categoria semântica universal que pode ter os seus valores expressos através de lexemas, de morfemas flexionais ou derivacionais, e de perífrases; (iv) A HIPÓTESE DA PRIMAZIA DO ASPECTO – apresenta-se a referida hipótese, que ressalta o fato de tanto aprendizes de língua materna, como aprendizes de segunda língua adquirirem distinções aspectuais, antes de adquirirem distinções temporais.

Deve-se salientar que duas seções das quatro acima mencionadas, que fazem parte do segundo capítulo, apresentam subseções. Assim, na seção referente às conceituações gerais do Aspecto, discutem-se o conceito da dêixis e alguns termos e traços semânticos comumente associados, na literatura lingüística, aos aspectos lexical e gramatical. Por sua vez, na seção referente à Hipótese da Primazia do Aspecto, apresentam-se alguns estudos que focalizaram a aquisição de Tempo e Aspecto, seguidos de discussões sobre implicações da referida hipótese.

No terceiro capítulo, destaca-se o Funcionalismo, uma vez que o tema escolhido é abordado dentro dessa perspectiva teórica. Desse modo, apresenta-se, em linhas gerais, o foco central dessa corrente lingüística. Fazem-se, também, algumas considerações sobre a gramaticalização e seus processos e princípios.

No quarto capítulo, apresentam-se considerações sobre a constituição, caracterização e tratamento do *corpus* consultado e os procedimentos metodológicos empregados para a realização da pesquisa.

No quinto capítulo, propõe-se, inicialmente, uma conceituação e classificação para o Aspecto a partir da descrição e da análise comparativa das ocorrências detectadas. Por fim, procura-se interpretar os dados e distribuí-los na classificação proposta.

O trabalho apresenta ainda os Anexos onde são apresentadas, de forma esquemática, algumas propostas de abordagem da categoria lingüística do Aspecto para o português.

É importante ressaltar que o estudo apresentado não tem a pretensão de ser um tratamento completo do tema, uma vez que o *corpus* analisado é limitado e as amostras retiradas correspondem apenas a algumas possibilidades de realização do Aspecto, dentre várias outras. Assim, as descrições feitas, as análises e as classificações propostas não são de modo algum definitivas. Acredita-se, entretanto que tal estudo pode ressaltar normas lingüísticas específicas da linguagem rural, no que se refere à expressão do Aspecto.

2 A CATEGORIA LINGÜÍSTICA DO ASPECTO

Ao percorrer a literatura existente sobre a categoria lingüística do Aspecto, percebe-se que a mesma é uma categoria bastante controvertida. Tal fato pode ser constatado pelas fortes divergências entre os lingüistas, tanto na definição da categoria, no estabelecimento de suas classes e subclasses, como na consideração de certas formas verbais, como sendo perfectivas ou imperfectivas, e nas diversas valorações do Aspecto, como elemento estruturador do sistema verbal.

É impossível retratar aqui todos os pontos de vista sobre o Aspecto. Com efeito, a categoria em questão tem experimentado uma grande diversidade de análises e interpretações. Por tal razão, o Aspecto apresenta uma tipologia diversificada, e não são raros os casos em que um mesmo termo apresenta variações conceituais ao longo de um mesmo trabalho.

Como explica Godoy (1992, p.7), a situação contraditória dentro dos estudos aspectológicos se deve, em boa parte, à diversidade de abordagens em que concorrem os “insights” dos estudos aspectológicos tradicionais¹ e às propostas recentes, cujos autores normalmente não conseguem definir sua própria posição teórica. Dentre essas propostas, a autora cita o progresso considerável da abordagem componencial da semântica aspectual, as influências das abordagens morfossintáticas que, como salienta, muitas vezes impossibilitaram a colocação das questões da natureza universal² da categoria, além das tentativas promissoras de mostrar o Aspecto como uma função do discurso ou de investigá-lo com base no conceito da semântica de intervalo e de outros conceitos lógicos.

¹ Godoy (1992, p.15), baseada em Dahl (1981), salienta que as teorias mais influentes dentro da aspectologia são decorrentes de duas posições teóricas tradicionais: a oriental (ou eslava) e a ocidental (ou anglo-saxônica). Enquanto a primeira reflete a posição dos eslavistas e não-eslavistas que tentam aplicar os conceitos da aspectologia eslava a outras línguas, a maior parte dos adeptos da posição teórica ocidental tem como base conceitual a classificação dos verbos em termos de categorias lexicais de Aristóteles-Vendler.

² Godoy (1992) reconhece a universalidade da categoria lingüística de Aspecto, salientando que, pelo fato de as abordagens morfossintáticas se restringirem a fenômenos específicos de uma língua em particular, alguns autores chegaram a questionar a natureza universal da categoria, a ponto de afirmarem, dentre outras coisas, que as formas verbais simples do inglês careceriam de Aspecto ou que em português a categoria só apareceria, de vez em quando, em algumas formas verbais ou sentenças. Bache (1982, p.57) exemplifica esse posicionamento com a afirmação de Zandvoort (1962): *aspect is a conception which does not exist in English Grammar*, a qual questiona a validade do Aspecto enquanto categoria universal.

Barroso (1994, p. 19) afirma que, em relação às demais línguas, os estudos do Aspecto constituem uma lacuna no seio da lingüística portuguesa, ou seja, segundo o autor, não há um estudo de conjunto³ sobre a matéria na língua portuguesa. Por sua vez, Morilas (1999, p. 565) destaca a escassez de trabalhos sobre o Aspecto, em português, o que dificultou, em parte, a sua pesquisa.

Ademais, a categoria não parece ser muito cortejada, no Brasil, pelos professores de português, que raramente abordam o assunto nas suas aulas. Tanto a nível universitário, como escolar, é muito comum encontrar alunos que desconhecem a categoria em questão. Como ressalta Costa (2002, p. 8), no Brasil, uma pessoa pode ir até o fim de sua formação escolar, inclusive universitária, sem nunca ter ouvido qualquer referência a respeito do Aspecto.

A gramática tradicional, em sua grande maioria, tem sido indiferente à categoria do Aspecto, limitando-se a referências isoladas, fruto das diversas reflexões dos autores acerca do sistema verbal português, particularmente sobre a expressão da categoria gramatical de Tempo e de determinados valores expressos pelos verbos auxiliares, quando ligados a uma das três formas nominais do verbo: *infinitivo*, *gerúndio* ou *particípio*.

Bechara, por exemplo, em sua *Moderna gramática portuguesa* (1987), refere-se à categoria de Aspecto, quando aborda os verbos auxiliares, afirmando que o verbo auxiliar combinado com o infinitivo ou com o gerúndio determina aspectos do momento da ação verbal. Como pode ser observado, o autor faz uma referência indireta ao Aspecto, apresentando-o de forma pouco esclarecedora. No entanto, na edição revista e ampliada de sua *Moderna gramática portuguesa* (2005), o autor dá uma atenção especial ao Aspecto, asseverando que a categoria, no português e nas demais línguas românicas, geralmente se refere à maneira de considerar a ação verbal no tempo. Ademais, Bechara (1987) leva em consideração a proposta de Coseriu para a interpretação do verbo românico em relação às categorias de Tempo e de Aspecto, com fundamento no sistema das subcategorias verbais (o nível temporal, a perspectiva primária e secundária, a visão, a fase e o resultado).

³ Barroso, entretanto, faz uma ressalva em relação ao trabalho de Castilho intitulado *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa* (1967). Além deste, o autor também destaca mais dois que abordam o Aspecto no português, aos quais não teve acesso: *Contribuição para o estudo da categoria verbal aspecto em português*, de Maria Bernardete Paiva (1985) e *O Aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*, de Luiz Carlos Travaglia (1981).

Assim como Bechara (2005), Cunha e Cintra (1985, p. 370) também dedicam um capítulo à categoria de Aspecto, tratando-a como uma das flexões do verbo. Para Cunha e Cintra, o Aspecto é uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo. Dessa forma, como salientam, o locutor pode considerar a ação concluída, ou seja, observada no seu término, em seu resultado, ou pode considerá-la como não concluída, isto é, observada na sua duração, na sua repetição, etc. Em português, esta distinção pode ser verificada entre as formas verbais classificadas como perfeitas ou mais-que-perfeitas, de um lado, e as imperfeitas de outro.

Cunha e Cintra (1985) ressaltam ainda que alguns estudiosos costumam ampliar o conceito de Aspecto, nele incluindo valores semânticos pertinentes ao verbo ou ao contexto, afirmando que nas frases *João começou a comer; João continua a comer; João acabou de comer*, não há uma oposição gramatical de Aspecto, uma vez que é o próprio significado dos auxiliares que transmitem ao contexto os sentidos incoativo, permansivo e conclusivo, respectivamente.

Alguns gramáticos descritivos também abordam parcamente o Aspecto, ora considerando-o como uma categoria meramente verbal, ora salientando os valores aspectuais que podem ser transmitidos por determinados semantemas ou por outras classes gramaticais; e ressaltando o fato de o Aspecto poder ser expresso através de perífrases que indicam nuances detectadas no tempo verbal.

Neves (2000, p.61), por exemplo, apesar de não definir a categoria de Aspecto, cita o fato de os verbos aspectuais formarem perífrases ou locuções que podem indicar o início do evento (*aspecto inceptivo*), o desenvolvimento do evento (*aspecto cursivo*), o término ou a cessação do evento (*aspecto terminativo ou cessativo*), o resultado do evento (*aspecto resultativo*), a repetição do evento (*aspecto iterativo ou freqüentativo*), além das noções de consecução, intensificação e aquisição de estado. É interessante observar que a autora em questão restringe a sua abordagem sobre o Aspecto às formas perifrásticas, não fazendo referência ao Aspecto expresso pelas formas simples dos verbos.

Por outro lado, Mateus *et al.* (2003) dedicam uma parte de sua *Gramática da Língua Portuguesa* à categoria de Aspecto, na qual Oliveira (2003) destaca o fato de não existir, em geral, nas gramáticas do português, um estudo adequado da categoria. Segundo a mencionada

autora, o que há, quase exclusivamente, é uma subalternização do Aspecto à categoria de Tempo, o que é incompreensível, visto que, no português, encontra-se lexicalizada a oposição aspectual *ser/estar*.

Embora relegado a um segundo plano por parte dos professores de português, tem havido, no momento, no âmbito das pesquisas acadêmicas, um crescente interesse em relação aos estudos aspectológicos. Uma evidência disto é a pesquisa que vem sendo desenvolvida junto à UFRGS, pelo Prof. Dr. Valdir Nascimento Flores, intitulada *A relevância da noção de dêixis para a interpretação semântica do aspecto verbal: um estudo enunciativo da categoria*, em que se contrapõe a base teórica que sustenta a interpretação não-dêitica do Aspecto à perspectiva benvenistiana que afirma o caráter dêítico dessa categoria.

Poder-se-iam citar também aqui alguns trabalhos relativamente recentes, como artigos, monografias e dissertações que, na sua maior parte, concentram a análise no verbo. Não é à toa que, boa parte dos lingüistas, ao fazerem referência à categoria, sempre utilizam o qualificativo “verbal”. Mas será que o Aspecto é uma categoria exclusivamente verbal? Essa questão será devidamente tratada na seção *Aspecto: uma categoria semântica*, em que se discute acerca da natureza do Aspecto.

Assim, por todas as razões acima levantadas, torna-se difícil considerar algo sobre a categoria, como definitivo, já que a mesma ainda se encontra em fase de estudo. Este capítulo, pois, pretende apresentar uma revisão da literatura sobre o assunto, a partir dos estudos mais relevantes. Desse modo, aborda-se, inicialmente, o modo como se deu a descoberta da noção de Aspecto e, em seguida, discutem-se algumas das definições existentes acerca do Aspecto, com o intuito, não só de refletir sobre a categoria em questão, como também de argumentar a favor do ponto de vista que será defendido nesta dissertação. Logo após, examina-se o conceito da dêixis e, por fim, apresentam-se alguns termos e traços semânticos comumente associados, na literatura lingüística, aos aspectos lexical e gramatical, a fim de clarificar as noções básicas existentes acerca do tema investigado.

2.1 A NOÇÃO DE ASPECTO: ORIGEM

As línguas eslavas sempre tiveram uma posição de destaque nas discussões sobre o Aspecto, o que, conforme já foi salientado, propiciou uma linha de estudos denominada por Dahl (1981, p.79) de “oriental”. No entanto, o reconhecimento da noção aspectual não se deu no grupo das línguas eslavas, e sim, no grego.

Como explica Castilho (1967, p. 20), na Grécia antiga, os estóicos, ao analisarem os tempos verbais, davam-lhe denominações que ressaltavam certos valores não temporais. Assim, reuniram os tempos dos verbos gregos em dois grandes grupos, o dos determinados e o dos indeterminados ou *aóristoi* (aoristo e futuro). Os do primeiro grupo foram subdivididos em duas classes distintas: a) o presente e o imperfeito, e b) o perfeito. Enquanto o presente e o imperfeito se referiam à duração de um evento em diferentes perspectivas temporais, o perfeito designava uma ação cumprida, acabada. Foram essas as noções aspectuais de duração e acabamento descritas pelos gregos.

Assim como os estóicos, Varrão, no século I a.C., também reconheceu a existência do Aspecto, sem contudo se servir do termo. Castilho (1967, p. 20) pontua que Varrão, em sua gramática *De lingua Latina*, parece ter sido o primeiro a considerar o Aspecto, quando se refere a *tempora infecta* e *tempora perfecta*. De acordo com Soares (1984, p. 14), os tempos do *infectum* expressavam ações não acabadas, no seu decurso, enquanto que os do *perfectum*, expressavam ações terminadas. Além disso, a autora salienta que Varrão identificou o perfeito do grego com o *perfectum* latino, o que não é inteiramente exato, visto que o *perfectum* acumulava as funções do perfeito e do aoristo gregos.

Algum tempo depois, com a lingüística histórico-comparativa, os indo-europeístas (re)descobriram a noção aspectual através da comparação de algumas línguas, constatando que, dentre as línguas indo-européias, foram as eslavas que conservaram, de forma mais evidente, essa noção. Segundo Castilho (1967, p. 21), todos os verbos eslavos, teoricamente, podem ser imperfectivos e perfectivos, segundo indiquem, respectivamente, uma ação não concluída, ou seja, não considerada no seu término ou uma ação concluída em que se considera o seu término. Como resultado disso, o pretérito dos verbos imperfectivos corresponde ao imperfeito da língua portuguesa, e o pretérito dos perfectivos ao pretérito simples ou mais-que-perfeito, equivalendo o presente eslavo ao futuro da língua portuguesa.

Castilho (1967) também ressalta que coube ao indo-europeísta Georg Curtius, em 1846, em sua obra *A Formação dos Tempos e dos Modos em Grego e em Latim*, a constatação de que havia, no verbo grego, algo além da noção temporal. Assim, num impulso comparatista, Curtius foi buscar, no verbo grego, aquela noção aspectual de duração e completamento, constatada no eslavo e ali denominada *vid*. Segundo Dietrich (1983, p. 181), a palavra *Aspect* (Aspecto) aparece pela primeira vez como tradução de *vid* na gramática russa de Grec, em 1827.

Dietrich (1983, p. 182) salienta que Georg Curtius (1846), em seu estudo, descobriu que era possível distinguir no verbo grego os “graus do tempo” (*Zeitstufe*), ou seja, o presente, o passado e o futuro, e a “qualidade do tempo” (*Zeitart*) que admitia três possibilidades: a) ação durativa, indicada pelas formas do tema do presente; b) ação incipiente, expressa pelas formas do tema do aoristo⁴, e c) ação completa, representada pelas formas do tema do perfeito.

Deve-se salientar que, para Curtius, o Aspecto era uma categoria com fundamentação morfológica, entretanto os autores que o seguiram entenderam-na como categoria semântica, sem morfologia correspondente. Ademais, o autor não desvinculou o Aspecto do Tempo, pois *Zeitart*, como foi visto acima, significa “qualidade do tempo”.

As idéias de Curtius despertaram a atenção dos estudiosos para a categoria do Aspecto, que começou a ser pesquisada em várias línguas. Meillet (1921, *apud* CASTILHO, 1967, p. 24), por exemplo, inspirado em Varrão, dispôs os tempos verbais latinos em duas séries, formando uma oposição entre ação inacabada/ ação acabada. Esse ponto de vista foi bastante criticado, mas, segundo Castilho (1967), as restrições feitas foram, com certeza, devido à inexistência de um consenso sobre o que, realmente, deveria ser a categoria do Aspecto.

Posteriormente, com o avanço dos estudos lingüísticos, comprovou-se que o verbo indo-europeu possuía temas verbais independentes uns dos outros, regulando o seu emprego pelo Aspecto e não pelo Tempo. Os temas verbais mais importantes do verbo indo-europeu eram o do *aoristo*, que expressava o processo considerado em si mesmo, o do *presente*, que indicava

⁴ Tempo da conjugação grega que indica haver a ação ocorrida em época passada, sem determinar, porém, se está inteiramente realizada no instante em que se fala.

o processo em seu desenvolvimento, e o do *perfeito*, que representava o estado conseqüente a um processo cumprido.

Enfim, constatou-se que, enquanto o grego havia conservado a distinção entre os três temas herdados do indo-europeu, o latim organizou o seu sistema à volta de dois temas de natureza aspectual: o do *infectum* e o do *perfectum*; o *infectum* correspondendo ao presente do grego, e o *perfectum*, ao perfeito e ao aoristo.

Segundo Câmara Jr. (1969, p. 145), foram as formas eslavas imperfectivas e perfectivas que chamaram a atenção da lingüística do século XIX para a existência da duração do processo como categoria verbal, distinta da categoria de Tempo. O autor defende a precedência do Aspecto em relação ao Tempo e afirma que foi nas línguas ocidentais modernas que se fez do Tempo o cerne do paradigma verbal e se deu ao Aspecto uma apresentação subsidiária e gramaticalmente exígua. Entretanto, subsiste ainda hoje, em outras línguas, as noções aspectuais como espinha dorsal da conjugação verbal.

Câmara Jr. (1969, p.142) destaca ainda que Meillet (1921) e Brugmann (1905), na gramática comparativa indo-européia, procuraram depreender o sistema verbal indo-europeu primitivo na base de uma distinção de Aspectos. Essa busca permitiu que Brugmann esquematizasse os diversos tipos de Aspecto possíveis de existir numa conjugação verbal: 1) o pontual ou momentâneo, que assinala um processo realizado de maneira súbita e instantânea; 2) o durativo, que frisa a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (progressivo), ou desenrolar-se simplesmente (cursivo), ou repetir-se por uma série de processos pontuais (frequentativo ou iterativo); 3) permansivo, em que o processo é apresentado como persistente em seus efeitos, à maneira de uma coisa adquirida; 4) inceptivo, quando apenas marca o princípio de um processo; 5) cessativo ou conclusivo, quando marca o fim; 6) resultativo, que registra o resultado de um processo realizado.

Castilho (1967, p. 27) assevera que, em português, alguns autores como Ernesto Carneiro Ribeiro e Said Ali, apesar de não terem utilizado o termo *Aspecto*, demonstraram ter conhecimento dessa categoria. O primeiro, ao escrever que os verbos *estar*, *andar*, *ir*, *vir* como auxiliares, indicavam a existência continuada, sendo que o auxiliar *estar* podia ser chamado de continuativo frequentativo; e *ir* e *vir*, de continuativos progressivos. O segundo, ao definir o presente momentâneo e ao exemplificar o imperfeito durativo e frequentativo.

Segundo Castilho (1963, p. 158), Maclellan (1962), na tentativa de clarificar o emaranhado das noções aspectuais, resume a questão em três fases distintas: (i) o ponto de vista histórico (Curtius e o aspecto verbal grego); (ii) o funcional, derivado da influência saussuriana e que consistiu em se encarar o problema do ângulo das oposições, e (iii) o ponto de vista das significações ou das noções semânticas (Aktionsarten), que se afastam do plano estrutural da língua. Essa última concepção, conforme frisa Castilho, gerou uma contradição com os pressupostos do saussurianismo.

Quando se falou pela primeira vez na categoria aspectual foi para considerá-la uma qualidade do tempo. Com o avanço dos estudos na área, observou-se que o Aspecto, embora relacionado com o Tempo em diversos pontos, dele se afasta no que diz respeito à atualização espacial, qualitativa do processo verbal, enquanto o Tempo caracteriza-se pela sua vinculação com um dado momento.

A partir do momento em que os estudos do Aspecto começaram a ter curso em outros campos, deixando de lado o quadro do eslavo, observou-se que ora se estava diante de realidades léxicas, quando o semantema era o recipiente da noção aspectual, ora se defrontavam realidades morfológicas ou sintáticas (flexões e perífrases). Na ânsia de caracterizar essas duas vertentes da noção aspectual, começou-se a tentar distinguir Aspecto de Modo de Ação, o que será discutido nesta dissertação, conforme salientado, na seção *Aspecto: uma categoria semântica*.

2.2 ASPECTO: CONCEITUAÇÕES GERAIS

Existem inúmeras conceituações para o Aspecto, as quais refletem as perspectivas teóricas de cada autor. Apesar desse emaranhado de definições, pode-se observar, na bibliografia referente ao tema, algumas características mais ou menos consensuais atribuídas à categoria, tais como: (i) a não-referência à localização no tempo; (ii) a expressão da duração ou desenvolvimento do processo, de sua estrutura temporal interna; (iii) a maneira de ser da ação; (iv) o modo de conceber o desenvolvimento do processo em si, ou seja, a explicitação dos graus de desenvolvimento, de realização do processo.

Além dessas características definidoras acima citadas, vale ressaltar ainda que muitos autores vinculam a categoria a situações, processos e estados, enquanto outros se preocupam apenas em delimitar a noção de Aspecto e de descrevê-la em função de oposições formais (morfológicas) e léxico-sintáticas. Também há aqueles que definem o Aspecto com base em conceitos lógicos, enquanto outros não apresentam definição alguma, limitando-se a listar alguns valores aspectuais.

Não obstante as diferentes concepções e teorias sobre o Aspecto, é comum defini-lo em oposição à categoria de Tempo, tomando por referência a dêixis. Normalmente, os autores que ressaltam essa oposição baseiam-se no seguinte fato: enquanto a categoria de Tempo é uma categoria dêitica que localiza o evento verbal num tempo externo, estabelecendo uma relação temporal entre o fato predicado e o momento da enunciação, o Aspecto, por sua vez, diz respeito à perspectivação temporal do interior de um dado evento, sem fazer referência ao momento da fala.

Esse contraste entre as categorias de Tempo e de Aspecto é explicado por Comrie (1976, p. 5):

[...] although both aspect and tense are concerned with time, they are concerned with time in very different ways. As noted above, tense is a deictic category, i.e. locates situations in time, usually with reference to the present moment, though also with reference to other situations. Aspect is not concerned with relating the time of the situation to any other time-point, but rather with the internal temporal constituency of the one situation.⁵

Sob esse ângulo, as categorias de Tempo e de Aspecto expressam noções que se referem a eventos temporais, mas sob diferentes perspectivas. Assim, a categoria de Tempo localiza um evento em relação a um centro dêitico (*tempo absoluto*) ou a outro ponto de referência (*tempo relativo*), enquanto o Aspecto diz respeito ao modo como o evento é temporalmente distribuído dentro de uma fração de tempo necessária à sua ocorrência, independente de

⁵ “(...) embora aspecto e tempo digam respeito ao tempo, eles se ocupam com o tempo de modos muito diferentes. Como foi dito acima, o tempo é uma categoria dêitica, i.e., localiza situações no tempo, normalmente com referência ao momento presente, embora também possa ter outros pontos de referência. O Aspecto não relaciona o tempo da situação à qualquer outro ponto referencial, mas refere-se à constituição temporal interna de uma situação”.

quando o mesmo se realiza. Dessa forma, o Aspecto é uma categoria temporal não-dêitica, pois ocupa-se do tempo como uma propriedade intrínseca ao próprio evento.

Essa particularidade da categoria em questão é devidamente ressaltada na definição de Aspecto formulada por Comrie (1976, p. 3), a qual, como bem salienta Godoy (1992, p.62), tem sido a mais aceita por lingüistas brasileiros e anglo-saxões: “aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation.”⁶

É interessante observar que, com esta definição de Aspecto, o referido autor parece ressaltar a participação do falante na seleção de possibilidades de expressão aspectual, visto que o ponto de vista do falante incide sobre a situação expressa, a qual, como salienta, poderá ser vista de forma global, sem distinção das várias fases que a compõem (*perfectivo*) ou de forma parcial, dando atenção essencial à sua estrutura temporal interna (*imperfectivo*).

No presente momento, não convém discutir a concepção de Comrie (1976) acerca da *perfectividade e imperfectividade*. O que se pretende, por enquanto, é chamar atenção para o caráter subjetivo presente na definição do autor, pois ao afirmar que “aspectos são os diferentes modos de observar a constituição temporal interna da situação”, o autor aponta para a natureza subjetiva da categoria em questão, a qual apresenta um caráter de opcionalidade, visto que depende do ponto de vista do falante. Esse entendimento da categoria também se apresenta em Smith (1997, p.6):

Aspectual choice allows the speaker to talk about situations in more than one way. This latitude gives the domain an important subjective component (...) Speakers choose aspectual meanings in order to present situations from a certain point of view, focus, or emphasis. The choices are not unconstrained. Aspectual choice is limited by conventional categorization, pragmatics, and the constraint of truth. Nevertheless there is a very clear sense in which the aspectual meaning of a sentence reflects the decision of a speaker to present material in a certain way. Grammarians of all traditions have recognized aspect as a domain in which subjective factors are of paramount importance⁷.

⁶ “Aspectos são diferentes modos de observar a constituição temporal interna de uma situação”.

⁷ “A escolha aspectual permite ao falante discorrer de vários modos sobre inúmeras situações. Esta propriedade ressalta, no domínio da categoria, um importante componente subjetivo (...) Os falantes escolhem os significados aspectuais, para apresentar situações sob um certo ponto de vista, foco, ou ênfase. As escolhas não são ilimitadas. A escolha aspectual está limitada pela categorização convencional, pela pragmática, e pela delimitação da verdade. Não obstante, há consenso de que o significado aspectual de uma oração reflete a decisão de falante em apresentar a situação de um certo modo. Gramáticos de todas as tradições reconheceram o aspecto como um domínio no qual fatores subjetivos são de relevante importância.”

Como pode ser observado, a autora destaca a natureza subjetiva do Aspecto, reconhecendo que, embora essas escolhas não sejam ilimitadas, os falantes têm, diante de si, um leque de possibilidades para a expressão aspectual. Provavelmente, essa visão do Aspecto, como uma escolha, está relacionada com a ênfase que se pretende dar a um determinado valor aspectual em detrimento de outro. Para Smith, pois, a comunicação lingüística está centrada no falante e, por tal razão, nas línguas, o momento da fala é o centro de orientação básica para a localização temporal.

De acordo com Smith (1997, p. 97), a categoria de Aspecto expressa noções temporais, entretanto essas noções não contêm um elemento dêitico, uma vez que expressam a estrutura temporal interna dos eventos denotados pelo verbo: “Temporal location and aspect are complementary temporal systems. The former locates a situation in time, while the latter specifies the internal temporal structure of the situation”.⁸

Diante dessa assertiva, não resta dúvida de que, para a autora, as categorias de Aspecto e Tempo, apesar de serem categorias temporais, diferenciam-se pelo traço dêitico. Em relação à localização temporal das situações, Smith (1997, p.101), com base na teoria de Hans Reichenbach (1947), afirma a necessidade de relacionar cronologicamente três tempos: (i) o *tempo da fala* (TF), momento em que se faz a enunciação sobre a situação (é o tempo da enunciação); (ii) o *tempo da situação*⁹ (TS), momento em que a ação ou processo expressa no enunciado se realiza (é o tempo da predicação); e (iii) o *tempo de referência* (TR), momento que medeia relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade entre o *tempo da fala* e o *tempo da situação*.

Corôa (1985, p.35) também pautou-se na teoria proposta por Reichenbach (1947), interpretando o tempo como a quantificação lógica de três construtos teóricos (o *momento da fala*, *momento do evento*, *momento de referência*) ligados ao evento como um todo. Para essa autora, Tempo e Aspecto são duas categorias distintas, mas solidárias, ambas apoiadas na noção de tempo: enquanto a primeira categoria associa o evento, como um todo, ao momento

⁸ “Localização temporal e aspecto são sistemas temporais complementares. O primeiro localiza uma situação no tempo, enquanto o último especifica a estrutura temporal interna da situação.”

⁹ Os autores brasileiros e portugueses consultados, que citaram a teoria de Hans Reichenbach (1947), traduziram o termo *situation time* ou como *tempo do evento* (TE) ou *momento do evento* (ME). Como será visto na seção posterior, Smith distingue dois tipos de situações: os estados e os eventos. Por tal razão, optou-se pela tradução literal do termo.

em que é enunciado e a um momento de referência, a última leva em consideração o tempo inerente ao evento, ou seja, o tempo necessário ao seu desenvolvimento, sem implicações com a enunciação.

Baseada em Goldsmith e Woisetschlaeger (1982), que propuseram para a interpretação do Aspecto, a noção de *subevento*, ou seja, qualquer dos estados intermediários de um evento, inclusive o inicial e o final, Corôa (1985, p. 73) define o Aspecto como a quantificação dos subeventos de um evento.

Além de Smith (1997) e Corôa (1985), outros autores também se basearam na abordagem de natureza lógica, aplicando à conceituação do Aspecto noções temporais como as de *intervalo*, *fase* e *frequência*. Dentre esses, vale destacar Godoy (1992) e Oliveira (2003).

Godoy (1992, p. 172) aborda o Aspecto com base nos “pontos temporais” propostos por Reichenbach (1947), nas classes aspectuais de Vendler (1967), na noção de intervalo de tempo e na propriedade dos pontos extremos (*endpoints*) proposta por Hatav¹⁰ (1989). No entanto, a autora faz certas alterações no sistema reichenbachiano e na classificação vendleriana, pois, como afirma, essas modificações são necessárias para dar conta do Aspecto tanto em português como nas demais línguas.

Segundo Godoy (1992, p. 20), ao analisar os verbos do inglês, Vendler (1967) propôs quatro classes aspectuais: *atividades*, *accomplishments* (processos culminados), *achievements* (culminações) e *estados*, que teriam comportamentos diferentes. Como critério de classificação, foram observadas restrições de coocorrência com os advérbios de tempo e os tempos verbais, bem como as implicações temporais (acarretamentos lógicos).

A partir dos resultados obtidos, Godoy (1992, p. 24) afirma que Vendler agrupou de um lado, os *estados* e os *achievements*, os quais teriam restrições de ocorrência no progressivo e, por outro, os *accomplishments* e as *atividades*, que poderiam ocorrer em estruturas progressivas.

¹⁰ Como explicita Godoy (1992), Hatav define formalmente a noção intuitiva de pontos finais (*endpoints*), mostrando que uma sentença que não possui os pontos finais naturais pode adquiri-los.

No entanto, os *estados* e as *atividades* compartilham entre si a propriedade de poderem coocorrer com adverbiais durativos, enquanto os *accomplishments* e os *achievements* são compatíveis com adverbiais de realização ou completude. Tem-se, assim, mais uma distinção: as situações que se caracterizam por, uma vez iniciadas, poderem continuar indefinidamente, e as situações que denotam um movimento para um ponto final.

Ademais, Godoy (1992, p. 23) afirma que, para Vendler, os *estados* (ex.: *amar*) não podem ser qualificados como “ações”, como também não envolvem dinamismo nem mudança, enquanto as *atividades* (ex.: *correr*) descrevem uma situação que envolve algum tipo de atividade física ou mental, caracterizando-se por serem dinâmicas e durativas. Por outro lado, os *achievements* (ex.: *morrer*) descrevem situações pontuais e instantâneas, que captam ou o começo ou o clímax da situação, ao invés da situação inteira, enquanto que *accomplishments* (ex.: *fazer uma cadeira*) descrevem situações que têm duração intrinsecamente, com estágios sucessivos.

Ainda de acordo com Godoy, o critério vendleriano nem sempre funciona para o inglês, pois nessa língua, existem verbos classificados como *estados* e *achievements* que podem tomar a forma progressiva. Na verdade, segundo a autora, esse critério não se sustenta para muitas línguas que possuem o progressivo, como é o caso do português, em que podem ser encontrados verbos “consagradamente” estativos no progressivo, como, por exemplo *ser* e *pensar*.

Assim, para a supracitada autora, a tentativa de formular uma classificação rigorosa dos verbos leva a inúmeras ambigüidades. Essas ambigüidades provêm do fato de Vendler ter considerado apenas os verbos isolados, no infinitivo, ou os sintagmas verbais. Por tal razão, baseada em Reinhart (1984), propõe que as classes aspectuais sejam definidas não em termos do cálculo do intervalo de *tempo do evento* (TE), mas em função do seu *tempo de referência* (TR), que é visto como uma unidade de tempo que contém um evento.

Sob esse prisma, à luz da teoria de Reichenbach, existe outro tipo de relação entre o *tempo de evento* e o *tempo de referência*, que não é o de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade, mas o de “inclusão”. Dessa forma, os pontos temporais reichenbachianos são entendidos como intervalos e não momentos.

Godoy (1992, p. 174) chama a atenção para o fato de que, em alguns estudos semânticos, como por exemplo, o de Hinrichs (1982) e o de Reinhart (1984), as classes aspectuais podem servir de critério para determinar a linha temporal no discurso, ou seja, para determinar se a sentença pode ou não aparecer na linha de tempo.

Como salienta, para Reinhart (1984), apenas as classes aspectuais *heterogêneas* (ou *não-distributivas*), ou seja, os *accomplishments* e os *achievements* (os eventos) podem aparecer na linha do tempo, enquanto as homogêneas (ou distributivas), isto é, os *estados* e as *atividades* descrevem como as coisas são no tempo em que acontecem os eventos.

Sob essa perspectiva, num verbo-atividade, por exemplo, encontrar-se-ia o mesmo tipo de ação em qualquer parte do intervalo, o que não ocorreria num verbo-*accomplishment*. Assim, uma sentença como “José desenhava um círculo”, definida como um *accomplishment*, não implica necessariamente que José tenha terminado de desenhar o círculo. Na verdade, o critério da homogeneidade/heterogeneidade para o estabelecimento das classes verbais remete a um problema conhecido na literatura como o “paradoxo do imperfectivo”, o qual será explicitado na subseção *Termos e traços associados ao Aspecto*.

De acordo com a autora acima citada (1992, p. 164), o conceito de classes aspectuais só pode ser aplicável às situações, e como toda situação ocorre no tempo, este pode ser representado por um eixo temporal, no qual há intervalos em que a situação acontece. Esta pode ter os pontos extremos, ou ter somente o ponto inicial ou final, determinado por algum elemento da frase ou pela própria situação.

Dessa forma, a mesma autora propõe que uma situação poderá ser representada por uma atividade, um estado, uma culminância ou uma instantaneidade, as quais são classes aspectuais determinadas pelos intervalos que se apresentam, na situação, de forma homogênea ou heterogênea.

Com base nos argumentos acima explicitados, a autora define o Aspecto como a categoria que trata das relações de inclusão entre o *tempo de referência* e o *tempo de evento*. Com isto, enquanto o aspecto perfectivo terá o *tempo de evento* incluído no *tempo de referência*, apresentando pontos extremos fechados, o aspecto imperfectivo, por sua vez, terá

o *tempo de referência* incluído no *tempo de evento*, tendo os pontos extremos abertos ou marcados no início ou final da situação.

Para Oliveira (2003, p. 128), o Aspecto é:

A categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural, (i) por selecção de um predicador a uma dada classe; (ii) por quantificação do intervalo de tempo em que o estado de coisas descrito está localizado, e/ou (iii) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes.

Com essa definição, pode-se perceber que a autora recorre às noções de classes aspectuais e de intervalos temporais, deixando entrever algumas características do Aspecto, tais como a expressão do tempo interno, que aponta para o traço não-dêitico, a expressão da duração ou desenvolvimento do processo, com indicação dos seus limites, inicial e final, e a explicitação dos seus graus de desenvolvimento.

Todos os autores citados que estudaram o Aspecto a partir de uma formalização lógica expressam o entendimento de que esta categoria não é dêitica. De acordo com Coseriu (1980, p. 15), a caracterização do Aspecto como categoria não-dêitica pode ser considerada como um ponto adquirido:

Toutes les notions “réduites” d’aspect se rapportent à la façon de considérer ou de présenter l’action verbale (ou mieux: l’événement designé par le verb), et l’on peut bien considérer cela comme un point acquis, en définissant l’aspect comme la catégorie concernant l’actions verbales en tant que telle (c’est-à-dire, par exemple, indépendamment des actants ou de sa collocation dans le temps, par rapport au moment de la parole).¹¹

Vale destacar ainda que o autor considera o Aspecto uma categoria complexa (pluridimensional) cujos valores não devem ser reduzidos a apenas uma dimensão. Assim,

¹¹ “Todas as noções “reduzidas” de aspecto se referem à maneira de considerar ou de apresentar a ação verbal (ou melhor: ao acontecimento designado pelo verbo) e pode-se muito bem considerar isto como um ponto adquirido, definindo o aspecto como a categoria que se refere às ações verbais em si (isto é, independentemente das actantes ou da sua posição no tempo, com referência ao momento da fala).”

propõe uma distinção entre o que designa de ‘dimensões temporais’ e ‘dimensões aspectuais’. Nesta última, enumera uma lista dos aspectos mais freqüentes nas línguas românicas, tais como: duração, número verbal ou iteração, determinação ou orientação, acabamento, resultado, visão, fase ou grau e colocação ou incidência. Essa lista, no entanto, é deixada em aberto, já que, como afirma, “*les dimensions possibles de l’aspect sont théoriquement assez nombreuses*”¹².

Lyons (1979, p. 331), com base nas palavras de Hockett (1960), assevera que o Aspecto diz respeito ao “contorno ou distribuição temporal” de uma ação, acontecimento ou estado de coisas, e não à sua “localização no tempo”. Como se verifica, o autor distingue a categoria de Aspecto da de Tempo pelo fato de não ser uma categoria dêitica e de não fazer referência ao momento da enunciação.

Por sua vez, Barroso (1994, p. 77) afirma que “o aspecto distingue-se do tempo, porque é uma categoria essencialmente objectiva que ‘implica’ o tempo, ao contrário do segundo, categoria subjectiva, que o ‘explica’ (...), e também porque, ontogeneticamente falando, as crianças, cujas línguas se estruturam em torno das duas categorias, dominam primeiro e muito mais facilmente o **aspecto** e, só depois, o **tempo**”. Apoiando-se nesses argumentos, o autor define o Aspecto como uma categoria verbal que tem a ver com o desenvolvimento interno do processo, independentemente de sua localização temporal.

Ao diferenciar Tempo e Aspecto baseado nas noções de tempo explicado e implicado, o autor evidencia a sua inspiração na teoria psicomecânica criada por G. Guillaume (1969), a qual concebe Tempo e Aspecto como as duas faces da mesma realidade: o verbo. Essa teoria, segundo Barroso (1994, p. 44), teve grande influência entre vários aspectólogos, como, por exemplo, Robert Martin (1971) que, em seu artigo *Temps et Aspect*, estabelece uma distinção clara entre o tempo implicado (Aspecto) – tempo que o verbo traz consigo, que lhe é inerente – e o tempo explicado (Tempo), o que situa o processo no tempo, independente da sua duração, determinando-o em relação a um ponto de referência (passado/presente/futuro).

Outro ponto a ser destacado na definição de Barroso é a caracterização do Aspecto como categoria objetiva. Muitos autores, em sua maioria, afirmaram que o Aspecto é uma

¹² “As dimensões possíveis do aspecto são teoricamente bastante numerosas”

noção mais objetiva e concreta que o Tempo, enquanto outros, como Comrie (1976) e Smith (1997), por exemplo, ressaltaram o valor subjetivo do Aspecto. Eis aí, mais uma controvérsia, entre tantas que giram em torno do tema investigado.

Alguns posicionamentos teóricos de Carvalho (1984, p.145) também remetem à teoria psicomecânica de Guillaume, quando o autor, por exemplo, aborda Tempo e Aspecto como duas categorias verbais intimamente associadas, postura também ressaltada por Corôa (1985). Como explica Carvalho (1984, p. 216):

a catégorie de l'aspect, quoique intimement liée à celle du temps, en diffère essentiellement par le fait qu' elle abstrait de la localisation temporelle du processus, eu concernant le mode comme le même est conçu quant à son développement interne ¹³

Mais uma vez, tem-se a distinção do Aspecto em relação à categoria de Tempo com base na dêixis. Nesse confronto, Carvalho (1984) conclui que as duas categorias, Tempo e Aspecto, referem-se, respectivamente, à ordenação (localização ordenada) do processo e à sua duração e desenvolvimento interno.

Além disso, o autor observa que o Tempo é mais fácil de estudar e definir, enquanto o Aspecto é uma das categorias mais difíceis de toda a gramática, seja no que diz respeito à sua natureza, aos distintos valores que abrange, seja na estruturação dos valores referidos e nas suas relações com os valores temporais nos sistemas lingüísticos particulares.

Como explica Costa (2002, p. 19), nem todas as expressões lingüísticas que se referem ao tempo são dêiticas. Essa compreensão é fundamental para distinguir a categoria de Aspecto da de Tempo, já que as fronteiras entre ambas são freqüentemente mal delineadas. Assim,

¹³ “A categoria do aspecto, embora intimamente ligada à de tempo, diferencia-se, essencialmente, pelo fato de não fazer referência à localização temporal do processo, mas ao desenvolvimento interno do processo.”

apesar de ambas serem categorias temporais, distinguem-se, do ponto de vista semântico, a partir de duas concepções: o *tempo externo* (o Tempo) e o *tempo interno* (o Aspecto).

Enquanto o Tempo é uma categoria dêitica, pois marca, na língua, a posição que os fatos ocupam no tempo físico, o Aspecto, por sua vez, é uma categoria não-dêitica, pois centra o tempo no fato e não o fato no tempo. Conseqüentemente, as noções semânticas que dizem respeito ao âmbito do Aspecto são as de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim.

Com esta posição teórica acima descrita, Costa (1986) exclui do âmbito aspectual quaisquer noções temporais que tomem o ponto dêitico como referência. Este fato pressupõe admitir como não-aspectuais, além das noções de passado, presente e futuro, quaisquer noções temporais não constitutivas da temporalidade interna do fato verbal.

Basicamente, Costa (1986) admite a conceituação de Aspecto apresentada por Comrie (1976), considerando o Aspecto “uma categoria semântica que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato”. Em conseqüência, segundo a autora, em português, marcar a categoria de Aspecto significa, em última instância, imperfectivizar o enunciado, processo que pode ser expresso através de formas verbais, de circunstanciais temporais, de substantivos e adjetivos, atualizando-se, pois, através de lexemas, de morfemas ou de perífrases.

Costa (2002, p. 29) afirma que “a diferença entre Tempo e Aspecto quanto à escolha subjetiva do falante poderia talvez ser explicitada, dizendo que a escolha do Aspecto é não-obrigatória (“estilística”) enquanto que a escolha do Tempo é obrigatória”. Dessa forma, o Aspecto teria um caráter de opcionalidade que o Tempo não apresenta, visto que caberia ao falante marcar aspectualmente ou não o seu enunciado. Acrescente-se a isto o fato de que o falante, ao enunciar uma forma verbal em português, realiza-a, automaticamente, com uma marca temporal de passado, de presente ou de futuro.

Perini (2005, p.256) também se baseia na concepção de Comrie (1976), ao conceber o Aspecto como referente à constituição temporal interna de uma situação. Ademais, afirma ser necessário diferenciar a noção de “tempo semântico” da de Aspecto. Para ilustrar essa

diferença, o autor utiliza o seguinte par de frases: (i) *Meu tio escreveu um livro* e (ii) *Meu tio estava escrevendo um livro*.

Como explica o autor, essas duas frases apresentam uma diferença semântica, a qual não diz respeito à referência temporal, visto que ambas se situam, semanticamente, no passado. A diferença existente entre as formas verbais *escreveu* e *estava escrevendo* é uma diferença de Aspecto: a primeira forma expressa o aspecto perfectivo e a segunda, o imperfectivo.

De fato, as duas frases exemplificadas por Perini se situam no passado, diferenciando-se pelo Aspecto. Contudo, cabe uma ressalva em relação ao termo “tempo semântico” empregado pelo autor, o qual, tudo indica, parece se referir à categoria de Tempo. Ora, o termo “tempo semântico” é ambíguo, pois remete tanto à categoria de Tempo como à de Aspecto, categorias temporais que se distinguem a partir de uma noção semântica: tempo externo e tempo interno, respectivamente.

Diante de todas as definições apresentadas, pode-se perceber que, além do traço não-dêitico, boa parte dos autores citados até o presente momento parecem concordar com outra propriedade do Aspecto: a sua vinculação ao tempo interno do processo verbal. Ademais, também podem ser destacadas outras características presentes nas conceituações, algumas inclusive já ressaltadas, como a especificação da duração do processo, a indicação dos seus limites e a explicitação dos graus de desenvolvimento do processo.

Na definição de Aspecto formulada por Castilho (1967, p. 14)¹⁴, em sua tese de doutorado, intitulada *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa* (1967), o autor, inicialmente, conceitua o Aspecto como uma categoria que atualiza o processo, definindo-lhe a duração. Em seguida, ressalta que “o aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É,

¹⁴ Primeiro lingüista brasileiro a trabalhar com a categoria lingüística do Aspecto.

pois, a representação espacial do processo”. Por fim, Castilho afirma que o Aspecto é “a categoria que se reporta aos graus de realização da ação”.

O autor também ressalta, como característica básica da noção aspectual, a objetividade, a qual é contraposta à subjetividade da noção temporal, assinalando que o Aspecto deve ser a categoria verbal mais antiga, quer por expressar uma idéia mais concreta e objetiva que a do Tempo, quer por estar mais essencialmente ligado à noção de processo.

O citado autor, ao asseverar que o Aspecto se reporta aos graus de realização da ação, chama a atenção para os graus do desenvolvimento do evento verbal em si, o qual poderá expressar um processo ou um estado. Apesar de o autor não fazer uso da expressão “tempo interno”, pode-se perceber, implicitamente, nessa caracterização do Aspecto, a noção de “desenvolvimento interno do evento”. Outro fator que ratifica esse entendimento, é a definição da categoria de Tempo como uma categoria dêitica, uma vez que localiza numa data ou numa perspectiva o processo virtualmente considerado. Com essa diferenciação feita por Castilho, pode-se verificar, claramente, a oposição entre “tempo externo” e “tempo interno” da situação, a qual diz respeito, respectivamente, às categorias de Tempo e de Aspecto.

Como se verifica, o autor concentra-se no estudo da categoria nos verbos, observando a propriedade que o evento tem de se estender por um determinado espaço de tempo. É justamente por essa característica de que o evento tem de se “estender” por um espaço de tempo, que alguns autores acabaram por identificar a categoria de Aspecto com a duração.

No artigo intitulado *Problemas do aspecto verbal no português falado no Brasil* (2000), Castilho afirma que “o aspecto verbal é uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou, por outras palavras, as fases que ele pode compreender”.

O autor ratifica a natureza não-dêitica do Aspecto, salientando que, apesar das categorias de Aspecto e de Tempo poderem ser concebidas como propriedades da predicação, deve-se estabelecer uma forte distinção entre elas. Dessa forma, baseado em Bühler (1934), responsável pela divisão dos campos lingüísticos em simbólico e dêitico, o referido autor propõe que o Aspecto se inscreve no campo simbólico, enquanto o Tempo, no campo dêitico.

Em razão dessa propriedade simbólica, o Aspecto configuraria uma categoria autônoma, uma vez que, por ser um símbolo, seria um objeto intelectual autônomo que independe das condições da enunciação.

Castilho (2000) afirma ainda que não lhe parece necessário conceber o Aspecto “como uma sorte de ‘tempo interno’ da predicação”, pautando-se, para isto, nas palavras de Hopper/Thompson (1980): *aspect depends on an absolute, observer-independent shaping of a state or action*¹⁵. Levando-se em conta tal declaração mais as definições de Aspecto apresentadas em sua tese, pode-se notar aí uma certa instabilidade por parte do autor, pelo menos em relação à expressão “tempo interno”, pois o uso dessa expressão, que advém da conceituação de Aspecto formulada por Comrie (1976), faz remissão ao traço não-dêitico da referida categoria, contrapondo-se ao traço dêitico da categoria de Tempo, por conseguinte, ao “tempo externo da situação” e, como foi salientado, em sua tese, Castilho deixa claro esse entendimento das categorias de Tempo e Aspecto, ao diferenciá-las com base na dêixis.

O autor ressalta que Jakobson (1957) parece ter sido o primeiro estudioso a formular com clareza, a diferenciação entre as categorias de Tempo e Aspecto, o que também é afirmado por Fuchs (1988) e Flores (1999) que atribuem a Jakobson, em seu clássico artigo sobre os “embrayers”¹⁶, a origem da diferenciação entre Tempo e Aspecto pela dêixis, na literatura especializada. Como explicita Castilho, para Jakobson (1957):

Aspect characterizes the narrated event itself without involving its participants and without reference to the speech event. [...] aspects quantify the narrated event. Tense characterizes the narrated event with reference to the speech event. Thus the preterit informs us that the narrated event is anterior to the speech event.¹⁷

¹⁵ “O aspecto depende de uma forma absoluta de observação independente de um estado ou ação”.

¹⁶ Denominação dada por Jakobson àquelas categorias verbais que caracterizam o processo do enunciado e/ou os seus protagonistas com referência ao processo de enunciação. Por sua vez, a ausência é denominada de “não-embrayers”.

¹⁷ “Aspecto caracteriza o evento narrado sem envolver seus participantes e sem referência ao evento de fala. [...] aspectos quantificam o evento narrado. Tempo caracteriza o evento narrado com referência ao evento de fala. Assim o pretérito nos informa que o evento narrado é anterior ao evento de fala”.

O estudo do Aspecto feito por Castilho serviu de ponto de partida para a realização do trabalho de Travaglia (1981, p. 33), que, inicialmente, define o Aspecto como “uma categoria verbal de TEMPO, não-dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da sua realização”.

Logo em seguida, Travaglia (1981, p. 32) assevera que “A categoria de aspecto não é uma categoria dêitica pois se refere à situação em si (...) Assim, para efeitos de distinção, podemos dizer que o tempo é um ‘tempo externo à situação’ e o aspecto é um ‘tempo interno à situação’”.

Em sua definição de Aspecto, Câmara Júnior (1969, p. 146) também chama atenção para a duração do processo verbal, afirmando que o Aspecto é uma propriedade que tem uma forma verbal de designar a duração do processo (momentâneo ou durativo) ou o Aspecto propriamente dito sob que ele é considerado pelo falante: em seu começo – *incoativo*; em seu curso e ainda inconcluso – *imperfeito*; em seu fim, já conclusivo – *perfeito*; conclusivo mas permanente em seus efeitos – *permansivo*.

Como explica Câmara Jr., os sistemas verbais das línguas românicas se estruturam em torno da categoria gramatical de Tempo, diferentemente do sistema verbal do primitivo indoeuropeu cuja conjugação era pautada na categoria verbal de Aspecto. No entanto, nas línguas ocidentais modernas, não houve propriamente uma supressão desta categoria verbal em face da categoria de Tempo, mas uma predominância da última em relação à primeira, no tocante à classificação e distribuição das formas verbais para o sistema de conjugação.

É importante salientar que, na bibliografia específica, a categoria lingüística de Aspecto é quase uniformemente definida como sendo uma categoria não-dêitica, exceção feita a poucos autores como Fuchs (1988) e Flores (1999/2000).

Em seu artigo *Aspecto verbal e dêixis* (1988), Fuchs propõe uma abordagem dêitica do Aspecto, a partir de uma nova dimensão de referência dêitica: a *dêixis temática*, a qual indica relações de relevância temática, ou seja, relações entre o que é dito e o contexto temático que lhe dá relevância (o assunto ou o estado de coisas atingido pelo fato enunciado). Tem-se,

assim, um novo ponto de referência dêitica, o contexto temático (assunto de referência) e os seus elementos.

Como explica Fuchs (1988, p. 90), todo significado aspectual está vinculado à relação de relevância que liga qualquer predicação com um assunto de referência e seus elementos. Em relação à predicação, a autora estabelece três dimensões de ancoramento dêitico: (i) a da relevância temática, pois toda predicação, para ser aceita na comunicação e passível de interpretação pragmática, deve estar relacionada a um assunto, de alguma forma, comum aos interlocutores; (ii) a das relações temporais, que estabelecem um ponto de referência temporal; e (iii) a da afirmatividade, cujo ponto de referência é pessoal (para ter valor pragmático, a afirmação deve ser atribuída a alguém, ao falante ou a outra pessoa dada pelo contexto ou inferível). As funções do Aspecto, do Tempo e do Modo estão vinculadas, respectivamente, a essas três dimensões das quais depende a interpretação pragmática das predicções.

De acordo com Fuchs (1988), a relação de relevância temática, na qual se insere o Aspecto, é a mais fundamental, visto que uma predicação sem essa relação de relevância com um estado de coisas temático jamais seria aceita. Para justificar tal posicionamento, a autora ressalta o fato de uma predicação poder ser de caráter atemporal sem perder seu valor enunciativo. Talvez por isso, segundo a autora, diversos autores afirmem que a categoria de Aspecto seja mais difundida nas línguas e aparentemente mais básica na aprendizagem do que a de Tempo.

Ainda com relação ao Aspecto, Fuchs afirma que a categoria atingida é a predicação inteira. Ademais, salienta que o ponto de referência temático (um elemento do assunto de referência) parece sempre ser definido como uma situação ou um evento (uma mudança de situação). A partir daí, postula a existência de dois tipos básicos de funções aspectuais: (i) a de indicação da localização do ponto de referência da relevância e (ii) a de indicação do tipo de relevância, que correspondem, respectivamente, à distinção entre a orientação para certo tipo de ponto de referência e os demais traços do significado do signo.

É importante destacar que, no artigo em questão, Fuchs não define explicitamente o Aspecto, restringindo a categoria às funções de elementos gramaticais recorrentes, como a do componente morfêmico que entra na formação do imperfeito (e do mais-que-perfeito

composto, etc.), a do componente que caracteriza as formas do progressivo, e a do perfeito simples. Em relação às funções aspectuais, a autora afirma que “a dado significado aspectual numa língua corresponde um dado componente morfêmico único”.

Como pode ser observado, a autora limita o Aspecto ao morfema gramatical de determinados tempos verbais, frisando que a cada componente morfêmico único corresponde apenas um determinado significado aspectual. No entanto, Fuchs (1988, p. 94) ao afirmar que para todas as variantes aspectuais é necessário levar em conta variados fatores, como por exemplo, os significados lexicais das predicções, acaba por reconhecer o caráter composicional da categoria do Aspecto.

Quanto a essa questão, Castilho (1984, p.13) já havia salientado que seria um erro supor que as formas verbais exemplificam sempre uma e apenas uma das distinções aspectuais, pois os valores aspectuais não operam de forma estanque, uns excluindo os outros, eles se entrecruzam de vários modos devido à complexidade da predicção.

Segundo Fuchs (1988, p. 88), o argumento apresentado por autores como Jakobson (1971), Comrie (1976) e Lyons (1977), que defendem o ponto de vista não-dêitico do Aspecto, não procede, uma vez que ao constatarem que, nessa categoria, não há relação temporal entre o fato predicado e a situação de fala, apenas afirmam que os aspectos não estabelecem relação temporal, não comprovando o fato de não serem dêiticos.

Conforme assevera a autora, a teoria tradicional da dêixis é limitada, apresentando uma concepção estática do fenômeno, visto que enfatiza a relação dos signos dêiticos com os dados imediatos da situação de fala, atribuindo-lhes pontos de referência mais ou menos fixos. Entretanto, análises recentes revelam uma grande flexibilidade na escolha dos pontos de referência durante o discurso. Em outras palavras, o falante pode tomar para si, como centro de referência, o interlocutor ou outra pessoa, ou as coordenadas de toda uma situação “projetada” (passada ou hipotética). Essa flexibilidade possibilitaria, por exemplo, a inclusão, no domínio da dêixis, dos elementos anafóricos que compartilham a característica da orientação intrínseca das coordenadas básicas de uma situação de referência.

Apesar de conceber o Aspecto como dêitico, Fuchs não se contradiz nos argumentos que apresenta para dar suporte a esse ponto de vista, uma vez que propõe uma nova dimensão

de referência dêitica, a referência temática, na qual o Aspecto estaria inserido. Dessa forma, a autora exclui o Aspecto do âmbito temporal, embora o reconheça como propriedade da predicação.

Flores (2000, p.36) ressalta que o Aspecto pode ser visto como uma categoria dêitica, desde que não se considere a dêixis dentro dos parâmetros referenciais/ontológicos da linguagem, mas dentro de um quadro que a contemple como uma categoria enunciativa. Para tanto, toma por base a teoria da enunciação de Émile Benveniste, a qual concebe a dêixis não como um mecanismo que põe em relação os signos da língua considerados vazios (pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, etc.) e um mundo objetivo, mas como um mecanismo que põe em relação esses signos e o sujeito que os enuncia.

Sob essa perspectiva, para Benveniste (1958), um dêitico não é uma palavra (ou categoria) que adquire sentido quando referida a uma situação no mundo real, mas quando referida a quem enuncia. Em outras palavras, os dêiticos, na língua, são signos formais, vazios, que só adquirem estatuto pleno na e pela enunciação do EU.

Ao estudar o Aspecto sob um ponto de vista enunciativo, Flores tem como objetivo abordar a categoria em questão como um “indicador da subjetividade”, cuja atualização se dá “em face da instância do discurso”. É em razão disso, que o Aspecto é definido como dêitico, visto que sua atualização se daria por um sujeito face a uma instância de enunciação.

Sendo assim, o sujeito poderá converter um verbo como, por exemplo, *quebrar*, que porta em seu lexema o valor [-durativo] em [+durativo] no uso da língua em um enunciado como: *Os pedreiros já começaram a quebrar a calçada*.

Nesta perspectiva de análise, seria o falante, ou melhor, usando o termo de Flores, o *sujeito* quem promoveria, em cada situação de uso, um rearranjo na oposição axial *duratividade X não-duratividade*. Por tal razão, o autor afirma que “a noção de duratividade (ou não) parece estar ligada ao ato enunciativo”.

Convém ressaltar que Flores chama a atenção em nota, que não está reduzindo o Aspecto à noção de duratividade, mas considerando, como Costa (1986), que o traço [+/-durativo] implica a atualização ou não da categoria em questão.

Flores (2000, p.44) afirma que uma análise enunciativa da linguagem deve basear-se em três parâmetros fundamentais: (i) o ato individual de enunciação; (ii) a(s) situação(ões) em que ele se realiza; (iii) e os instrumentos de sua realização. Em outras palavras: o sujeito que enuncia (EU), o tempo (o agora, o presente enunciativo), o espaço da enunciação (o aqui, o lugar) e os mecanismos lingüísticos de utilização da língua. Assim, para o autor, o Aspecto deve ser estudado, tendo em vista o ato de seu aparecimento (instância referida a EU), a situação em que apareceu (o tempo e o espaço) e os instrumentos lingüísticos utilizados para isso.

Sob esse prisma, o Aspecto é visto como uma categoria que emana de um “centro único de referência” que é o EU, e expressa-se através da língua no momento em que o EU fala. Assim, como resalta Flores (2000, p. 51), a matriz referencial da qual partem (e retornam) todas as categorias dêiticas, incluindo o Tempo e o Aspecto, é o momento de fala do EU.

Ao analisar a base teórica da interpretação não-dêitica do Aspecto, Flores, baseado em Fuchs (1988), afirma que o argumento apresentado dentro desse referencial teórico não se sustenta, uma vez que a constatação de que não há relação temporal entre o fato predicado e a situação de fala não revela que não haja referência dêitica, e sim, que não há relação temporal dada pelo Aspecto.

Para ressaltar o seu posicionamento teórico em relação às categorias de Tempo e de Aspecto, Flores contrapõe o seu ponto de vista ao de Travaglia (1981) que, conforme já foi salientado, define o Tempo como dêitico, já que diz respeito ao “tempo externo”, enquanto o Aspecto não o é, pois diz respeito ao “tempo interno”. A partir daí, Flores afirma que o Tempo, ao ser enunciado por um “eu”, “promove” divisões aspectuais que são ancoradas na enunciação e o EU, no presente enunciativo, funda o Aspecto numa continuidade indeterminada, cujos limites “externos” serão engendrados pela categoria de Tempo.

Por fim, Flores conclui que, na perspectiva da teoria da enunciação, o Aspecto é considerado como uma categoria do discurso, entendido como língua em uso, deixando, desse modo, de ser visto como uma categoria limitada à frase, ou ainda, ao lexema, para ser contemplado como expressão da temporalidade interna do discurso. O autor afirma ainda que, nessa perspectiva teórica, não existe a necessidade de estabelecer os limites de início e de fim da temporalidade interna de cada fato verbal individualmente, pois tais fatos passam a figurar como etapas que constituem o processo verbal enquanto uma globalidade.

Ora, ao afirmar o caráter dêitico do Aspecto, Flores (2000) pauta-se no argumento de Fuchs, segundo o qual, conforme foi visto, não há relação temporal estabelecida pelo Aspecto. Se, de fato, o Aspecto não possui a capacidade de estabelecer relações temporais, o mesmo não poderá então ser definido como “a expressão da temporalidade interna ao discurso”. Se o autor assim o define, então é porque prevalece o entendimento de que o Aspecto é uma categoria temporal.

Além disso, como já foi salientado, a expressão “tempo interno” para definir o Aspecto faz referência ao traço não-dêitico da categoria. Levando-se em conta esse argumento, e retomando a definição de Aspecto proposta por Flores (2000), pode-se presumir perfeitamente a existência de um tempo externo, que se oporia à “temporalidade interna ao discurso”. Esse entendimento se confirma, no momento em que o autor assevera que os limites “externos” da categoria de Aspecto são “engendrados” pela categoria de Tempo. Sendo assim, esta última categoria é responsável pelos limites temporais “externos” do Aspecto. Nesta perspectiva de análise, não parece adequado definir o Aspecto como dêitico, o que, no entanto, não o impede de ser analisado à luz da Teoria da Enunciação.

Analisando os pontos de vista de Fuchs e Flores, e considerando-se os dos demais autores citados, chega-se a uma pergunta inevitável: afinal, o Aspecto é uma categoria dêitica ou não? Para responder a essa pergunta, será discutido o conceito da dêixis bem como se a categoria de Aspecto é, ou não é, capaz de expressar o tempo.

2.2.1 O conceito da dêixis

Nas estruturas das línguas, há certos fenômenos particulares que evidenciam a interação existente entre linguagem e contexto. Ilari (1997, p. 64) cita Benveniste (1976), para quem tais fenômenos atestam a presença do homem (do *sujeito*) na língua. Provavelmente, a maior evidência da contribuição do contexto para a interpretação completa de uma enunciação esteja centrada no fenômeno da dêixis.

De acordo com Ferreira (2006, p. 33), o termo *dêixis* está associado, etimologicamente, ao gesto de apontar. Baseando-se em Levinson (1984), afirma que a dêixis apresenta como modelo prototípico e focal, o uso de demonstrativos, pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, tempos verbais, advérbios de lugar e de tempo específicos, como *agora* e *aqui*, além de uma variedade de traços gramaticais ligados diretamente às circunstâncias do modo de falar.

É justamente pelo fato de os elementos dêiticos estarem estreitamente ligados ao evento de fala, que os mesmos não podem ser interpretados sem se levar em conta os parâmetros contextuais. Assim, uma frase como, por exemplo, *Eu gostei dessa blusa*, que possui dois dêiticos, o pronome de primeira pessoa e o pronome demonstrativo, apresenta um significado novo, conforme a pessoa que a pronuncie e o momento em que é pronunciada.

Como explica Fonseca (1996, p. 438), a dêixis constitui o modo como está gramaticalizada a inseparabilidade entre a linguagem e o contexto, atestando a gênese interacional da linguagem. Por sua vez, Ilari (1997, p. 67) assevera que a função dos dêiticos é a de estabelecer um certo “roteiro para encontrar referentes”. Sob esse prisma, a dêixis constitui um fenômeno de referenciação através do qual se usam palavras cujo sentido é sempre renovável, porque remetem para a situação de enunciação.

Em relação ao funcionamento dos dêiticos, Fonseca (1996, p. 440) cita Carvalho (1973, p. 138) que afirma que “é imprescindível que exista um termo ou ponto de referência (...): esse termo ou baliza referencial é a pessoa do próprio sujeito que fala, no momento em que fala e em que, apontando ou chamando a atenção para si próprio, se designa como EU”.

Tradicionalmente, as categorias de *pessoa*, de *lugar* e de *tempo* são descritas como sendo dêíticas. Essas três categorias dizem respeito, respectivamente, à identificação dos participantes, bem como a seus papéis no contexto de enunciação (ex.: *Como vai você?*), à localização de uma entidade no espaço (ex.: *Aquele rapaz é médico*), e à localização, no tempo, de eventos, tomando como ponto de referência o “agora” da enunciação (ex.: *Hoje, quero descansar*).

Ferreira (2006, p. 34) observa que os dêíticos temporais possuem relação com o momento em que o falante produz a enunciação, em contrapartida, a dêixis pessoal e a dêixis de lugar, relacionam-se, respectivamente, ao papel do falante no evento comunicativo e ao local em que está o falante no momento da fala. Assim sendo, as categorias dêíticas tomam o falante como o *centro dêítico* do evento comunicativo, apresentando, segundo a autora, como característica essencial e constitutiva, o *egocentrismo*¹⁸.

A autora afirma ainda ter havido uma ampliação do conceito da dêixis, adicionando-se, assim, às três categorias dêíticas tradicionais, a dêixis *discursiva* e a dêixis *social*. Enquanto a primeira aponta para fragmentos discursivos (ex.: *Na próxima seção, discuto outra abordagem*), a segunda assinala a relação hierárquica existente entre os participantes da interação discursiva e os papéis por eles assumidos (ex.: *Já disse ao senhor que não faço a mínima questão de ouvir esses absurdos*).

Fuchs (1988, p. 89) também ressalta que têm sido postuladas novas categorias de relação dêítica: a dêixis *social* e a dêixis *discursiva*. Nessa última, estariam incluídas não só indicações demonstrativas de trechos do discurso (ex.: acima, abaixo, etc.) como também conjunções e outros elementos de ligação (ex.: mas, aliás, portanto, etc.) e os recursos da acentuação, da ordem das palavras, da diátese, etc. Segundo a autora, a função desses últimos tipos de signos citados é a de indicar relações de relevância temática cujo reconhecimento implica um novo tipo de ponto de referência dêítica, o contexto temático (assunto de referência) e seus elementos. Como já foi salientado, a categoria lingüística de Aspecto estaria, assim, inserida na dêixis temática, por conseguinte, na dêixis discursiva.

¹⁸ O egocentrismo é a característica que une todas as categorias dêíticas, uma vez que todas se baseiam no falante como centro dêítico do evento de fala. Assim, enquanto a dêixis de pessoa, por exemplo, focaliza o papel do falante, a dêixis de lugar, por sua vez, foca o lugar do falante.

De fato, na literatura recente, encontram-se importantes desenvolvimentos da teoria da dêixis, como é o caso, por exemplo, da abordagem experiencialista e cognitivista proposta por Marmaridou (2000, *apud* FERREIRA, 2006, p. 38) em sua obra ‘Pragmatic meaning and cognition’. Partindo da referida abordagem, a autora apresenta uma nova concepção do fenômeno da dêixis, propondo soluções para três problemas que surgem, quando esse fenômeno é tradicionalmente apresentado.

O primeiro problema é a classificação rígida dos termos ou usos dêiticos, o que, segundo a autora, torna obscuro o uso não-dêitico de termos dêiticos e o uso dêitico de termos não-dêiticos. Já os outros dois problemas que as análises tradicionais apresentam são a distinção entre dêixis pessoal e social, e a ausência de explicação para o uso das mesmas expressões dêiticas de espaço, tempo e discurso.

Para Marmaridou (2000), conforme Ferreira (2006, p. 39), as dêixis pessoal e social não devem ser tratadas separadamente, pois a segunda é codificada pelos mesmos itens lexicais da primeira (através de nomes e pronomes). Ademais, ambas situam falante e discurso em um mundo social particular. Quanto à inter-relação entre dêixis de tempo, dêixis discursiva e dêixis de lugar, a autora frisa que, na visão experiencialista, tais inter-relações se dão através da conceptualização da dêixis, a qual se baseia em mapeamentos entre domínios.

Na tentativa de solucionar esses problemas, a autora propõe que a dêixis seja conceptualizada em termos de um Modelo Cognitivo Idealizado (MCI), que se baseia, essencialmente, no ato de apontar, sendo responsável por estruturar um espaço-mental entre o falante e o destinatário. Segundo Marmaridou, esse MCI é estruturado por um esquema imagético de *centro x periferia*, o qual explica não só o egocentrismo da categoria, como também relações de distância entre o centro dêitico e o objeto da dêixis. Sob esse prisma, haveria uma rede de metáforas conceptuais que ligaria a dêixis de pessoa à dêixis social, por um lado, e à dêixis de lugar, de tempo e de discurso, por outro. Baseada em Lakoff (1987), a autora explica essas metáforas pela hipótese da *espacialização-da-forma*, em que as categorias são entendidas em termos de esquemas imagéticos.

Partindo dessa análise, Marmaridou considera que a dêixis social é baseada no entendimento metafórico de espaço social como espaço físico, que a dêixis de tempo é baseada no entendimento metafórico de tempo como espaço e que a dêixis discursiva é

baseada no entendimento metafórico de discurso como tempo e tempo como espaço. Por fim, a autora assevera que a proposta experiencialista da dêixis pode explicar, não só a interdependência da dêixis pessoal e da dêixis social, como também a “polissemia” dos termos prototipicamente dêíticos, que não expressam apenas lugar, tempo e discurso, mas podem ser chamados de dêíticos enfáticos.

Diante do exposto, a abordagem tradicional da dêixis parece ser falha, pois não explica usos dêíticos que não estão de acordo com suas regularidades. A análise proposta por Marmaridou explica como se dá a conceptualização da dêixis e o significado convencional dos termos dêíticos. No entanto, tal abordagem não dá suporte para que o Aspecto seja analisado como dêítico. Isso porque, para que um elemento tenha caráter dêítico, é imprescindível que o mesmo faça referência a parâmetros contextuais do evento de fala, cuja interpretação, levando-se em conta a proposta de Marmaridou (2000) dependerá de um processo lingüístico-cognitivo. Nessa perspectiva, compreende-se a dêixis como a faculdade que as línguas possuem de designar os referentes no contexto espaço-temporal, social e discursivo, tomando, como ponto de partida, o falante.

Ora, tal relação não se apresenta na categoria de Aspecto, pois a mesma não estabelece ligação com nenhum referente, como ocorre com a categoria de Tempo. Essa sim é ancorada na dêixis, uma vez que manifesta as relações de tempo físico dos fatos predicados, a partir de um referente temporal.

Assim, acredita-se ser o Tempo uma categoria dêítica, pois localiza o fato predicado em um tempo externo, que poderá ser “anterior” (passado), “simultâneo” (presente) ou “posterior” (futuro) ao momento da enunciação e o Aspecto, uma categoria não-dêítica, pois ocupa-se do tempo como uma propriedade intrínseca ao próprio evento, sem fazer referência ao momento da fala.

2.2.2 Termos e traços associados ao Aspecto

Na bibliografia referente ao tema investigado, encontram-se diversos termos e traços usados para indicar distinções semânticas que dizem respeito à estrutura temporal interna das situações. Algumas dessas distinções são associadas ao valor semântico inerente do verbo e,

algumas vezes, de seus argumentos, enquanto outras são associadas à morfologia verbal (auxiliares e/ou morfemas flexionais e derivacionais). Tem-se, assim, respectivamente, as distinções semânticas que dizem respeito ao chamado “aspecto lexical” e “aspecto gramatical”.

Essa questão remete a uma discussão bastante propagada entre os aspectólogos. Boa parte dos lingüistas denominam de Modo de Ação ou, mais comumente, *Aktionsart*, o valor aspectual que provém do semantema do verbo, reservando o nome de Aspecto apenas ao que advém da morfologia verbal. Outros, por sua vez, não julgam essa separação necessária, empregando o termo Aspecto, para designar todos os valores aspectuais.

A presente seção tem por objetivo apresentar os diversos termos e traços comumente associados, na literatura, a essas duas faces da categoria de Aspecto: a lexical e a gramatical.

2.2.2.1 A face lexical do Aspecto

Como explica Godoy (1992, p. 14), Aristóteles foi o primeiro a notar que alguns verbos possuíam, intrinsecamente, um valor semântico de ponto terminal, enquanto outros não; assim foram classificados, respectivamente, em *kinesis* e *energeia*, subdivisões de uma outra classe, a dos *processos* que, por sua vez, se oporia à dos *estados*.

Essa distinção aristotélica (*processos vs. estados*) foi retomada por diversos lingüistas, o que resultou numa grande variedade de teorias e, por conseguinte, de termos empregados para distinguir determinados traços semânticos inerentes às raízes verbais. Por vezes, esses traços oriundos do semantema verbal não são considerados isoladamente, mas em conjunção com os argumentos verbais e/ou adjuntos.

Essas propriedades semânticas propiciaram a divisão dos verbos e dos predicados em categorias ou classes aspectuais, cujos critérios de distinção variam de autor para autor. Segundo Nadalin (2005, p. 44), a classificação aspectual proposta por Vendler (1957) é, talvez, a que mais tenha influenciado os estudos aspectológicos. Conforme foi visto na seção anterior, Vendler (1957, *apud* GODOY, 1992, p. 20) categorizou todos os verbos da língua

inglesa em quatro classes (*atividades*, *accomplishments*, *achievements* e *estados*), de acordo com as restrições de coocorrência com os advérbios de tempo e os tempos verbais e de acarretamentos lógicos (implicações temporais). Ao incluir as implicações temporais como critério para a classificação dos verbos, o referido autor retoma a discussão de Aristóteles sobre os verbos de movimento incompleto (*energeia*) e os de movimento completo (*kinesis*). Tem-se, assim, a interpretação das classes aspectuais a partir da telicidade, a qual permite opor, de um lado, os *accomplishments* e os *achievements*, classes que apresentam “pontos finais naturais” (téticas), e de outro, as *atividades* e *estados*, que descrevem uma situação sem, necessariamente, um ponto final (atéticas).

De acordo com Smith (1997, p. 3), as situações podem pertencer a duas classes de fenômenos: os estados e os eventos. Enquanto os primeiros são estáticos, homogêneos, com todos os estágios internos idênticos, os últimos são dinâmicos, envolvendo estágios distintos e mudanças obrigatórias. Tal distinção semântica reflete a seguinte oposição: estaticidade vs. dinamicidade.

Convém ressaltar que a classificação aspectual proposta por Smith (1997) se assemelha à de Vendler (1957), diferenciando-se apenas pelo fato de a autora acrescentar aos verbos mais uma classe, a dos *semelfactivos*, que se referem a eventos instantâneos sem um ponto de encerramento pré-estabelecido, ou eventos instantâneos e atéticos.

De acordo com Comrie (1976, p. 45), uma situação tética envolve um processo que conduz a um ponto terminal bem definido, através do qual o processo não pode continuar. Por sua vez, uma situação atética não tem ponto terminal, e pode ser prorrogada indefinidamente ou interrompida em qualquer ponto. O autor assevera ainda que, normalmente, é difícil definir se uma dada situação é tética, uma vez que as situações não são descritas apenas por verbos, mas pelo verbo e seus argumentos.

Para ilustrar tal caso, Comrie (1976, p. 45) cita o exemplo “*José está cantando*”, o qual, segundo afirma, descreve uma situação atética. Por sua vez, os exemplos “*José está cantando uma canção/cinco canções*” expressam situações téticas, pois, essas situações apresentam um ponto terminal definido, ou seja, quando José chegar ao final da canção ou canções em questão.

Comrie (1976, p. 46) salienta ainda que a natureza télica de uma situação pode ser testada, quando essa é combinada com a distinção perfectivo/imperfectivo. Sendo assim, um verbo será atélico se a situação por ele expressa puder ser descrita tanto no perfectivo como no imperfectivo, caso contrário o verbo será télico. Sob esse prisma, a forma imperfectiva de um verbo atélico estaria vinculada a sua contraparte perfectiva. Por exemplo, ao se dizer que *João está cantando*, pode-se deduzir que *João cantou*, sendo assim o verbo *cantar* é considerado atélico. Por sua vez, ao se dizer que *João está fazendo uma cadeira*, isso não implica necessariamente que *João fez a cadeira*, pois o fato poderá ter sido interrompido. Dessa forma, o verbo *fazer* é télico. Esse problema é denominado na literatura lingüística como o *paradoxo do imperfectivo*.

Castilho (2000) e Travaglia (1981) denominam o verbo télico como aquele que exprime ações tendentes a um fim (*natar, morrer, cair, etc.*) e o verbo atélico como aquele que expressa ações não tendentes a um fim (*viver, escrever, contemplar, etc.*)

Castilho (2000) assevera ainda que os verbos télicos atualizam o aspecto perfectivo, enquanto os atélicos, o aspecto imperfectivo. No entanto, como frisa, existe a possibilidade de tais verbos mudarem de classe através dos seguintes meios morfossintáticos: a flexão, os adjuntos adverbiais e os complementos.

Além dos traços telicidade e dinamicidade, existe ainda o traço duratividade, o qual se refere à presença ou ausência de intervalos internos. Situações que comportam o traço durativo se prolongam por um determinado período de tempo, enquanto situações que não apresentam esse traço ocorrem instantaneamente e, por tal razão, são denominadas de pontuais. Esses três traços são considerados por Comrie (1976) e Smith (1997) como universais, uma vez que se apresentam em todas as línguas.

Das entidades de segunda ordem¹⁹, Costa (2002, p.14) concentra-se nos acontecimentos, atos, processos, atividades e estados, atribuindo-lhes os traços semânticos [+/- durativo], [+/-

¹⁹ Lyons, baseado em Vendler, apresenta a seguinte classificação para as entidades que as línguas humanas representam no seu nível semântico. Pensando em categorizar os referentes lingüísticos, ou seja, as noções que servem de suporte para a estruturação das línguas em geral, o autor propõe as seguintes distinções: entidades de primeira ordem – representadas pelos objetos físicos, seres humanos e animais. Entidades tratadas pela mente humana como *localizadas no espaço*, às quais nos referimos dizendo que *existem*; entidades de segunda ordem - acontecimentos, atos, processos, atividades e estados. Entidades que podem ser *localizadas no tempo*, às quais nos referimos não dizendo que existem, e sim que *acontecem*; entidades de terceira ordem - de tipo abstrato, ou seja, produtos da mente humana que as constrói, quando exercita a capacidade de atribuir *valores* e formular juízos; são as proposições.

dinâmico], [+/- permanente] e [+/- agente]. No entanto, dentre esses traços, apenas os [±durativo] e [±momentâneo] implicariam a existência ou não de constituição temporal interna.

Segundo a autora, a ausência de determinados traços aspectuais implica uma restrição, quanto à possibilidade de escolha aspectual pelo falante. Por esta razão, o falante dificilmente poderá produzir uma frase como *O vaso permaneceu quebrando por várias horas*, pois neste caso, “o mais natural” é o uso da forma perfectiva: *O vaso quebrou*. Este fato ocorre porque o verbo *quebrar* porta em seu lexema o traço [- durativo].

Pode-se notar que, enquanto há traços que estão presentes na conceituação da categoria, há outros que nela não se poderiam incluir. A autora propõe que se considere a presença desses traços aspectuais nos lexemas, como a aplicação da categoria de Aspecto que, dessa forma, explicitar-se-ia lexicalmente, sendo que esses mesmos traços ou outros de natureza aspectual poderiam ser reaplicados ou no nível da morfologia ou em outros itens lexicais do enunciado.

A limitação do âmbito da categoria à constituição temporal interna de um fato verbal diz respeito apenas à fração de tempo compreendida entre o limite inicial e o limite final do fato que se enuncia. Assim sendo, se estiverem presentes, no lexema verbal, o traço [+durativo]²⁰, o Número verbal singular²¹ e o tempo não-gnômico, será possível a expressão imperfectiva, com pequenas restrições dos verbos do português em todos os Tempos, nos Modos indicativo e subjuntivo e nas Vozes ativa e passiva.

²⁰ Segundo Costa (2002, p.24), o traço [+durativo] seria o que melhor informaria sobre a constituição temporal interna e que, portanto, implicaria uma atualização da categoria de Aspecto. Sob esse prisma, a presença do traço [+durativo] informa sobre a natureza aspectual do lexema, em contrapartida, a sua ausência não inviabilizaria a imperfectivização, mas operaria uma restrição. A autora salienta ainda que são os processos, as atividades e os estados (entidades que podem ser localizadas no tempo) que portam em seu lexema o traço [+durativo].

²¹ Com base em Coseriu (1980), a autora explica que a categoria de Número se aplica aos verbos, quando se expressa a repetição ou não do fato verbal. Isto produziria uma oposição entre o *semelfactivo* - fato verbal expresso como único, singular e que ocorre apenas uma vez; e o *repetido*, iterativo ou freqüentativo. Ex.: saltar vs. saltitar.

2.2.2.2 A face gramatical do Aspecto

Conforme já foi salientado, o chamado “aspecto gramatical” diz respeito às distinções semânticas expressas através do uso de dispositivos lingüísticos, tais como morfemas flexionais e derivacionais e verbos auxiliares. Segundo Comrie (1976), a distinção mais comum encontrada nas línguas é a que diz respeito ao perfectivo e ao imperfectivo.

Para o autor, enquanto o perfectivo indica a visão da situação como um todo, sem distinção das várias fases que a compõem, o imperfectivo dá atenção especial à estrutura interna da situação. Comrie (1976) salienta ainda que, apesar de o perfectivo ser freqüentemente caracterizado como uma ação acabada, não denota necessariamente uma situação completa, com início, meio e fim. Como assevera, o termo “completada” põe muita ênfase no término da situação, enquanto que o uso do perfectivo não põe mais ênfase, necessariamente, no fim da situação do que em qualquer outra parte da mesma, apresentando-a como um todo único.

De acordo com Godoy (1992, p. 173), a globalidade de visão como característica da perfectividade foi criticada por Dahl (1985), para quem tal característica não se adequa completamente, nem sequer às línguas em que as noções de “globalidade” ou de “totalidade” *versus* “distinção de fases” se aproximam mais de uma descrição da oposição perfectividade/imperfectividade, como é o caso, por exemplo, das línguas eslavas.

Godoy (1992) acrescenta ainda que para Dahl (1981) dar atenção à estrutura interna da situação é uma formulação bastante misteriosa e que o fator a ser considerado não é esta “totalidade”, mas “algo mais”. No entanto, como salienta, esse “algo mais” não é explicitado por Dahl que acaba definindo a perfectividade como aquele fenômeno visto como “um todo” não analisado, como um resultado bem definido ou um estado final localizado no passado. Assim, como bem frisa Godoy, Dahl, apesar das críticas feitas a Comrie, não se liberta das noções criticadas.

Na visão de Godoy, esse conceito de perfectividade não é adequado, pois podem ser encontrados exemplos que não se enquadram nesse tipo de análise, como é o caso de situações que se exprimem lingüisticamente como inceptivas localizadas no passado como, por exemplo, *O nenê dormiu e aí conseguimos descansar um pouco.*

Para Smith (1997), a característica principal do aspecto perfectivo é a sua capacidade de apresentar a situação como um todo contido em si mesmo. Sendo assim, o perfectivo seria incompatível com qualquer interpretação na qual as fases internas de um evento fossem consideradas. Segundo informa, uma sentença no perfectivo normalmente apresenta tanto o ponto inicial quanto o ponto final de uma situação, desconsiderando sua estrutura interna.

2.3 ASPECTO: UMA CATEGORIA SEMÂNTICA

É difícil imaginar a vida humana sem a existência da linguagem. Seja verbal ou gestual, a linguagem está presente em toda parte, permeando os pensamentos e intermediando as relações entre os membros da sociedade. Através dela, o conhecimento acumulado por uma pessoa ou por um povo é transmitido por gerações.

Desde a infância, as pessoas se utilizam da linguagem e o fazem de maneira tão natural e corriqueira que, em geral, não param para observá-la, pelo menos, não como objeto de estudo científico. Mattoso Câmara (1975, p. 9) afirma que “o falar torna-se tão mecânico na vida social que é considerado auto-evidente e não se faz qualquer esforço para analisá-lo”.

No entanto, no momento em que se atenta para a linguagem, é possível perceber que as línguas não só apresentam traços comuns, como traços específicos, nos quais são percebidas particularidades da cultura de cada povo. Segundo Lyons (1979), cada cultura humana recorta o universo de uma maneira peculiar e a língua de cada povo expressa o recorte feito pela sua cultura.

Sob essa perspectiva, as línguas naturais das inúmeras civilizações do mundo demonstram noções diversificadas (como, por exemplo, a de tempo), além de organizarem os fatos biopsicossociais de distintas maneiras. Entretanto, enquanto alguns conceitos são mais generalizados, constituindo o que se chama de *universais lingüísticos*, outros são mais específicos, refletindo os *parâmetros* de cada língua em particular.

Pode-se dizer que, em relação à categoria lingüística de Aspecto, as diferentes línguas a expressam de um modo bem particular, ocasionando, assim, uma variação paramétrica para a

sua realização. Smith (1991, p. 13) afirma ser o Aspecto um componente da gramática universal, cuja atualização varia parametricamente de uma língua para outra.

Um exemplo que comprova a hipótese acima explicitada é o estudo realizado por Dinorah Scott (1995), em que a autora descreve os valores aspectuais das formas verbais do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no português do Brasil e das formas do Pretérito (P) e Antepresente (AP) no espanhol do México, evidenciando, assim, a distância tipológica existente entre os dois idiomas, quanto ao uso desses tempos verbais e os seus respectivos valores aspectuais.

Tal estudo teve por objetivo detectar as estratégias utilizadas por falantes nativos do espanhol do México no aprendizado do PPS e do PPC do português, uma vez que utilizam a forma composta do pretérito do indicativo em contextos que requerem o uso da forma simples, gerando assim frases agramaticais, como, por exemplo: *Ainda não tenho lido nenhum livro de Jorge Amado* ou *Você já tem almoçado?*

Como salienta Scott (1995), a opção do falante pela forma simples ou composta do pretérito é determinada por uma questão meramente aspectual. A dificuldade dos falantes nativos do espanhol em empregar essas formas verbais do português nos referidos contextos, provavelmente, ocorre por dois motivos: pelo fato de o uso obrigatório do PPS, em certos contextos do português, representar uma violação do parâmetro estabelecido para a realização do Aspecto em espanhol, uma vez que, nesta língua, o pretérito expressa exclusivamente o aspecto perfectivo em qualquer tipo de contexto; pela possibilidade que o falante nativo do espanhol tem de eleger uma ou outra forma nesses contextos, o que o leva a pensar que exista essa mesma possibilidade na língua-alvo.

Nos estudos aspectológicos, emerge uma outra categoria denominada comumente pelo termo *Aktionsart*, utilizado para designar os valores aspectuais provenientes do conteúdo semântico do verbo. De acordo com Nadalin (2005, p. 55), o termo foi largamente utilizado por lingüistas estruturalistas como, Isacenko (1962) e Maslov (1959), para categorizar a contribuição semântica que certos afixos traziam ao significado dos verbos por eles derivados.

A existência dessa categoria é um ponto bastante controverso, pois enquanto alguns autores afirmam que não é necessária a separação entre *Aktionsart* e Aspecto, visto que ambas

se referem às mesmas noções, divergindo apenas na sua forma de expressão, outros autores argumentam em favor da separação das duas categorias, reservando o nome de Aspecto apenas ao que advém do emprego de um meio gramatical. É a partir dessa distinção que se estabelece uma dicotomia entre aspecto lexical e gramatical.

Além do termo alemão *Aktionsart*, alguns autores utilizam outras designações para referir-se ao chamado “aspecto lexical”: *inherent meaning* (Comrie, 1976), *situation aspect* (Smith, 1997), *aspectual character* (Lyons, 1977), *modo de ação* (Naert, 1960), *modo de ser da ação* (Corôa, 2005), *ordem dos processos* (Brunel, 1939), entre outros.

Conforme salienta Nadalin (2005, p.5), autoras como Nagórko e Rothstein, apesar de associarem a *Aktionsart* ao domínio do léxico, apresentam pontos de vista distintos, quanto ao que seja a categoria em questão. Assim, enquanto Nagórko associa a *Aktionsart* a certas oposições de significado entre formas verbais como, por exemplo, ações unitárias (bater uma vez) e ações múltiplas (ficar batendo), para Rothstein, trata-se de uma categoria que permite distribuir os verbos em classes como, por exemplo, os que designam estados, atividades, etc.

O fato é que grande parte dos autores que estudam o Aspecto, de alguma forma, detêm-se nessa questão, ou para identificar as duas categorias ou para distingui-las. Costa (2002, p. 22) afirma que, em geral, os argumentos apresentados para esta bipartição dizem respeito à forma de expressão da categoria. Assim, enquanto para os estudos do Aspecto seriam reservados os recursos expressivos relativos à morfologia ou à sintaxe, o Modo de Ação seria relativo a distinções quanto à natureza do fato enunciado (se se trata, por exemplo, de um processo ou de um estado) as quais se apresentariam no lexema verbal.

O presente capítulo apresenta uma reflexão em relação a essas duas “esferas” em que a categoria lingüística do Aspecto pode ser considerada, a esfera lexical e a esfera gramatical, considerando diferentes posicionamentos. Ademais, faz-se uma reflexão quanto à natureza do Aspecto, o qual é visto aqui, não como uma categoria verbal, restrita aos morfemas flexionais e/ou aos lexemas verbais, mas como uma categoria semântica universal.

Castilho (1967) indica que o primeiro a fazer a distinção entre Aspecto e Modo de Ação foi S. Agrell, em 1908 e que, de acordo com esse autor, a distinção consiste, por um lado, na oposição gramatical imperfectivo-perfectivo (Aspecto) e, por outro, nas diferenças léxicas

entre conteúdos verbais, como *inceptivo, terminativo, iterativo*, etc.(Modos de Ação). Desse modo, Agrell define o Aspecto como uma categoria subjetiva, já que expressa o ponto de vista da ação por parte do falante, e o Modo de Ação, como uma categoria objetiva, já que exprimiria as características objetivas da própria eventualidade.

Segundo Nadalin (2005, p.56), para Cockiewicz (1992), essa distinção estabelecida por Agrell (1908) diz respeito à diferença de função lingüística das duas categorias: a da Aktionsart, de modificar o significado lexical do verbo, e a do Aspecto, de cumprir uma função gramatical.

Conforme salienta Barroso (1994, p. 77), essa distinção estabelecida por S. Agrell no seio da germanística e eslavística não é, ao menos em termos universais, nem funcional nem eficaz, uma vez que tanto Aspecto como Aktionsart referem-se às mesmas noções, diferenciando-se apenas pela forma de expressão. O autor afirma que, nas diferentes línguas do mundo, a categoria de Aspecto apresenta variados recursos para a sua expressão, tais como: o *lexical*, o *contextual*, o *flexional* e o *perifrástico*.

Dentre esses possíveis meios para a expressão do Aspecto, salienta que os procedimentos *flexional* e *perifrástico* representam o seu mais alto grau de sistematicidade e de rentabilidade funcional. No entanto, em português, apenas a “expressão perifrástica” apresenta, de longe, essas duas características, o que ocorre, segundo Barroso (1994, p.79), porque, em português, a “expressão flexional” tem por função primária indicar as categorias de *Tempo*, *Modo*, *Pessoa* e *Número*, típicas da conjugação central (assim chamada a dos tempos simples). Desse modo, diferentemente do que ocorre com as línguas eslavas, cujo sistema verbal se estrutura em torno da noção aspectual, à semelhança do primitivo indo-europeu, razão pela qual essas línguas acabam por expressar flexionalmente os valores aspectuais, o sistema verbal central português estrutura-se em torno da noção temporal.

Em outras palavras, para o autor, em português, os valores de natureza aspectual provenientes do sistema verbal central, comparados com os da “expressão perifrástica”, possuem um valor secundário, uma vez que resultam de valores de natureza temporal. Sendo assim, esta deficiência, não só da língua portuguesa, como também das línguas românicas em geral, na expressão do Aspecto teria sido compensada pela conjugação perifrástica.

É interessante observar que Barroso (1994), apesar de definir o Aspecto como uma categoria verbal, reconhece que o mesmo “enquanto classe léxica” não se limita ao verbo. Afirma então, baseado em Coseriu (1987), que o Aspecto é uma categoria universal que pode ou não ser realizada numa língua particular. Sendo assim, rejeita a aplicação da realidade aspectual das línguas eslavas nas demais línguas funcionais, uma vez que, segundo o autor, “o aspecto eslavo não é a categoria aspecto, mas uma de suas modalidades históricas”.

Ora, a constatação de que o Aspecto eslavo é apenas uma das modalidades históricas da categoria do Aspecto, evidencia o fato de que a referida categoria apresenta diferentes modos de realização, ou seja, os valores aspectuais podem ser expressos de distintas maneiras nas diversas línguas naturais. Tem-se aí, portanto, a confirmação da hipótese de Smith (1997), citada no início desta seção, segundo a qual o Aspecto faz parte da gramática universal, cuja atualização varia parametricamente de uma língua para outra.

Essas observações são necessárias para que se possa refletir sobre a natureza da categoria do Aspecto e, conseqüentemente, avaliar se é de fato procedente estabelecer uma diferenciação entre os chamados “aspecto lexical” e “aspecto gramatical”.

Para Barroso (1994), conforme já foi evidenciado, essa diferenciação não é necessária, uma vez que, para ele, o Aspecto é uma possibilidade universal da linguagem, que pode ser expressa por recursos variados. Desse modo, o autor, seguindo a esteira de Herculano de Carvalho (1994) utiliza o termo Aspecto como representante de todos os valores aspectuais e procede dessa maneira, devido aos seguintes fatos: 1) a oposição *imperfectivo/perfectivo*, característica das línguas eslavas, poder ou não se apresentar em outras línguas; 2) as Aktionsarten nem sempre serem propriedades objetivas inerentes aos processos, mas também formas diferentes de conceber o processo; e 3) as expressões “gramatical” do Aspecto e “lexical” das Aktionsarten, nas línguas eslavas, nem sempre se verificarem de forma organizada.

Para ratificar o seu ponto de vista, Barroso (1994, p. 79) também cita João Andrade Peres (1984) que, referindo-se às diferentes formas de expressão da categoria Aspecto, afirma, em sua gramática, que a dispersão de formas não deve impedir um tratamento unificado do Aspecto verbal.

Ainda com relação às formas de expressão do Aspecto, Barroso (1994) afirma que, em qualquer enunciado lingüístico, a conjugação de todas as manifestações aspectuais determina o chamado *aspecto de frase*, o qual permite tirar um maior proveito de toda a informação aspectual contida na sentença, seja através dos semantemas verbais e dos adjuntos adverbiais, seja através dos morfemas flexionais e das perífrases verbais.

Nadalin (2005, p. 5) analisa a distinção entre Aspecto Verbal e Aktionsart no polonês, ressaltando a relevância de considerar essa separação em outras línguas. Segundo o autor, o polonês, assim como outras línguas eslavas, possui duas classes distintas de verbos - perfectivos e imperfectivos -, as quais podem ser identificadas a depender do contexto²² em que ocorrem. Desse modo, como assevera Nadalin (2005), essas duas classes verbais se opõem e essa oposição constitui o eixo a partir do qual o sistema verbal dessas línguas se organiza.

Como afirma o autor, essas duas classes de verbos podem ser definidas da seguinte forma: enquanto os verbos imperfectivos referem-se a eventualidades vistas como durativas, seja no presente, passado ou futuro; os verbos perfectivos referem-se a eventualidades entendidas como totalmente concluídas, seja num passado ou num futuro tido como certo, desconsiderando a existência de suas "etapas" (começo, desenvolvimento e fim), ou seja, a eventualidade é tomada como uma coisa indivisível, atômica, além de pressupor um resultado decorrente desse fato. Convém ressaltar que o termo eventualidade, empregado por Nadalin, (2005) faz referência a qualquer processo verbal, independente de este denotar um estado ou evento.

Em virtude dessa oposição, o autor afirma que, em polonês, existem "pares aspectuais", constituídos por um verbo imperfectivo e sua contraparte perfectiva, os quais, via de regra, corresponderiam a apenas um verbo em línguas como o inglês ou o português. Assim, por exemplo, para um verbo português como *escrever* corresponde, em polonês, pelo menos dois verbos *pisac* e *napisac*, sendo o primeiro imperfectivo e o segundo perfectivo.

²² Apesar de o emprego de certas expressões lingüísticas, como advérbios, condicionarem o uso dessas duas classes de verbos, o autor ressalta que a opção por uma ou outra classe é, até certo ponto, subjetiva, pois depende de como se "olha" para uma dada eventualidade. Sob esse prisma, a escolha por um verbo perfectivo ou imperfectivo seria até certo ponto discursiva, já que depende de um condicionamento textual.

Nas discussões sobre o Aspecto, é comum encontrar a afirmação de que as línguas eslavas apresentam sempre dois Aspectos verbais, o perfectivo e o imperfectivo. Essa divisão advém das diferenças morfológicas entre as duas classes verbais, fazendo com que vários autores afirmem que, normalmente, o perfectivo é o termo marcado, enquanto o imperfectivo, o termo não-marcado.

De acordo com Nadalin (2005), a existência de uma marca morfológica como os prefixos não é um critério confiável, nem tampouco suficiente, para identificar um verbo como perfectivo, uma vez que há verbos prefixados que são imperfectivos, e verbos sem prefixo algum que são perfectivos. Assim, o autor propõe, como um dos critérios para identificar um verbo perfectivo ou imperfectivo em polonês, que seja observada a relação entre o verbo e o tempo verbal para que se possa, assim, classificar um verbo como perfectivo ou imperfectivo. Assim, por exemplo, ao se aplicar as desinências de presente a um determinado verbo, e esse fizer referências a eventualidades concomitantes ao momento da fala ou a um momento posterior, tem-se, respectivamente, verbos imperfectivos e verbos perfectivos.

Castilho (1984, p.17) chama a atenção para o fato de que as línguas eslavas, que dispõem de uma morfologia de base aspectual, não dispensam as considerações semânticas no estudo da referida categoria. Ademais, afirma que “é tão difícil sustentar a inexistência de uma interação semântica entre o tema e seus sufixos flexionais”, que autores que limitam o Aspecto aos sufixos flexionais do verbo, acabam por fazer alusão ao aspecto lexical, como é o caso de Schogt (1964).

Essas observações evidenciam que a consideração exclusiva ou da face lexical ou da face gramatical da categoria do Aspecto não é suficiente para dar conta dos fatos. Recorde-se que Nadalin reconhece ainda o fato de que a escolha por uma ou outra classe verbal depende de um condicionamento textual. Assim, deve-se levar em conta todos os elementos presentes no enunciado sob análise.

Para sustentar o seu ponto de vista, Nadalin (2005) se baseia, principalmente, em Bertinetto (2001), que considera a existência independente do Aspecto Verbal e da Aktionsart, bem como a interação entre as duas categorias, ressaltando inclusive a

possibilidade de elas virem a convergir no polonês, dando origem a um sistema aspectual sincrético.

Ora, se há a possibilidade das “duas categorias” convergirem, é porque há um momento em que elas se equívalem. Ademais, a própria postulação de critérios para a identificação da classe verbal já é uma evidência de que os valores aspectuais não são expressos de forma isolada. Mais eficaz será, portanto, considerar a existência de apenas uma categoria lingüística, a do Aspecto, a qual se utiliza dos mais variados recursos para a sua expressão.

De fato, os domínios dessas “duas” categorias não estão definitivamente estabelecidos, o que pode ser ilustrado pela diversidade de entendimento entre os estudiosos do assunto. O próprio Nadalin (2005, p. 4) reconhece este fato, citando, para isso, as palavras de Hoepelman (1978), aqui transcritas: “The problem is, that... a clear understanding of what Aktionsarten and Aspects are, is lacking. This makes it difficult to attack or defend the one or the other position, for one doesn't know what exactly one is attacking or defending.”²³

Costa (2002, p. 23) afirma que é antieconômico, para a análise, a postulação de duas categorias, para verbos do português e que, a categoria lingüística do Aspecto, enquanto “possibilidade semântica” deve ser estudada, onde quer que apareça nos enunciados da língua. Sob esse prisma, deve-se investigar quais os recursos utilizados para a expressão da categoria em questão: se lexicais, morfológicos ou sintáticos; se a categoria é verbal, nominal, ligada à frase, etc.

Para dar suporte ao seu ponto de vista que descarta a hipótese de considerar Aspecto e Modo de Ação como duas categorias distintas, Costa faz uma analogia com as categorias de Gênero e Número em português, observando que ambas podem ser lexicalizadas ou expressas pela morfologia, mas, nem por isso constituem categorias diferentes. A categoria de Gênero, por exemplo, pode ser lexicalizada por palavras como *homem/mulher* ou expressa pela morfologia, como nas palavras *menino/menina*, o mesmo ocorrendo com as palavras *par, ambos, rebanho, pentacampeão, maioria* que são lexemas nominais designadores da categoria de Número.

²³ O problema é que está faltando um claro entendimento do que seja Aktionsarten e Aspecto. Isto torna difícil atacar ou defender uma ou outra posição, pois não se sabe exatamente o que se está atacando ou defendendo.

Ademais, Costa salienta que além do verbo, outras classes de palavras podem portar em seus lexemas uma marca aspectual, como substantivos, adjetivos, alguns advérbios e algumas conjunções que fazem referência à constituição temporal interna do fato. Além do lexema, a marca aspectual também pode estar em afixos derivacionais, em flexões e em perífrases.

Costa (2002) admite ainda que a significação aspectual pode se restringir ao âmbito do vocábulo ou da perífrase em que se insere; e que, por mecanismos sintáticos, pode estender-se a outros elementos da frase, ou, ainda, abranger a frase como um todo, caracterizando-se como uma categoria da frase. Conclui-se que, para a autora, a língua portuguesa inclui, no seu sistema semântico, a categoria de Aspecto que pode ser expressa através de lexemas, de morfemas flexionais ou derivacionais, e de perífrases.

Em sua tese, Castilho (1967, p.40) parece, inicialmente, estabelecer uma oposição entre Aspecto e Modo de Ação, ao afirmar que, este último representa uma compreensão *lato sensu* das noções aspectuais, uma vez que engloba e ultrapassa a bipolaridade característica do Aspecto. Como bem ressalta Costa (1986, p. 46), se a suposta categoria de Modo de Ação permite ultrapassar a bipolaridade característica do Aspecto, é porque talvez devam repousar sobre ela outras distinções semânticas que não as aspectuais. No entanto, se a suposta categoria assenta sobre as mesmas noções semânticas que a categoria de Aspecto, é porque ambas são a mesma categoria.

Logo em seguida, porém, Castilho apresenta uma posição diferente da inicial, quando afirma que o próprio falante, ao valer-se dos recursos que a língua lhe oferece, tanto os léxicos, como os morfológicos ou sintáticos, é capaz de figurar espacialmente o processo verbal. Dessa forma, o impasse gerado pelas discussões em torno do Aspecto e do Modo de Ação acaba sendo anulado, pois se evidencia o que há de comum entre as duas categorias, marginalizando os tipos que escapam ‘às noções de duração e completamento’, ponto de vista, que, como ressalta Costa (1986) é mais coerente.

Segundo Castilho (1967), quando os franceses traduziram o termo alemão *Aktionsart* por Aspecto, sem traduzir o termo *Aspekt*, gerou-se uma grande confusão no mundo românico, pois misturaram-se noções que até então diziam respeito a níveis lingüísticos distintos. Assim, a crise começada “concorreu” para a complicação da matéria, aprofundando ainda mais as “diferenças” entre as duas categorias.

Castilho (1967, p.57) faz referência ao trabalho de Manuel de Paiva Boléo, intitulado *O Perfeito e o Pretérito em Português* (1936), no qual o autor sugere, no estudo da categoria de Aspecto, a exclusão do significado aspectual, quando provém do lexema e não dos elementos flexionais. Conforme salienta Costa (1986, p. 45), tal atitude nega as interrelações existentes nos diversos níveis de estruturação lingüística, além de ter um caráter redutor, pois existem casos em que o lexema é o único portador da marca aspectual em toda a frase. A autora também aponta casos em que o Aspecto não se apresenta como uma categoria exclusivamente flexional ou lexical, mas como uma categoria da frase.

De acordo com Corôa (1985, p. 66), Aspecto se opõe ao Modo de Ação, como uma passagem obrigatória no uso dos verbos. Assim, o Modo de Ação, por não fazer parte das categorias gramaticais, mas das semânticas, é meramente facultativo. A autora também alerta que, a categoria de Modo de Ação pode, freqüentemente, traduzir o mesmo conteúdo que a categoria de Aspecto.

Smith (1997, p.2) salienta ainda que a informação aspectual de uma sentença resulta da interação entre dois fatores: o *ponto de vista* e o *tipo de situação*. Enquanto o ponto de vista é marcado por morfemas temporais e adverbiais, o tipo de situação é expresso pela associação do verbo aos seus argumentos. Essa natureza composicional da categoria de Aspecto, pode ser vista na definição formulada pela autora:

Aspect traditionally refers to grammaticized viewpoints such as the perfective and imperfective. Recently, as people have come to appreciate the relation between viewpoint and situation structure, the range of the term has broadened. The term now includes temporal properties of situations or situation types. Viewpoints and situation types convey information about the temporal aspects of situations such as beginning, end, change of state, and duration. This notion of temporality is distinct from temporal location, although related to it. Aspect is the semantic domain of the temporal structure of situations and their presentation.²⁴

²⁴ “Tradicionalmente, aspecto refere-se a pontos de vista expressos gramaticalmente, como o perfectivo e o imperfectivo. Recentemente, como as pessoas vieram apreciar a relação entre o ponto de vista e a estrutura de situação, a gama do termo alargou. O termo inclui agora propriedades temporais de situações ou tipos de situação. Pontos de vista e tipos de situação carregam informação sobre os aspectos temporais de situações como começo, término, mudança de estado, e duração. Esta noção de temporalidade é distinta da localização temporal, embora relacionado a isto. Aspecto é o domínio semântico da estrutura temporal de situações e suas expressões.”

Bache (1982, p.64) reivindica uma distinção semântica rígida entre Aspecto e Aktionsart, argumentando contra a confluência destas duas categorias numa categoria ampla do Aspecto, conforme fazem Comrie (1976) e Lyons (1977). Apesar das restrições em relação ao ponto de vista desses dois autores, Bache observa, como fator positivo, o fato de ambos visarem apresentar o Aspecto como parte de uma teoria geral da linguagem.

Segundo o autor, para uma discussão satisfatória do Aspecto como uma categoria produtiva em línguas não-eslavas, deve-se, primeiramente, estabelecer o Aspecto como uma categoria metalingüística geral. Para tanto, deve-se satisfazer a dois requisitos básicos: (i) apresentar uma definição rígida do Aspecto, obtida através de uma abstração e generalização, a partir de determinados sistemas aspectuais; e (ii) discutir a relação entre o Aspecto e outras categorias tradicionalmente associadas ao verbo, nomeadamente, Tempo e Aktionsart.

Comrie (1976, p. 41) denomina *aspecto inerente*, a semântica inerente à base lexical dos verbos, propondo-se a analisar, detalhadamente, as propriedades semânticas de várias classes de itens lexicais e como estas, por sua vez, interagem com outras oposições aspectuais, quer seja proibindo certas combinações, quer seja restringindo seus significados.

De acordo com Bache (1982, p. 62), Lyons (1977) afirma que o *caráter aspectual* é de natureza léxico-semântica, e que o Aspecto recobre uma variedade de oposições expressas gramaticalmente. Tais oposições são baseadas nas noções de duração, instantaneidade, repetição, começo, completamento, dentre outras.

Bache critica as abordagens feitas por Comrie (1976) e Lyons (1977), já que ambos, segundo afirma, parecem acreditar no fato de que Aspecto e Aktionsart (ou seus equivalentes) referem-se a distinções semânticas da mesma natureza, diferenciando-se apenas pela sua expressão formal.

Toda a argumentação de Bache é no sentido de ressaltar que Aspecto e Aktionsart constituem duas categorias semanticamente diferentes. O autor afirma ser necessário fazer uma distinção entre “verbos” e “situações”: enquanto muitos verbos, quer durativos quer pontuais, são compatíveis com a perfectividade e a imperfectividade, apenas as situações durativas admitem construções perfectivas e imperfectivas. Ademais, como afirma, situações pontuais só podem ser expressas por construções perfectivas.

Para o supracitado autor, o fato de situações durativas poderem ser expressas tanto por construções perfectivas como imperfectivas é um forte indício para a separação entre Aspecto e Aktionsart. No entanto, o autor ressalta que, apesar de as situações pontuais serem compatíveis apenas com o perfectivo, essa evidência não deve ser utilizada como um contra-argumento a favor da conjunção das duas categorias.

Ainda segundo o mesmo autor, a oposição entre perfectivo e imperfectivo é Aspecto, e é marcada gramaticalmente. Ademais, Aspecto reflete o foco situacional com o qual um evento é representado. Por sua vez, Aktionsart refere-se a características processuais atribuídas a uma determinada situação referida por verbos frasais.

Em relação à abordagem de Comrie (1972), Bache reconhece a importância de algumas discussões deste autor, tais como a definição de perfectivo e pontualidade. Entretanto, Bache rejeita a apresentação da habitualidade, continuidade, não-progressividade e progressividade como subdivisões do imperfectivo, uma vez que, segundo o autor, tais traços são todos definíveis em termos de significados inerentes, constituindo, portanto, não uma oposição aspectual genuína, mas distinções semânticas relativas à Aktionsart.

Para refutar ainda a hierarquia aspectual proposta por Comrie (1972), Bache toma por base as línguas eslavas, onde a continuidade e progressividade e, algumas vezes, a habitualidade e não-progressividade são compatíveis, não apenas com o aspecto imperfectivo, mas também com o aspecto perfectivo.

Como se pode observar, o mesmo argumento utilizado por Bache para afirmar que os traços acima citados não são aspectuais, também poderia ser usado para rejeitar a classificação do perfectivo como um Aspecto.

Bache cita alguns estudiosos, como Jakobson, Hermann Paul, Rundgren e Forsyth que propõem ser o Aspecto uma categoria mais ou menos subjetiva, já que dependeria da escolha do falante entre uma descrição perfectiva ou imperfectiva, e ser a Aktionsart uma categoria objetiva, uma vez que diz respeito à constituição de uma situação descrita. Tal argumento parece pressupor que o Aspecto permite uma escolha livre por parte do falante, enquanto Aktionsart, não.

Como explica Bache, essa distinção baseada na subjetividade/objetividade tem valor explanatório, apenas se não for levada ao extremo. O autor propõe ser o Aspecto basicamente subjetivo, em que alguns traços podem ser determinados objetivamente. Por sua vez, Aktionsart também apresenta um caráter objetivo e subjetivo.

O fato de Bache considerar que o Aspecto possui um elemento objetivo e Aktionsart um elemento subjetivo corrói a premissa em que admite a distinção entre o Aspecto e a Aktionsart. Ora, a distinção entre Aspecto e Aktionsart não pode ser mais rígida do que a distinção entre a objetividade e a subjetividade, se a objetividade for considerada como a base da distinção.

Bache afirma que para a maior parte dos filólogos germânicos e eslavos, o critério principal para a distinção é de ordem semântica: “Aspecto é tipicamente definido como o ponto de vista do falante sobre a ação ou situação descrita, enquanto o Modo de Ação é definido como a maneira como uma ação ou situação se desenvolve ou se processa em circunstâncias particulares”.

Segundo Costa, nem a posição que propõe a distinção através dos níveis de estrutura lingüística utilizados para a expressão, nem a posição que argumenta para a participação subjetiva do falante são razoáveis para justificar a bipartição. A primeira posição é contraditória, pois se as distinções semânticas são da mesma natureza é porque ambas podem ser tratadas como uma mesma categoria, e a segunda focaliza a questão de forma errônea, já que, em qualquer manifestação lingüística, o ponto de vista do falante incide sobre aquilo que ele expressa, sendo inevitável sua intermediação.

Costa salienta ainda que admitir a reincidência do traço semântico no nível da frase ou do vocábulo parece ser mais econômico do que admitir a existência de duas categorias fundamentadas nas mesmas distinções semânticas. Um verbo como *amanhecer*, por exemplo, cujo sufixo *-ecer* expressa processo, pode aparecer com esse traço aspectual recorrente na forma *está amanhecendo*. Assim, admite-se que, algumas línguas, dentre elas o português, têm, lexicalizadas, algumas distinções aspectuais. O falante, ao se expressar, pode recorrer, conforme o item lexical, a apenas uma forma, que, segundo a autora, pode ser: não marcada aspectualmente (perfectivo) ou a duas ou três que se distinguem aspectualmente (imperfectivo). E a depender do seu ponto de vista sobre o fato expresso, faz a sua escolha

lexical, sobre a qual podem se aplicar, reincidentemente, tanto no nível da morfologia como da sintaxe, distinções aspectuais.

Partindo de uma abordagem estruturalista, Soares (1984, p. 29) diferencia Aspecto e Modo de Ação, asseverando que, enquanto a primeira categoria seria relativa às noções aspectuais que recebem expressão gramatical, seja flexional, seja por meio de perífrases verbais estáveis e com significado aspectual constante, a segunda seria inerente às noções pertencentes ao léxico, ou seja, expressas pelo radical do verbo.

Logo, para a autora, as duas categorias em questão possuem *status* diferentes, já que, enquanto o Aspecto é visto como uma categoria gramatical, o Modo de Ação é tido como uma categoria semântica pertencente ao léxico.

Soares (1984) afirma ainda que essas duas categorias distintas estão incluídas num campo semântico amplo, de noções ligadas por traços comuns referentes à maneira de ser da ação, às diferentes maneiras de se apresentar o decurso da ação. Para designar essa noção geral, a autora propõe o termo *aspectualidade*.

Segundo Costa (2002), apesar de o termo “aspectualidade” ser interessante pelo fato de sugerir um campo mais amplo de atuação, não se deve considerar a bipartição das duas categorias por todas as razões anteriormente levantadas. A essa observação feita por Costa, pode-se acrescentar aqui outra: se Soares (1984) sugere o termo aspectualidade para abarcar as noções semânticas que dizem respeito ao Aspecto e ao Modo de Ação e afirma que, essas noções se ligam por traços “comuns”, referentes à maneira de ser da ação, às diferentes formas de se apresentar o decurso da ação, não parece plausível considerar a separação entre as “duas” categorias, pois, como pode ser inferido pela definição de aspectualidade, Aspecto e Modo de Ação exprimem traços semânticos da mesma natureza.

Como observa Duarte (2000, p.34), o ponto de vista de Soares está calcado em Coseriu, para quem "uma categoria existe no sistema gramatical de uma língua, se ela aí funciona como uma categoria autônoma, isto é, se ela é representada por oposições específicas e não redutíveis a outras categorias".

O autor reconhece os méritos da teoria defendida por Soares (1987), principalmente em relação às oposições estabelecidas pela autora entre significado léxico e significado gramatical e entre valores de língua e valores de fala.

No que diz respeito à primeira oposição, Soares enfatiza a necessidade de separar abordagens lexicais de abordagens gramaticais, criticando aqueles autores que, como Travaglia (1981), acabaram por misturar, na descrição dos aspectos, fatos relativos a níveis distintos. Já em relação à oposição entre valores de língua e valores de fala, a autora evidencia que a maior parte dos trabalhos sobre o Aspecto verbal contempla dimensões que ultrapassam a esfera do verbo, abrangendo aspectos oriundos do contexto, que se manifestam pela repetição da forma lexical, como no exemplo *cai cai balão*, ou por via de adjuntos adverbiais como *João encheu o copo várias vezes*.

No entanto, Duarte (2000) faz uma ressalva em relação a esse ponto de vista, uma vez que o valor semântico obtido a partir do semantema verbal é, por vezes, movediço. Isto quer dizer que, um verbo como *cair* por exemplo, cujo lexema parece apontar para um aspecto pontual, pode ter o seu valor alterado a depender do contexto mórfico ou sintático. Assim, na forma *caía*, a desinência do imperfeito imprime a idéia de cursividade, e em *cai cai balão*, a reiteração da forma verbal oblitera o suposto sentido pontual.

Essa questão assinalada por Duarte foi levantada por Castilho (1967), que admite a possibilidade de Aspecto e Modo de Ação se confundirem "nos casos em que a flexão temporal ou os adjuntos adverbiais provocam alterações no valor semântico do verbo".

Considera-se, pois, como Costa, (2002) que, Aspecto e Modo de Ação constituem uma mesma categoria lingüística, já que prevalece o entendimento de que ambas as noções são baseadas nas mesmas distinções ontológicas. Aceita-se, assim, a existência de apenas uma categoria semântica que se expressa nos níveis lexical e/ou morfológico ou por outros recursos lingüísticos, já que as perífrases constituem o recurso mais produtivo de expressão da categoria de Aspecto em português.

2.4 A HIPÓTESE DA PRIMAZIA DO ASPECTO NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Nas últimas décadas, a categoria lingüística do Aspecto foi um dos principais temas de investigação nos estudos sobre aquisição da linguagem. Diversos pesquisadores dessa área asseveram que crianças de uma grande variedade de línguas, inicialmente, restringem sua morfologia verbal de acordo com a construção aspectual dos eventos denotados pelo verbo.

Tal restrição, como salienta Shirai (2003, p. 195), foi observada, inicialmente, por Roger Brown (1973), responsável pelos primeiros estudos que investigaram a morfologia de Tempo e Aspecto, conhecidos como *morpheme studies*. O objetivo de Brown (1973) era investigar se a aquisição dos morfemas gramaticais em inglês obedecia ou não a uma ordem definida. Em um estudo longitudinal, o autor observou que formas no passado simples eram restritas, principalmente, a verbos pontuais que exprimiam mudança de estado como, por exemplo, *fall* e *break*. Por fim, Brown (1973) concluiu que, na aquisição do inglês como língua materna, quatorze morfemas foram adquiridos por três crianças em uma seqüência semelhante.

De acordo com Spaldaro (2005, p. 76), o resultado da pesquisa realizada por Brown foi levado em conta por pesquisadores na aquisição de uma segunda língua (L2), como, por exemplo, Dulay e Burt (1973). Ao estudarem um grupo de crianças falantes nativas de espanhol, aprendendo o inglês como segunda língua, os referidos autores observaram que o processo de aquisição de uma segunda língua é semelhante ao da aquisição da língua materna (L1), concluindo haver também uma ordem comum na aquisição de certas estruturas da L2. Segundo os autores, a maior parte dos erros cometidos pelos aprendizes do inglês como L2 são os mesmos cometidos pelos aprendizes de inglês como L1 e não o resultado de uma interferência dos hábitos lingüísticos da L1.

Segundo Spaldaro, os *morpheme studies* tiveram um grande impacto nos estudos lingüísticos, não só pelo fato de terem comprovado que tanto aprendizes de primeira como de segunda língua parecem adquirir morfemas gramaticais de forma semelhante, como também pelo fato de terem propiciado uma série de outros estudos que serviram de base à “Hipótese da Primazia do Aspecto”, cujo objetivo consiste em investigar a existência ou não de um conjunto de princípios universais empregados pelos aprendizes para marcar o Aspecto verbal, tanto em contextos de língua materna como de segunda língua.

Basicamente, os estudos a respeito da Hipótese da Primazia do Aspecto foram formulados, tanto numa perspectiva desenvolvimentista (ou cognitivista), como numa perspectiva gerativista. Segundo Rodrigues (2006, p. 60), enquanto para os autores que se filiam à perspectiva desenvolvimentista, o processo de aquisição segue um curso limitado por estágios de desenvolvimento cognitivo, os que se filiam a uma perspectiva gerativista/minimalista asseveram que o processo de aquisição gira em torno da aquisição do léxico de uma língua ou, mais especificamente, dos traços que compõem o léxico dessa língua.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a “Hipótese da Primazia do Aspecto” em sua mais recente formulação. Para tanto, serão apresentados, inicialmente, alguns estudos que focalizaram a aquisição de Tempo e Aspecto, seguidos de discussões sobre implicações da referida hipótese.

2.4.1 Alguns estudos a respeito da Hipótese da Primazia do Aspecto

Durante as décadas de 1970 e 1980, várias pesquisas foram realizadas com o intuito de verificar a validade da hipótese de Jakobson (1957), segundo a qual, na aprendizagem de uma língua, o Aspecto verbal é adquirido antes do Tempo. Tais estudos foram explicitados, inicialmente, com base nos estágios cognitivos de Piaget (1982), relacionando-os com o início do processo de aquisição da linguagem.

Conforme salienta Rodrigues (2006, p. 61), de acordo com as pesquisas feitas por Bronckart e Sinclair (1973), Antinucci e Miller (1976) e Bloom, Lifter e Hafitz (1980), durante o estágio cognitivo pré-operacional, as crianças marcam apenas as distinções aspectuais, correspondentes a determinadas propriedades de eventos particulares. Como nesse estágio, as crianças tenderiam a prestar mais atenção às características particulares do que às gerais, elas teriam dificuldade para representar relações temporais, o que só ocorreria durante o estágio operacional.

Bronckart e Sinclair (1973, *apud* WAGNER, 1998, p. 89), em um estudo experimental com crianças de 2 a 11 anos de idade, aprendendo o francês, verificaram a interação entre a semântica dos verbos e o surgimento de determinados afixos verbais. O experimento consistia

na manipulação de alguns brinquedos, para que as crianças, em seguida, relatassem as cenas assistidas. Como tais cenas eram relatadas após o seu término, esperava-se, a rigor, que todos os relatos estivessem no tempo passado. No entanto, verificou-se que as crianças de até 6 anos tendiam a usar o passado composto (*passé composé*) com eventos que exprimiam um resultado final claro e o tempo presente com eventos em que não havia essa noção de resultado, de mudança de estado. Com base nos dados analisados, Bronckart e Sinclair (1973) afirmaram que as crianças usam a flexão verbal de acordo com o aspecto lexical: eventos atélicos são relatados com o presente, enquanto eventos télicos são relatados com o passado.

Por sua vez, Antinucci e Miller (1976, *apud* WAGNER, 1998, p. 90), em estudo realizado com crianças italianas, afirmam que, no começo da aquisição, que corresponderia ao estágio pré-operacional de Piaget (1982), a capacidade da criança para representar eventos passados seria limitada, no sentido de que ela só poderia codificar eventos passados que tivessem um valor resultativo claro. Para ser capaz de representar um evento passado, a criança precisaria de uma ligação concreta entre o agora e a ação, ou seja, um resultado observável, o que explica o fato de as crianças italianas usarem o *passato prossimo*, inicialmente, com predicados télicos. À medida que a capacidade de representar eventos passados se expandisse por rotas cognitivas diferentes, a criança começaria, gradualmente, a usar o *passato prossimo* com todos os tipos de predicados.

Segundo Rodrigues (2006, p. 62), o estudo realizado por Bloom, Lifter e Hafitz (1980) é bastante semelhante ao de Bronckart e Sinclair (1998) embora tenha sido feito com crianças em processo de aquisição da língua inglesa. De acordo com os resultados obtidos, haveria uma certa relação entre o traço semântico de *duratividade* do verbo e o afixo verbal empregado, pois com verbos [+durativos], como, por exemplo, *brincar* e *correr*, as crianças empregaram o afixo *-ing*, responsável por codificar o aspecto progressivo, enquanto com verbos [-durativos], como *cair* e *sair*, por exemplo, as crianças empregaram o afixo *-ed*, responsável por codificar tempo passado e aspecto perfectivo. Os pesquisadores interpretaram esses resultados como evidência de que as flexões verbais iniciais são seletivamente empregadas nos verbos, em função de um determinado aspecto lexical.

Como explica Rodrigues (2006, p. 62), muitos estudos contestaram o que propuseram Bronckart e Sinclair (1998), Antinucci e Miller (1976) e Bloom, Lifter e Hafitz (1980). Segundo o autor, existe evidência experimental de que crianças novas já apresentam

conhecimento de conceitos temporais e podem usar marcas de passado perfeito, mesmo quando não há resultados claros.

Para exemplificar tais casos, Rodrigues (2006) cita o estudo de afixos verbais realizado por Harner (1981), a partir da produção de 100 crianças falantes do inglês entre 1 e 8 anos. Como frisa, Harner observou que as crianças de 3 e 4 anos usam o presente em metade dos contextos de passado, tanto com verbos atélicos, quanto com verbos télicos. Apesar deste padrão não ter sido verificado nas crianças mais velhas, o mesmo contraria a proposta de Bronckart e Sinclair (1998.), segundo a qual, verbos [+télicos] seriam produzidos no passado, e os [-télicos], no presente.

Por sua vez, Shirai (2003, p. 196) menciona que Weist *et al.* (1984), em um estudo do polonês, evidenciaram que as crianças codificam tempo já nos primeiros estágios da aquisição. No entanto, Shirai ressalta que os dados da pesquisa de Weist *et al.* foram reanalisados por Bloom e Harner (1989) e por Andersen (1989), que evidenciaram a importância do traço semântico, no processo de aquisição da morfologia verbal.

De acordo com Rodrigues (2006, p. 64), para muitos lingüistas como, por exemplo, Andersen e Shirai (1994) e Bardovi-Harlig (1999), o aspecto lexical de um verbo desempenha um papel importante na aquisição da morfologia verbal e tanto aprendizes de língua materna quando aprendizes de segunda língua adquirem distinções aspectuais, antes de adquirirem distinções temporais. Essa proposição é a base da Hipótese da Primazia do Aspecto.

Shirai (2003, p. 196) afirma que essa visão de que o Aspecto inerente de um verbo desempenharia um papel fundamental no processo de aquisição da morfologia verbal tem encontrado suporte nos dados provenientes de diversas pesquisas em diferentes línguas, a saber: Inglês – Bloom, Lifter e Hafiz (1980), Shirai e Anderson (1995), Olsen e Weinberg (1999); Italiano – Antinucci e Miller (1976); Chinês – Erbauh (1978), Li e Bowerman (1998); Japonês – Shirai (1995), dentre outros.

Como assinala Shirai (2003, p. 196), os dados obtidos pelas diversas pesquisas feitas sobre aquisição de Tempo e Aspecto foram reanalisados com base nas classes aspectuais de Vendler (1957), resultando, assim, na postulação de um determinado padrão de aquisição que

é conhecido na literatura como a Hipótese da Primazia do Aspecto (*Aspect First Hypothesis*)²⁵.

Rodrigues (2006, p. 64) pontua que, Shirai e Andersen (1995), baseados em dados do inglês, asseveram que a Hipótese do Aspecto pode ser interpretada ou como uma verdade absoluta ou como uma tendência. Dessa forma, se a hipótese for compreendida como uma verdade absoluta, apenas verbos télicos receberiam flexões verbais de passado (*simple past*). No entanto, se for entendida como uma tendência, a flexão verbal de passado seria usada predominantemente com verbos télicos, interpretação defendida por Andersen e Shirai.

2.4.2 As previsões feitas pela Hipótese da Primazia do Aspecto

Conforme especificado, realizaram-se diversas pesquisas com o intuito de investigar a aquisição de Tempo e Aspecto. Segundo Spuldaro (2005, p. 80), os estudos que focalizaram a aquisição da morfologia Tempo e Aspecto tinham por objetivo examinar a existência ou não de um conjunto de princípios que os aprendizes utilizariam para marcar o Aspecto verbal em contextos de primeira e de segunda línguas.

Como frisa Slabakova (2002, p. 3), a Hipótese da Primazia do Aspecto prevê as seguintes seqüências para o aparecimento da morfologia verbal durante o processo de aquisição da linguagem:

- “1. Learners first use (perfective) past marking on achievements and accomplishments, eventually extending use to activities and states.
2. In languages that encode the perfective/imperfective distinction, imperfective past appears later than perfective past, and imperfective past marking begins with states,

²⁵ A Hipótese da Primazia do Aspecto foi desenvolvida inicialmente por Bloom *et al.* (1980) e Andersen (1989,1991), que denominaram-na de *Aspect before Tense hypothesis*. Também encontram-se outras designações: *Primacy of Aspect hypothesis* (Bronckart and Sinclair 1973, Antinucci and Miller 1976); e *Defective Tense hypothesis* (Weist *et al.* 1984).

extending to activities, accomplishments and achievements.

3. In languages that have progressive aspect, progressive marking begins with activities, and then extends to accomplishments and achievements.

4. Progressive marking is not incorrectly over generalized to states”²⁶

Têm-se, assim, quatro associações: (i) do aspecto perfectivo com verbos de *achievements* e de *accomplishments*; (ii) do aspecto imperfectivo com os verbos de estado; (iii) do aspecto progressivo com os verbos de atividade; e (d) a supergeneralização do aspecto progressivo com verbos de estado.

Quanto à primeira associação, os defensores da Hipótese da Primazia do Aspecto asseveram que os aprendizes de uma segunda língua empregam o perfectivo mais com verbos [+télicos] do que com verbos [-télicos]. Tal afirmação, conforme frisa Spaldaro (2005, p. 81), baseada em Bardovi-Harlig (1999), tem suporte nos seguintes fatos: (i) boa parte dos estudos sobre o Aspecto são baseados em dados de produção narrativa não-controlada em que parece haver uma incidência de verbos de *achievement*; e (ii) o morfema de passado é aparentemente o primeiro a ser adquirido.

No que diz respeito à segunda associação, Spaldaro (2005, p. 82) afirma ser senso comum na literatura a idéia de que o aspecto imperfectivo surge após a aquisição do aspecto perfectivo. A autora cita alguns autores, como por exemplo, Andersen (1991) e Kaplan (1987) cujos estudos sobre aquisição do espanhol e do francês, respectivamente, dão suporte à referida proposta.

Segundo Rodrigues (2006, p. 68), o estudo realizado por Andersen (1991) dedicado à aquisição de aspecto em L2 faz supor que, nas línguas que realizam a distinção perfectivo/imperfectivo, o passado perfectivo apareceria mais cedo em relação ao passado

²⁶ "1. Os aprendizes primeiramente usam a marca de passado (perfective) em verbos de *achievements* e de *accomplishments*, eventualmente estendendo seu uso para verbos de atividade e de estado; 2. Em línguas que têm a distinção perfectivo/imperfectivo, o passado imperfectivo aparece mais tarde do que o passado perfectivo, e o passado imperfectivo aparece primeiro com verbos de estado, estendendo-se para verbos de atividade, *accomplishments*, *achievements*; 3. Em línguas que têm o aspecto progressivo, a marca do progressivo aparece primeiro com verbos de atividades, estendendo-se para verbos de *accomplishments* and *achievements*. 4. Marcas de tempos progressivos não são incorretamente estendidas para verbos de estado”.

imperfectivo, e esses passados seriam adquiridos na seguinte ordem: (i) passado perfectivo: *achievement* ? *accomplishment* ? atividade ? estado; (ii) passado imperfectivo: estado ? atividade ? *accomplishment* ? *achievement*.

Em relação ao aspecto progressivo, Spaldaro (2005, p. 82) salienta que boa parte dos estudos que investigaram a aquisição do inglês como segunda língua encontraram uma evidência expressiva de que o morfema progressivo *ing* está fortemente relacionado aos verbos de atividade, numa incidência superior a qualquer outra classe aspectual. Segundo a autora, diversos estudos dão suporte a esse resultado, como, por exemplo, o de Bardovi-Harlig (1998).

Ademais, Spaldaro (2005) assevera que inúmeros pesquisadores verificaram que aprendizes de inglês como segunda língua eventualmente usam o morfema *ing* com verbos de estado. Uma das justificativas para esse fenômeno é a interferência da língua materna durante o processo de aquisição do inglês, o que se confirma nos estudos realizados por Bardovi-Harlig e Bergström (1996), Collins (1997) e Bardovi-Harlig (1998).

3 O FUNCIONALISMO

Diversos autores salientam a dificuldade em definir o Funcionalismo, uma vez que as abordagens ditas funcionalistas não são identificáveis por rótulos teóricos, sendo várias delas reconhecidas apenas pelos nomes dos estudiosos que as desenvolveram. Como explica Poggio (2002, p.27), há funcionalistas direcionados ao estudo de um modelo abstrato de uso da língua, outros direcionados à língua tal como essa se manifesta em seu uso efetivo, alguns procuram estudar a variação translingüística, enquanto outros buscam a causa da variação intralingüística. Entretanto, como ressalta a autora, apesar das diferentes abordagens, há um denominador comum nos estudos existentes, o que constitui a teoria funcionalista da linguagem.

O objeto de estudo do Funcionalismo pode ser caracterizado como se referindo aos processos utilizados pelos falantes na construção do discurso. Assim, a linha de pesquisa do Funcionalismo se preocupa com as relações entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, ressaltando a importância do contexto social na compreensão da natureza das línguas.

O Funcionalismo surge na Escola Lingüística de Praga, passando a conviver com o Estruturalismo, e na figura de André Martinet teve o seu maior representante. Foi Martinet quem fixou as bases do Funcionalismo, estas publicadas em *Phonology as functional phonetics* em Londres no ano de 1946.

Nichols (1984, *apud* NEVES 1997, p. 55), distingue três tipos de funcionalistas: o tipo conservador, que apenas aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura; o moderado, que não aponta apenas essa inadequação, mas propõe uma análise funcionalista da estrutura; e o extremado, que nega a realidade da estrutura como estrutura e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas.

Enquanto na concepção formalista da linguagem, a língua é estudada como um objeto descontextualizado, visto que são observadas, exclusivamente, suas características internas, no paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com o objetivo principal de

estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Sob essa perspectiva, Barreto (1999, p.61) afirma que “na perspectiva funcional, a simples descrição da estrutura das sentenças não é suficiente; a descrição completa deve incluir referências ao falante, ao ouvinte e ao contexto sociocultural em que as sentenças ocorrem”.

Segundo Neves (2001, p.15), a gramática funcional pode ser definida como uma teoria que considera a competência comunicativa em suas análises da organização gramatical das línguas. Em outras palavras, a gramática funcional prioriza a capacidade que os falantes têm de codificar e decodificar expressões, de usar e interpretar essas expressões de forma interacional.

Nesse sentido, a Gramática Funcional considera o uso de expressões lingüísticas na interação verbal, examinando minuciosamente a relação entre a gramática de uma língua e sua instrumentalidade de uso, ou seja, as regularidades das línguas visando à sistematicidade da atividade lingüística. O que está sob o foco de exame é a produção de sentido. A Gramática Funcional, desse modo, analisa a estrutura gramatical, assim como a situação comunicativa inteira, o objetivo do evento de fala, seus participantes, seu contexto discursivo. Em outras palavras, a gramática funcional visa à explicação fundada na situação comunicativa.

Segundo Neves (1997, p. 15), quando se diz que a Gramática Funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que ela considera a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de maneira interacionalmente satisfatória. Nesse sentido, a gramática é vista como uma integração da sintaxe e da semântica, dentro de uma teoria pragmática. No entanto, Castilho (1997) admite, em lugar de gramática funcional, a existência de uma sintaxe funcional, que se refere à competência comunicativa do falante, partindo da semântica e do discurso e contextualizando a língua na situação social que dá origem a várias estruturas.

3.1 GRAMATICALIZAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

A gramaticalização se refere à migração de um item lexical para o sistema gramatical, quer como morfema livre, quer como morfema preso. É um processo que pode ser encarado como pancrônico, que apresenta uma perspectiva diacrônica, porque envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, porque implica variação. Os estudos sobre gramaticalização possuem abordagens diversas e até denominações variadas, como, por exemplo, reanálise, apagamento semântico, esvaimento semântico, condensação, redução e gramaticização. Desse modo, a gramaticalização é um dos processos responsáveis pela mudança lingüística. Podem ser identificadas, via gramaticalização, trajetórias características de algumas mudanças, e, além disso, tomá-la como uma espécie de paradigma para descrever o funcionamento da língua (ou de um fenômeno particular).

Compreender a perspectiva histórica é fundamental para o entendimento da relação forma/função em gramática (na língua). Traugott e Heine (1991, *apud* POGGIO, 2002, p. 62) consideram que: (a) a gramaticalização é uma espécie de mudança lingüística; (b) só determinadas classes lexicais são susceptíveis de sofrerem gramaticalização, assim, para que uma forma seja gramaticalizada é importante considerar o seu conteúdo semântico, as inferências que permitem a criação de um texto e sua frequência de uso na língua; (c) e a identificação dos fatores que determinam o início do processo.

Como explica Barreto (1999), o conceito de gramaticalização e as idéias nele implícitas são antigas. A noção do processo foi inicialmente reconhecida pelos povos do Oriente, pois no século X, os escritores chineses já distinguiam símbolos lingüísticos plenos de símbolos lingüísticos vazios. Porém, o interesse pela gramaticalização como hoje se apresenta, surgiu no século XVIII, com dois filósofos franceses, que discutiram a origem e o desenvolvimento da linguagem humana: Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau. Aparentemente, foi Condillac o primeiro a notar que as inflexões verbais assim como os sufixos temporais são historicamente derivados de palavras independentes. A autora também cita o estudioso John Horne Tooke, que em seu trabalho etimológico, *Epea pterventa* ou *The diversions of Purley* advertiu serem as preposições derivadas de nomes ou de verbos.

A lingüística do século XIX também abordou a gramaticalização, porém sem ter usado esse nome, sendo tema do trabalho de Franz Bopp na fase inicial dos estudos da gramática

comparada. No período do Estruturalismo americano e europeu, tópicos como gramaticalização não foram estudados.

A gramaticalização como se apresenta hoje, na lingüística contemporânea, é fruto de três correntes de pensamento: a que aborda a questão da tipologia das línguas, a que se dedica ao estudo da mudança histórica e a que observa e analisa a sintaxe da língua falada.

3.1.1 Gramaticalização e tipologia lingüística

Entre os representantes dessa primeira corrente, destaca-se, primeiramente, o filósofo e humanista Wilhem Von Humbolt (1822), o qual considera que a gramática evoluiu em quatro diferentes estágios: 1º) o pragmático (sentido denotativo/objetos concretos); 2º) o sintático (as palavras oscilam entre o sentido concreto e o formal); 3º) a aglutinação (palavras funcionais afixadas à palavras materiais); e 4º) o morfológico (pares aglutinados fundem-se em uma só palavra/raiz e afixos contêm significado material e gramatical), que partem sempre de idéias concretas. Os estágios de Humbolt correspondem a uma tipologia lingüística de sua época: línguas isolantes (estágios I e II); línguas aglutinantes (estágio III); línguas flexionais ou sintéticas (estágio IV). Essa teoria ficou conhecida como a Teoria da Aglutinação.

Outros dois grandes representantes dessa teoria foram Georg von der Gabelentz (1891), neogramático alemão, que chamou atenção para o fato de que as formas lingüísticas com o uso “desbotam” e precisam ser “pintadas” novamente, e Edward Sapir, que em sua obra *Language* (1921), teve como principal objetivo estabelecer um contínuo de diferentes espécies de conceitos lingüísticos, como uma base para uma tipologia sincrônica. Segundo Sapir, os conteúdos semânticos podem ser de natureza: material (conceitos básicos e conceitos derivacionais) e relacional (conceitos de relação concreta e conceitos de relação pura). Semanticamente, há entre essas quatro classes, uma gradação do concreto para o abstrato; e, morfológicamente, uma gradação paralela de palavras independentes ou elementos radicais para a expressão através da fixação de elementos não-radicaís a elementos radicais.

3.1.2 Gramaticalização e mudança histórica

A corrente lingüística que se dedica ao estudo da mudança histórica teve como principal representante Antoine Meillet (1912, *apud* BARRETO, 1999), que foi um estudioso das línguas indo-européias e o primeiro a empregar, no seu artigo *L'evolution des formes grammaticales*, o termo gramaticalização para indicar “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma”. De acordo com o autor, as novas formas gramaticais surgem através dos processos de analogia e de gramaticalização: enquanto o primeiro não reorganiza o sistema da língua, ou seja, não proporciona a renovação de formas, a gramaticalização cria novas formas e proporciona a transformação do sistema. Assim, a gramaticalização é vista como um processo que não só afeta individualmente as palavras, mas se estende às sentenças.

Para Meillet, a substituição da ordem livre das palavras, no latim, pela ordem mais ou menos fixa das palavras no português, no francês ou no inglês, motivada pela perda do caso morfológico, é um processo de gramaticalização, em que o valor expressivo da ordem das palavras, no latim, foi substituído por um valor gramatical. O autor também explicou haver três classes de palavras: palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais, entre as quais parece existir uma transição gradual. Como salienta Poggio (2002, p. 66), a teoria de Meillet parece ser uma reformulação da teoria da aglutinação de Gabelentz, já que afirma que as línguas se desenvolvem em espiral. Desse modo, as línguas acrescentam palavras acessórias para intensificar uma expressão; depois, as palavras se enfraquecem e se tornam instrumentos gramaticais; novas palavras surgem para reforçar a expressão; o enfraquecimento recomeça e assim por diante. Assim, a gramaticalização é um processo inacabado.

Depois de Meillet, outros indo-europeístas estudaram o assunto, porém, outros lingüistas históricos não se preocuparam com o estudo da gramaticalização e esse termo permaneceu esquecido. Nesse período, a mudança lingüística passou a ser vista como um conjunto de regras, cuja aplicação iniciava num estágio e terminava em outro. Não havia preocupação com a evolução gradual envolvida no percurso histórico. Esse período foi chamado por Lehmann de “amnésia sobre gramaticalização.”

Em 1968, É. Benveniste, discípulo de Meillet, retomou as idéias de seu mestre sobre a gramaticalização de verbos auxiliares, provenientes de verbos lexicais, denominando esse processo de auxiliarização (verbo pleno > verbo auxiliar). O autor também retomou a distinção estabelecida por Meillet entre “criação” e “renovação”, explicando haver criação quando a mudança é inovadora e diz respeito ao desaparecimento de categorias gramaticais ou ao surgimento de novas formas, e renovação quando as categorias são renovadas.

Roberts (1993), gerativista, vê a gramaticalização como “ a mudança de uma categoria lexical para uma funcional, associada à perda de conteúdo lexical”, admitindo os seguintes estágios: verbo pleno > estrutura predicativa > forma perifrástica > aglutinação.

3.1.3 Gramaticalização e sintaxe conversacional

A Teoria da Aglutinação recupera a sua popularidade em 1970, com Hodge, e em 1971, com Givón. É de Hodge o slogan “ a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”, modificado por Givón, em seu trabalho *Sintaxe histórica e morfologia sincrônica*, em que o autor declara: “a sintaxe de hoje é a morfologia de ontem”, mais tarde transformada em: “ a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Ao declarar esse último slogan, Givón dá início a corrente linguística que estuda e analisa a sintaxe da língua falada, surgindo, assim, a escala: Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero.

Como salienta Barreto (1999), esta linha de pesquisa abriu um novo horizonte para o estudo da gramaticalização que passou a ser encarada, não apenas como uma reanálise de material léxico para material gramatical, mas também como uma reanálise dos moldes do discurso para os moldes da gramática e de funções ao nível do discurso, para funções semânticas ao nível da sentença. Para Givón (2001), no processo de gramaticalização, o modo pragmático dá lugar ao modo sintático.

Até 1970, os lingüistas vinham operando com dois módulos lingüísticos: o Léxico e a Gramática. Givón agregou um novo módulo, o do Discurso, estabelecendo uma relação de prioridade entre o Discurso e a Gramática. Essa idéia teve uma série de desdobramentos, entre os quais o da Teoria da Iconicidade Sintática, que postula que a sintaxe icônica revela um grau de não-arbitrariedade das estruturas em relação ao que elas significam.

Em 1979, em seu livro *On understanding grammar*, Givón (2001) coloca todos os fenômenos lingüísticos na esfera da sintaticização e da morfologização, termos utilizados pelo autor em lugar de gramaticalização.

A partir de 1980, a gramaticalização assume um lugar importante na pesquisa de inúmeros lingüístas, dando surgimento a outras abordagens no estudo da gramaticalização, como, por exemplo, a da Gramática Emergente, de Hopper (1988), de onde vem a noção de que a estrutura é moldada pelo discurso, assim como ela também o molda num processo contínuo. Outra abordagem é a da Sintaxe Conversacional que ressalta serem os processos de constituição das estruturas, o ponto fundamental na língua falada. Castilho (1997) representa essa corrente, admitindo ao lado da gramaticalização, outros dois processos de constituição da língua: a semanticização e a discursivização. De acordo com o autor, esses dois processos podem ocorrer simultaneamente num mesmo item, sem exclusão, sendo a discursivização, o uso discursivamente relevante dos itens lexicais, e a semanticização, a modificação do sentido que acompanha a recategorização.

Pode-se perceber através dessa exposição, que a concepção a respeito da abrangência do processo de gramaticalização não é uniforme. Para Castilho (1997), a Gramaticalização é o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

3. 2 PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Conforme salienta Poggio (2002, p. 68), muitos trabalhos têm revelado o interesse dos estudiosos pelos processos através dos quais uma forma ou função se transforma em outra.

Segundo Castilho (1997, p. 32), o discurso foi considerado como ponto inicial do processo de gramaticalização, estando esse processo constituído dos seguintes estágios:

A) ALTERAÇÕES GRAMATICAIIS

• SINTATICIZAÇÃO

A sintaticização de um item lexical abrange: a) a recategorização sintática (mudança de classe da palavra); b) a categorização funcional (categorias sintagmáticas recebem propriedades argumentais e de adjunção na sentença) e c) o relacionamento de sentenças (coordenação, subordinação).

a) Recategorização sintática

Na recategorização de categorias lexicais, observa-se o seguinte contínuo: Categoria maior [Nome, Verbo] > Categoria Mediana [Adjetivo, Advérbio] > Categoria Menor [Preposição, Conjunção, Pronome, Verbo auxiliar] (Hopper, Traugott, 1993, apud POGGIO, 2002, p. 69). A recategorização pode ser verbal, nominal, pronominal, adverbial e intersentencial:

O grupo verbal

Na recategorização verbal, tem-se a passagem de: Verbo pleno > Verbo funcional > Verbo auxiliar > Clítico > Afixo. Os verbos plenos são aqueles que funcionam como núcleo do predicado; os funcionais transmitem esse papel para os constituintes à sua direita, tornando-se portadores de pessoa, número, tempo, modo e aspecto; os verbos auxiliares são aqueles que acompanham os verbos nucleares na forma nominal, especializando-se como auxiliares de tempo, modo e aspecto. Um exemplo de recategorização verbal pode ser visto com o futuro latino *amabo*, que foi substituído pela perífrase *amare habeo*, e que, em português, resultou na forma *amarei*. No português contemporâneo, a forma *amarei* já está sofrendo a concorrência de uma nova perífrase, formada pelo verbo *ir* + infinitivo, na qual o verbo *ir* perde o seu sentido original de afastamento.

O grupo nominal

A recategorização dos Nomes pode ser assim formulada: Verbo > Nome [Substantivo > Adjetivo, e Adjetivo > Substantivo]. Assim, são feitas as seguintes considerações:

(1) Verbos em formas nominais dão origem a nomes:

- Infinitivos: comer é bom.

- Participípios: *collecta pecunia* > coleta, promessa, etc.
- Gerúndios: *fazenda, legenda* > lenda.

(2) Adjetivos se recategorizam como substantivos:

cannis galicus > cão galgo > galgo.

(3) Substantivos se recategorizam como adjetivos:

vermiculus > vermelho.

O grupo pronominal

Os pronomes são, fundamentalmente, dêiticos. Ao gramaticalizarem-se, eles perdem esse caráter dêitico, ou seja, mostrativo, abstratizando-se esse valor, que se desloca para o da identificação do lugar no discurso, ou anáfora. Observa-se os seguintes fatos:

(1) Demonstrativos passam a ter valor anafórico:

Lat: *ille* > Port. ele

(2) Demonstrativos > Artigos, reduzindo o caráter anafórico:

Lat: *illu homine* > o homem

(3) Pronome de Tratamento > Pronome Pessoal:

Vossa Mercê > você

(4) Sintagma Nominal > Pronome Pessoal:

A gente

(5) generalização do pronome *se* para todas as pessoas na modalidade não-padrão.

O Grupo adverbial

As classes que podem recategorizar-se, gramaticalizando-se como advérbios são:

1) Nome > Advérbio: Lat: *passu* > Port: *passo* (Substantivo) > Fr: *pas* (Advérbio de Negação).

2) Verbo > Advérbio: *Voire* (fr.) > *voici, voilà* (advérbios de designação).

O Grupo de nexos

A gramaticalização de uma categoria em preposição pode ocorrer da seguinte maneira:

(1) nome > preposição ou locução prepositiva:

amor > por amor de = 'por causa de' e suas variantes populares : *prumode, promode*.

- (2) verbos em formas nominais > preposição:
salvo, durante, exceto, mediante
- (3) numeral ordinal > preposição:
segundo
- (4) nome > conjunção:
modo > de modo que
maneira > de maneira que
- (5) verbo > conjunção:
quer...quer; seja...seja
- (6) advérbio de inclusão > conjunção adversativa:
magis > mais
- (7) pronome > conjunção:
que (pron. rel.) > que (conj.)

b) Categorização funcional

Segundo Castilho (1997, p.41), a categorização funcional trata da atribuição de propriedades funcionais a aspectos da sintaxe. Esse estudo está menos desenvolvido que o anterior. No português do Brasil, há alguns trabalhos sobre a gramaticalização do tópico, o preenchimento do sujeito e objeto nulo e sobre a ordem dos constituintes funcionais.

c) Relações intersentenciais

Os estudos sobre as relações intersentenciais evidenciam, por exemplo, as tênues relações entre as subordinadas causais e as coordenadas explicativas; ou entre as orações coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas, etc. Atualmente, a assimetria entre dependência semântica e dependência estrutural, de um lado, e as motivações discursivas das relações de causa, condição etc., de outro, têm sido estudadas.

• MORFOLOGIZAÇÃO

A morfologização refere-se à criação de formas presas: afixos flexionais ou derivacionais. Castilho cita entre outros:

- Criação de afixos flexionais:

- flexão verbal: pessoas e tempo.
- flexão nominal: morfemas de caso, de gênero e de número.
- Criação de afixos derivacionais: um exemplo é a morfologização do nome latino *mente*, este feminino, que entre outros sentidos tinha o de “modo, maneira”. Esse nome pospôs-se a adjetivos no sintagma nominal. Por uma redução fonológica, *mente* se tornou átono, cliticizando-se ao adjetivo.

• FONOLOGIZAÇÃO OU REDUÇÃO FONOLÓGICA

Esse processo consiste na fusão de formas livres com outras e a sua transformação em formas presas, gramaticalizando-se como afixos: *habeo* > *hei* > *ei*. Normalmente ocorre perda de segmentos fônicos, por contigüidade, na maior parte das vezes, nas extremidades das palavras, processo denominado erosão. Ao lado desse fenômeno, tem-se a fenogênese, parte da gramaticalização, especificamente dos últimos estágios, em que os sentidos se tornam mais difusos.

• ESTÁGIO ZERO OU DESAPARECIMENTO

O estágio zero é o estágio final da gramaticalização de um morfema. Um morfema pode desaparecer, retomando-se o processo original, através do qual uma expressão perifrástica o fará surgir novamente. Castilho cita como exemplo o desuso do futuro em *-ei* em português.

B) ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS: METÁFORA E METONÍMIA

A gramaticalização implica, também, na perda do sentido original de uma forma e num conseqüente ganho de novos sentidos. Esse processo, decorrente da abstratização do significado de uma forma é denominado por Castilho (1997), semanticização, e por Cezario *et al.* (1996), ressemanticização.

Como explica Castilho (1997), ainda não se sabe se é a mudança sintática a responsável pela mudança semântica ou se a mudança semântica é um estágio anterior à mudança sintática. Entretanto, pesquisas em gramaticalização têm demonstrado que alterações de sentido se processam através do estabelecimento de relações de metáfora ou de metonímia.

A metáfora consiste na transferência de um sentido para outro devido à semelhança entre eles. Tem-se notado que, nesses processos de metáfora, há um ritmo unidirecional. Desse modo, observa-se um movimento que vai do sentido básico, mais concreto, discursivamente motivado, para sentidos derivados, mais abstratos, estruturalmente motivados. Como já foi salientado anteriormente, de acordo com a teoria localista, as expressões espaciais são fundamentais no plano lingüístico, já que servem de modelos estruturais para outras expressões. Assim, os localistas propõem sempre o seguinte continuum: E > T > Q.

O verbo *ver*, por exemplo, cujo sentido original é “olhar, perceber com os olhos”, passou a significar “saber, perceber com a razão”, e depois, “compreender”. Os itens que significam ‘partes do corpo humano’ e ‘espaço físico’ oferecem outros exemplos de *continuum* metafóricos: a gramaticalização dos primeiros dá origem às preposições e outros itens gramaticais; as dos segundos, aos auxiliares temporais.

Em relação à metonímia, trata-se de uma mudança de sentido proveniente da associação sintática entre itens. Na formação de algumas conjunções, percebe-se por vezes, a ocorrência de alterações metonímicas: Adv. de inclusão *magis* > Conj. adversativa *mas*, em virtude do emprego em contextos negativos.

3.3 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Como não há unanimidade entre os autores, no que se refere ao estabelecimento dos princípios de gramaticalização, serão apresentados a seguir os princípios apontados por Lehmann, Hopper e Castilho.

Lehmann (1985, *apud* HOPPER, 1991, p. 20) apresenta cinco princípios para a gramaticalização:

- 1) Paradigmatização – há integração de construções sintáticas como formas perifrásticas em paradigmas morfológicos, o que as conduz a paradigmas pequenos e homogêneos. Ex: a perda do –s final do latim do século III levou as províncias da Itália e da Dácia a buscarem o recurso paradigmático da formação do plural a partir do nominativo (no italiano, as palavras fazem o plural em *i*);

- 2) Obrigatoriedade – a escolha entre os membros do paradigma submete-se a regras gramaticais. Ex: ‘por amor de’ – o núcleo não se submete a flexão de diminutivo;
- 3) Condensação – com a gramaticalização do signo, os constituintes, com os quais ele pode se combinar, tornam-se menos complexos. Ex: ‘por amor de’;
- 4) Coalescência – junção de partes: vai da justaposição para uma alternância simbólica. Neste caso, aplica-se a regra de Sotera Svrou (1993): na sintaxe há 3 estágios: (i) enlaçados – as palavras estão lado a lado, formando uma locução prepositiva (ex. por amor de); (ii) aglutinados – as palavras se juntam, formando uma só sem perder elemento fonológico (ex. *des de* > desde); (iii) fusão – redução fonológica (ex. *prumode*);
- 5) Fixação – quando os elementos se gramaticalizam, ocupam uma posição fixa, primeiro na sintaxe e depois na morfologia, como preenchedor de espaços gramaticais. Ex: quando o nome passa a preposição: ‘ao cabo de’.

Para Hopper (1991, p. 24), a proposta de Lehmann dá conta da gramaticalização, porém num estágio muito avançado e quando ela já é claramente reconhecida. O autor também ressalta que os princípios propostos por Lehmann são aplicáveis apenas a morfologia e não a sintaxe. De acordo com Hopper, os cinco princípios de gramaticalização são:

- 1) Estratificação – que estabelece a existência dentro de um domínio funcional amplo, de novas camadas que emergem continuamente; as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, podendo continuar a existir e interagir ao lado das camadas mais novas; assim, há formas diferentes para expressar o mesmo significado (ex: a gente/nós);
- 2) Divergência – trata-se da bifurcação de um item; quando uma forma lexical se gramaticaliza em clítico ou afixo, a original continua autônoma, sofrendo mudanças como as demais formas (ex: falarei/vou falar);
- 3) Especialização – diz respeito ao fato de que dentro de um domínio funcional é possível haver, em determinado estágio, uma variedade de formas com nuances semânticas

diferentes; essa variedade, entretanto, estreita-se quando ocorre a gramaticalização, diminuindo a variedade de escolhas formais (ex: ‘por amor de’ – há perda semântica);

- 4) Persistência – quando uma forma se gramaticaliza, alguns traços do significado lexical original aderem à nova forma gramatical; portanto, há permanência de vestígios do significado lexical original (ex: ‘a gente’ / ‘nós’);
- 5) Descategorização – que especifica a propriedade das formas, em processo de gramaticalização, de assumirem atributos característicos de categorias secundárias (Adj., Prep., Part., etc.), pela neutralização das marcas morfológicas e das propriedades sintáticas de categorias plenas (N. e V.). Ex: ‘a gente’ – perdeu marca de plural e a capacidade de fazer diminutivo.

Já Castilho (1997, p. 52) admite quatro princípios que podem explicar os processos de gramaticalização:

- 1) Paradigmatização e analogia – responsável pela criação de formas no eixo paradigmático; um exemplo é o plural por analogia;
- 2) Sintagmatização e reanálise – explica a mudança de percepção de como os constituintes de uma língua se organizam no eixo sintagmático. Essa mudança se deve à abdução, que provoca inferências, a partir de um conhecimento prévio. Trata-se de um tipo de raciocínio do qual podem surgir novas idéias. Como exemplo desse processo, Castilho cita a formação do futuro romance e o surgimento do pretérito perfeito românico;
- 3) Continuidade e gradualismo – ressalta o fato de a gramaticalização tender sempre para a renovação da estrutura da língua e constituir-se num processo contínuo, baseado numa propriedade das línguas naturais que é a sua criatividade, motivada por necessidades sociais;
- 4) Unidirecionalidade – mostra o caráter irreversível da gramaticalização, não permitindo, portanto, o movimento inverso, isto é, uma desgramaticalização. (Atualmente, Castilho contesta esse princípio, admitindo a existência da multidirecionalidade no processo de gramaticalização).

4 METODOLOGIA DO TRABALHO

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Com o objetivo de confrontar a expressão aspectual na língua rural e na norma urbana culta e de constatar a vitalidade da hipótese que norteou a presente pesquisa, buscou-se, inicialmente, um *corpus* de língua falada rural da região do Nordeste.

Como a zona rural nordestina mantém uma forte tradição em contos populares, escolheu-se, como já foi especificado, como *corpus* base, dezoito contos populares publicados nas coletâneas *Contos Populares Brasileiros – Bahia, Paraíba e Pernambuco* –, parte do *Projeto Conto Popular e Tradição Oral no Mundo da Língua Portuguesa*, o qual envolve instituições culturais diversas do Brasil e de Portugal, e tem por objetivo a divulgação e valorização do conto, como documento importante da produção simbólica popular.

Os três volumes em questão – Bahia, Paraíba e Pernambuco – apresentam em seu corpo alguns contos recolhidos na década de 70, uma vez que, antes da execução do *Projeto*, já vinham sendo desenvolvidas atividades de pesquisa desde essa época pelo *Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular* da Universidade Federal dos estados citados, reunindo assim um importante acervo de contos populares em língua portuguesa. Para a presente pesquisa, foram selecionados os contos populares da década de 70.

Poder-se-ia contra-argumentar terem os contos compilados nas referidas coletâneas, após transcritos, perdido muitas de suas características orais básicas. Entretanto, conforme salientam Alcoforado e Albán (2001), professoras responsáveis pelo volume *Contos Populares Brasileiros – Bahia*, os contos recolhidos, ao serem transmudados para a escrita, só sofreram “ligeiras intervenções” que se fizeram necessárias para garantir uma recepção inteligível por parte do público leitor.

Para o confronto com a modalidade urbana culta, foram tomados, como *corpus*, 6 diálogos entre informantes e documentadores (DIDs) do projeto NURC/Salvador, da década de 70. Fez-se, assim, um estudo diastrático do Aspecto na região rural e urbana de Salvador e um estudo diatópico da realização do Aspecto por falantes da zona rural de alguns estados da região Nordeste.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

4.2.1 Projeto Conto Popular e Tradição Oral no Mundo da Língua Portuguesa

O livro *Contos Populares Brasileiros – Pernambuco* (1994), coordenado pelo professor Roberto Benjamin, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, inaugurou, no Brasil, o Projeto *Conto Popular e Tradição Oral no Mundo da Língua Portuguesa*. Foi seguido, inicialmente, pelos *Contos Populares da Paraíba* (1996), cuja coordenação ficou sob a responsabilidade do professor Osvaldo Meira Trigueiro, da Universidade Federal da Paraíba, e de Altimar de Alencar Pimentel, Presidente da Comissão Paraibana de Folclore; e pelos *Contos Populares da Bahia* (2001), coordenado pelas professoras Doralice F. Xavier Alcoforado e Maria del Rosário Suárez Alban, da Universidade Federal da Bahia. Todos os volumes foram publicados pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

O projeto, *Conto Popular e Tradição Oral no Mundo da Língua Portuguesa*, tem por objetivo a pesquisa, o estudo, a divulgação e a valorização do conto como documento importante da produção simbólica popular. Mais especificamente: valorizar e estimular o papel dos contadores de histórias; reunir documentação fidedigna da produção/reprodução das narrativas populares para estudos sobre suas transformações nos diversos contextos culturais do país; fornecer documentação que sirva não só como suporte e estímulo para outras pesquisas universitárias, como para o aproveitamento didático nas escolas de diversos níveis, despertando o interesse para a pesquisa da literatura popular de transmissão oral.

Uma das características dos contos compilados nos três volumes em questão é que os narradores, analfabetos e semi-analfabetos, são, em sua maioria, portadores de um dialeto rural ainda pouco conhecido, constituindo-se assim, numa fonte importante de estudo e pesquisa lingüística. Acresce a isso, o fato de contribuírem para o conhecimento da rica tradição brasileira de contos populares.

Para a presente pesquisa, foram selecionados informantes, levando-se em conta o fato de serem nascidos e residentes na zona rural e de serem analfabetos. Foram escolhidos, igualmente, informantes dos dois gêneros, três do gênero masculino e três do gênero feminino para cada estado. Os contos que constituíram o *corpus* da zona rural foram os seguintes:

A) *Contos Populares Brasileiros – Pernambuco:*

- Conto 1: *A raposa, a sabiá e o canção,*
Narradora: Maria do Socorro (sem profissão definida)
- Conto 2: *Canta canta meu surrão*
Narrador: João Francisco de Lima (trabalhador rural)
- Conto 3: *A lâmpada e o anel*
Narrador: Pedro Joaquim (trabalhador rural)
- Conto 4: *Estória da batata*
Narradora: Conceição de Oliveira Cavalcanti (sem profissão definida)
- Conto 5: *Cristo e os dois compadres*
Narradora: Argentina Conceição do Nascimento (doméstica)
- Conto 6: *O homem da vaca*
Narrador: José Gabriel da Silva (ferreiro)

B) *Contos Populares Brasileiros – Paraíba:*

- Conto 1: *José e Maria*
Narrador: Hermes do Nascimento (estivador)
- Conto 2: *João Cinza*
Narradora: Luiza Tereza dos Santos (doméstica)
- Conto 3: *O rapaz que fazia festa para Santo Antônio*
Narrador: José Severino Felizardo (pescador)
- Conto 4: *A zeladora da Igreja de Santo Antônio*
Narradora: Francisca Laurinda de Carvalho (doméstica)
- Conto 5: *A afilhada de São José*
Narradora: Maria Faustino da Silva (doméstica)
- Conto 6: *Boi leitão*
Narrador: Antônio Francisco da Silva (agricultor)

C) *Contos Populares Brasileiros – Bahia:*

- Conto 1: *A festa da onça*
Narradora: Andreлина Francisca de Jesus (agricultora e ceramista)
- Conto 2: *O Galo e a Raposa*
Narradora: Lindaura dos Santos (lavradora)

- Conto 3: *O Teiú encantado*
Narrador: Abdias Ferreira dos Santos (agricultor)
- Conto 4: *A Sapeca*
Narrador: Percílio dos Santos (sem profissão definida)
- Conto 5: *Ali Babá e a usura do compadre*
Narradora: Cecília Costa dos Santos (doméstica)
- Conto 6: *A mulher que desejou comer abóbora*
Narrador: Valdivino Moreira da Silva (lavrador)

4.2.2 Projeto NURC/1970

Juan Lope Blanch, professor da Universidade Nacional Autónoma do México, propôs a criação de um grande projeto coletivo, com o objetivo de descrever a norma culta no espanhol falado. A proposta foi apresentada, em agosto de 1964, em Bloomington, nos Estados Unidos da América, durante o II Simpósio do PILEI (Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas). A partir daí, nascia o "Proyeto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de Península Ibérica".

Desde o princípio, tinha-se por objetivo estender o "Proyeto" às comunidades de língua portuguesa. Coube ao Professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, em janeiro de 1968, por ocasião do IV Simpósio do PILEI, na cidade do México, a apresentação de um relatório-plano de inclusão do Brasil no "Proyeto". Nesse relatório, foi ressaltado que, diferente dos países de língua espanhola, o Projeto, no Brasil, não poderia limitar-se à capital do país nem ao Rio de Janeiro, e sim, abranger as cinco capitais com mais de um milhão de habitantes. O projeto foi instalado no Brasil em janeiro de 1969, durante o III Instituto Interamericano de Lingüística, promovido, em São Paulo, pelo PILEI.

As capitais brasileiras que integram o Projeto NURC (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Urbana Culta do Brasil) são: Recife, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Inicialmente, o Projeto previa a constituição de um *corpus* dividido em quatro categorias de inquérito: (i) Gravação sem o conhecimento prévio do informante (GS) – 10%; (ii) Diálogo entre dois informantes (D2) – 40 %; (iii) Diálogo

entre informante e documentador (DID) – 40%; (iv) Elocuções formais (EF) – 10%, todas totalizando 400 horas de gravação com 600 informantes possuidores de diploma universitário.

No entanto, na X Reunião Nacional do Projeto NURC, realizada no Rio de Janeiro, em 1976, foi decidido um novo número mínimo de horas e de informantes e a supressão do inquérito do tipo GS. Recomendou-se, assim, cem horas de gravação, sendo que a informação obtida nessas cem primeiras horas de audição poderia ser ampliada, e, em casos especiais, ser reduzida, sem que, no entanto, o número de horas fosse menor de vinte e cinco.

Resumindo, o Projeto NURC tem por objetivo documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil. O Projeto NURC Salvador consta de um total de 304 horas (58 EF, 98 D2 e 201 DID), perfazendo um total de 357 inquéritos e 456 informantes.

Conforme especificado anteriormente, para a modalidade urbana culta, optou-se, nesta dissertação, por tomar como *corpus*, DIDs do Projeto NURC-SSA. Devido à exigüidade do tempo para a pesquisa, fez-se um recorte no número de DIDs a serem examinados, sendo tomados apenas seis, três de informantes do gênero masculino e três de informantes do gênero feminino.

4.3 TRATAMENTO DO *CORPUS*

Primeiramente, foram consultados os contos populares, no sentido de apresentar, se possível, normas de realização do Aspecto, na modalidade falada rural. Em seguida, foram consultados os DIDs do projeto NURC e efetuado um confronto com os dados previamente recolhidos. O material foi analisado, verificando as formas de expressões aspectuais utilizadas por falantes rurais não-escolarizados e por falantes urbanos escolarizados. Em seguida, os dados encontrados foram analisados, com base nos conceitos e classificações apresentados pelos diversos pesquisadores que abordam o assunto.

4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- optou-se por empregar o termo *corpus* para designar o conjunto dos contos populares e dos DIDs do projeto NURC/Salvador, que serviram de base à pesquisa;
- comprovou-se, tanto quanto possível, com as ocorrências selecionadas, qualquer afirmação feita;
- localizou-se cada exemplo citado logo após a citação do mesmo, incluindo, no caso dos contos populares, a região (BA, PB ou PE), o número do conto (de 1 a 6) e as linhas em que se encontra; no caso dos DIDs, o número do inquérito e a(s) linha(s) em que se encontra o exemplo;
- empregou-se a representação acrográfica adotada por Mattoso Câmara Júnior (1970, p. 97), para indicar os Tempos e Modos verbais, com modificação apenas para a indicação do Imperativo – Ip e do Subjuntivo - Sb; como o autor não apresenta indicações para os Tempos compostos, optou-se por acrescentar um “C” após a abreviatura dos Tempos verbais que, no *corpus*, aparecem na forma composta; para o pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo que, apesar de tempos compostos, não têm o correspondente simples, adotou-se SbPt₂ e SbPt₃, respectivamente;
- indicou-se com letra maiúscula, as categorias lingüísticas de Aspecto, de Tempo e de Modo, permitindo distinguir, por exemplo, a categoria lingüística de Tempo, do tempo, enquanto sucessão dos anos, dos dias, das horas, etc., conforme Costa (2002, p. 9).
- conforme proposta de Costa (1986, p. 8), utilizou-se o termo “fato” para indicar eventos, estados, acontecimentos, atividades, processos e atos que podem ser expressos, principalmente, pelos verbos.
- com base em Rissi (1978, p.39), denominou-se de elementos nominais as locuções adverbiais, substantivos e adjetivos que portam em seus lexemas a marca aspectual.

5 ANÁLISE DOS DADOS DO *CORPUS*

5.1 UMA PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PARA O ASPECTO

Na presente seção, serão apresentadas a conceituação e a classificação adotadas para a categoria de Aspecto com base na bibliografia consultada e nos dados detectados no *corpus*.

Como já foi especificado, os estudos existentes sobre a categoria lingüística do Aspecto nas línguas românicas revelam divergências que se concentram tanto na definição do Aspecto como uma categoria lexical ou flexional, bem como na fixação de sua tipologia.

O estudo do Aspecto, enquanto categoria lexical, fundamenta-se em uma classificação semântica do verbo. Por sua vez, os autores que estudam o Aspecto como categoria flexional, normalmente, baseiam-se na distinção “pretérito perfeito simples/pretérito imperfeito”, restringindo o Aspecto aos tempos do passado.

Segundo Castilho (1981, p. 278), considerar o Aspecto apenas do ponto de vista da sua representação morfológica reduz o seu caráter, pois acaba por identificá-lo inteiramente com o Tempo. Tal postura obriga seus defensores a vincular todos os tempos do passado ao Aspecto perfectivo, ficando o presente e o futuro (com exceção das formas compostas) para o Aspecto imperfectivo. No entanto, como afirma, é possível a expressão de um processo imperfectivo no passado, como se verifica nos exemplos *Olhei pela janela* e *Calou-se por um instante*. No primeiro caso, o valor aspectual advém do semantema do verbo, o qual implica uma certa duração, enquanto no outro, o adverbial incide sobre o traço de telicidade de *calar-se*, resultando, assim, num valor durativo.

Desse modo, com base em Castilho (1981), entende-se que a consideração exclusiva da vertente lexical ou gramatical do Aspecto acaba por despersonalizá-lo, visto que não é suficiente para dar conta de todos os valores aspectuais que resultam da interação, não só dessas duas vertentes, mas também de outros elementos presentes nas expressões sob análise, como, por exemplo, os adverbiais.

Tal atitude implica a consideração de apenas uma categoria lingüística, a do Aspecto, a qual, enquanto possibilidade semântica universal apresenta, nas diferentes línguas, recursos

variados para a sua expressão, tais como: o lexical, a flexão verbal, a sufixação e as perífrases. Dentre esses recursos, de fato, o perifrástico é, na língua portuguesa, o recurso mais produtivo para a expressão da categoria, visto que possibilita uma gama maior de valores aspectuais.

Castilho (1967), Barroso (1994) e Costa (1986), resguardadas as suas diferenças, demonstram esse entendimento do Aspecto, pois apontam as perífrases verbais como o recurso mais expressivo da categoria. Apesar de a expressão mais variada do Aspecto se concentrar nas perífrases verbais e da categoria apresentar outros recursos para a sua expressão, o valor aspectual não deriva de sua manifestação isolada, mas de todo o contexto do enunciado. Assim, admite-se que o Aspecto apresenta um caráter composicional, por conseguinte, constitui uma categoria semântica.

Embora o estudo do Aspecto esteja, comumente, ligado aos verbos, a marca aspectual não está, a rigor, apenas presente nos morfemas flexionais e nos lexemas verbais; advérbios, locuções adverbiais, substantivos e adjetivos, doravante denominados elementos nominais, também podem portar em seus lexemas a marca aspectual. Em outras palavras, o Aspecto não é uma propriedade exclusiva do verbo, uma vez que elementos nominais também podem portar em seus semas valores aspectuais.

Nesta dissertação, compreende-se que a valorização do Aspecto como categoria semântica permite preservar com clareza a sua essência, a qual diz respeito ao grau do desenvolvimento do processo, que pode ocorrer, a princípio, em qualquer perspectiva temporal. Como será discutido, o Tempo futuro é, por si, aspectualmente nulo, devido às suas funções modais, no entanto existe a possibilidade de esse Tempo expressar o Aspecto, através de construções perifrásticas. Vale ressaltar, entretanto, que, nesses casos, o Aspecto é marcado pela forma nominal.

A categoria lingüística do Aspecto é indiferente à posição do falante no eixo temporal, refere-se única e exclusivamente ao tempo, como uma propriedade intrínseca ao próprio fato, ou seja, diz respeito ao modo como o fato verbal é temporalmente distribuído, dentro de uma fração de tempo necessária à sua ocorrência, independente de quando o mesmo se realiza.

Admite-se, com base em Costa (2002, p. 29), que a categoria de Tempo, pelo fato de ser uma categoria dêitica, impõe limites mais rígidos ao falante, que não pode furtar-se ao seu

próprio estar no mundo. Assim, enquanto a escolha do Tempo é obrigatória, embora possa ser, secundariamente, marcada por um fator estilístico, como no caso do presente histórico, a escolha do Aspecto é menos obrigatória, e portanto mais livre.

Pode-se então afirmar que o falante intui o tempo ligado ao verbo de duas maneiras: há o tempo intrínseco, inerente ao desenvolvimento de qualquer processo e há o tempo de ocorrência do processo em relação ao *agora* do falante/ouvinte. Deste modo, Tempo e Aspecto são duas categorias solidárias, e não antagônicas, presentes em todos os verbos da língua. Mas, apesar de estarem em íntima relação, são perfeitamente distintas.

Para uma redefinição de Aspecto, faz-se necessário retomar os conceitos propostos por Castilho (1967) e por Costa (1986). O primeiro autor, em sua tese de doutoramento, *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*, define o Aspecto como sendo a “representação espacial” do processo: é a visão objetiva da relação entre o processo e seu desenvolvimento. Para ele, o Aspecto é uma categoria léxico-sintática. Ao utilizar a metáfora de representação espacial, Castilho possibilita a visualização do processo como uma extensão e não como um ponto, como se verifica na interpretação temporal. Já no artigo *Ainda o aspecto verbal*, Castilho afirma que o Aspecto é uma categoria semântica pela qual são retratados os graus do desenvolvimento do processo ou assinalados os estados decorrentes desse processo.

Por sua vez, Costa (1986) define o Aspecto como uma categoria lingüística que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato, semanticamente restringida a lexemas não pontuais. Para a autora, marcar a categoria de Aspecto em português significa imperfectivizar o enunciado. Essa parece ser uma definição precisa da categoria, já que alerta para um ponto importante: a participação do falante na seleção de possibilidades de expressão aspectual.

Entretanto este trabalho diverge em relação à forma como Costa (1986) concebe o Aspecto perfectivo. A autora ressalta que “o perfectivo é o elemento semanticamente neutro da oposição aspectual”. Afirma, ainda, que “marcar a categoria de Aspecto em português significa, em última instância, imperfectivizar o enunciado”.

Ora, cabe ao falante marcar ou não a categoria de Aspecto, o que ocorre quando esse faz uso do imperfectivo, mais precisamente, das perífrases imperfectivas. Se desejar não fazê-lo, ou seja, não imperfectificar o enunciado, automaticamente usará o perfectivo.

Ademais, Costa (1986, p. 73), baseada em Comrie (1976), discorda da caracterização do perfectivo como a expressão de uma ação completada, optando por defini-lo como a expressão de um fato visto como global, ou seja, como denotador de uma situação completa, com princípio, meio e fim e que não enfatiza o final da situação nem qualquer outras das partes de sua constituição temporal interna como pode sugerir o termo *completada*. Entretanto, ao se referir a um fato como global, e portanto, na sua inteireza, não se pode deixar de considerá-lo acabado.

Costa afirma ainda que todo perfectivo implica, necessariamente, na expressão global de um fato, na qual se inclui o ponto terminal e que, caso seja selecionada a fase final do fato enunciado, esta será sempre uma explicitação da fase constitutiva da “finalização” do evento, o que, segundo a autora, não implica em afirmar que o evento acabou.

Ora, afinal em que consiste a finalização de um evento, senão em vê-lo como um todo completo e, portanto, acabado? Além disso, o termo “completo” implica que não falta nenhuma das partes constitutivas da temporalidade interna do fato enunciado, sendo assim, todo perfectivo expressa um evento contemplado também no seu término.

Poder-se-ia contra-argumentar que ao afirmar que a categoria de Aspecto pode ocorrer em qualquer perspectiva temporal, não é adequado que o perfectivo seja definido como um evento acabado, pois o mesmo seria privativo dos tempos passados. Entretanto, entende-se que a categoria não se encontra restrita aos morfemas flexionais do verbo, e que os valores aspectuais, conforme salientado anteriormente, resultam da interação de determinados elementos nas expressões sob análise.

Outrossim, existe a possibilidade de se indicar, numa determinada forma verbal, o estágio em que se encontra ou se supõe encontrar a ação: se no seu começo, no seu desenvolvimento ou no seu fim. É evidente que não se poderia dizer que um fato futuro é acabado, entretanto o falante pode, em relação ao fato enunciado, exprimir a sua convicção íntima ou a certeza antecipada de que uma coisa acontecerá. É o que ocorre no exemplo

Amanhã, as três da tarde terei terminado a minha dissertação. Nesse caso, faz-se uma projeção em relação a uma ação futura, a qual se supõe que será completa. O adverbial juntamente com a perífrase cuja forma nominal se encontra no particípio favorecem esse tipo de análise.

Com base em Santos (1967), entende-se que não há antagonismo entre as categorias de Tempo e Aspecto, pois o começo da ação, o seu desenvolvimento, o seu fim e o seu resultado podem situar-se no presente, no passado ou no futuro.

Sabe-se, intuitivamente, que qualquer evento dura um certo tempo, por mínimo que seja, tem, portanto, extensão. Uma definição de Aspecto por oposição a Tempo vale-se desta característica: os eventos se desenvolvem de um estado inicial para um final, podendo repetir-se ou serem persistentes em seus efeitos.

Neste trabalho, o entendimento básico do conceito de Aspecto parte da característica explicitada no parágrafo anterior. Assim, define-se o Aspecto como uma categoria lingüística que leva em consideração o tempo inerente ao evento, ou seja, o tempo necessário ao seu desenvolvimento, sem implicações com a enunciação, emitindo as noções de começo, duração, permanência, completamento e repetição.

Deve-se salientar que as distorções aspectuais consistem justamente na característica que o evento tem de se “estender” por um espaço de tempo: daí a razão de o Aspecto, muitas vezes, ser identificado com a duração. Conforme salienta Costa (1986), identificar o imperfectivo com o durativo mascara a distinção aspectual básica, pois a duração é apenas uma das formas de se expressar o imperfectivo.

Assim, a duração não é a marca relevante do Aspecto, ou seja, não é o momentâneo *versus* o durativo que caracteriza a categoria em questão, mas o perfectivo (completude) *versus* o imperfectivo (não-completude). Deve-se, no entanto, destacar que a duração só faz parte da distinção, enquanto implícita no desenvolvimento do processo.

Durante a análise do material, observou-se se o fato verbal expressava um evento surpreendido em seu pleno desenvolvimento ou, se ao contrário, um evento contemplado a partir de seu término ou de suas conseqüências.

Paralelamente à constatação das noções aspectuais perfectivas e imperfectivas presentes no *corpus*, foram-se registrando casos em que a forma verbal se mantinha indiferente à indicação do Aspecto. Nesse particular, discorda-se do ponto de vista de Castilho, optando por não considerar tais casos como um “tipo aspectual”, já que se compreende que a não determinação da categoria em questão equivale à ausência da mesma.

Em linhas gerais, optou-se por atribuir dois valores fundamentais, a que correspondem os dois Aspectos principais da língua:

VALOR	ASPECTO
Não-completude	Imperfectivo
Completude	Perfectivo

Fonte: da autora

De acordo com esses valores e com base nos dados detectados no *corpus* em análise, propõe-se para o Aspecto a seguinte classificação:

OPOSIÇÃO ASPECTUAL BÁSICA	
<p style="text-align: center;"><u>ASPECTO IMPERFECTIVO</u></p> <p style="text-align: center;">(valor de não-completude)</p> <p style="text-align: center;">☒ Inceptivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Inceptivo propriamente dito</u> • <u>Inceptivo incoativo</u> <p style="text-align: center;">☒ Cursivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Cursivo propriamente dito</u> • <u>Cursivo progressivo</u> • <u>Cursivo permansivo</u> <p style="text-align: center;">☒ Iterativo</p>	<p style="text-align: center;"><u>ASPECTO PERFECTIVO</u></p> <p style="text-align: center;">(valor de completude)</p> <p style="text-align: center;">☒ Pontual propriamente dito</p> <p style="text-align: center;">☒ Pontual resultativo</p> <p style="text-align: center;">☒ Pontual iterativo</p>

Fonte: da autora

5.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS E A SUA DISTRIBUIÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA

5.2.1 O Aspecto Imperfectivo

Como já foi salientado, de acordo com Costa (2002, p. 30), o imperfectivo é o termo semanticamente marcado da oposição aspectual básica, já que tem a sua constituição temporal interna considerada pelo falante, que poderá expressar, ou um fragmento de tempo que se desenrola (expressão da cursividade), ou fases desse tempo interno (expressão das fases inicial, intermediária ou final), ou, ainda, estados resultativos de um processo que os antecedeu.

Sob essa perspectiva de análise, o imperfectivo caracteriza-se por ressaltar as seguintes características possíveis de uma situação: a sua duratividade, uma de suas fases internas, ou um fato que resulta de um processo anterior. Costa (1986, p. 74) afirma que “a capacidade de surpreender o fato enunciado ainda no seu desenvolvimento pertence ao IMPERFECTIVO.” Como já foi salientado, na conceituação de Aspecto, a autora discorda dos termos *acabado/inacabado* para caracterizar a oposição aspectual básica.

Acredita-se, entretanto, que “surpreender um fato em seu pleno desenvolvimento” implica, automaticamente, em ver tal fato como *inacabado*, e se, realmente, os termos *acabado/inacabado* são inadequados, como afirma Costa, então não se deveria caracterizar o Aspecto resultativo como a expressão de estados resultantes de um processo que os “antecedeu”.

Segundo Santos (1967, p. 104), para que exista Aspecto resultativo é necessário que haja intenção de se indicar o presente. Assim, uma sentença como *Este garoto já aprendeu que a vida é dura* exprime um estado presente resultante de uma ação passada, ou seja, “agora” o garoto sabe que a vida é dura. De fato, são de ações feitas no passado que resultam, com frequência, efeitos no presente. Por tal razão, optou-se por considerar o resultativo como uma variante do Aspecto perfectivo.

Assim, o que Costa (1986) designa por imperfectivo em curso, além de cobrir as noções de duração, de continuidade e de progressividade, equivale neste trabalho ao que se denomina

imperfectivo cursivo, e o que a autora chama de imperfectivo de fase inicial e de imperfectivo de fase final, correspondem, respectivamente, aos Aspectos imperfectivo inceptivo e perfectivo pontual propriamente dito. Em relação à fase intermediária, a autora salienta que, às vezes, essa fase poderá identificar-se com a fase em curso. Ora, se a autora reconhece que há momentos em que se identificam, é porque ambas são matizes do mesmo tipo de Aspecto, ou seja, ambas representam o Aspecto imperfectivo cursivo.

Nesta pesquisa, entende-se que o valor fundamental do Aspecto imperfectivo é a não-completude, já que o mesmo se caracteriza por expressar um evento em seu pleno desenvolvimento, emitindo, portanto, as noções de começo, duração e repetição do processo. Tais noções correspondem, respectivamente, às seguintes variantes: o inceptivo, o cursivo e o iterativo.

5.2.1.1 O Imperfectivo Inceptivo

Boa parte dos autores consultados apontam, como característica básica do Aspecto inceptivo, o fato de este assinalar o começo do processo. Barroso (1994, p. 115), por exemplo, afirma que “a fase inceptiva caracteriza-se por assinalar o momento exacto do começo efectivo de uma acção particular”. Por sua vez, Travaglia (1981, p. 91) ressalta que “o aspecto inceptivo se caracteriza por apresentar a situação em seu ponto de início ou em seus primeiros momentos”.

Já autores, como por exemplo, Jose Roca Pons (1958, *apud* CASTILHO, 1967, p.52) por valorizarem apenas o ponto pelo qual começa a duração, consideram esse matiz aspectual como pontual, denominando-o de pontual ingressivo. Este ponto de vista não é aceito aqui, já que se entende o pontual como sendo expressão da acção completa, e portanto, perfectivo.

Entende-se, com base em Castilho, que o imperfectivo inceptivo apresenta duas modalidades, segundo marque o início do processo, *inceptivo propriamente dito*, ou o início do processo, seguido de mudança de estado, *inceptivo incoativo*.

5.2.1.1.1 Inceptivo Propriamente Dito

Nesta pesquisa, considera-se que o Aspecto inceptivo propriamente dito se caracteriza por assinalar o início do processo. Tal Aspecto foi detectado no *corpus* da língua falada rural nos seguintes contextos:

- (1) Aí agora juntava os pessoá tudo pra casa dela. Antonce, um dia, a onça, ela formou a festa, formou uma festa. Aí *rifando*. (BA, C1, l. 02-4)
- (2) A onça, ela *foi tocar* um pandeiro, tocar um pandeiro. E agora os outro foro tudo brincar, foro brincar. *Tocou* o pau *a tocar* pandeiro; *tocou* o pau *a soar* o pandeiro. (BA, C1, l. 04-5)
- (3) Quando foi com pouca hora, *foi saindo* de um escondido. Aí, quando ela aí desconfiou que tinha pouco, aí agora ela *urrava*. (BA, C1, l. 26-7)
- (4) *Já foi* logo *preguntando* (BA, C3, l. 79)
- (5) Ela *começou a insistir* (PB, C4, l. 22)
- (6) Ela *começou brincando, brincando e tocando* fogo na panela (PB, C4, l. 23)
- (7) a galinha *começou ciscando, ciscando* e ela *tocando* cavaquinho (PB, C4, l. 43)
- (8) Voltou pro banheiro e *começou a chorar, a chorar...*(PB, C4, l. 86)
- (9) E *começou batendo* devagar. Aí: nada! Batendo devagar... e nada! (PE, C2, l. 134)

Percebe-se claramente, nos exemplos acima, a aceção de começo de uma ação. Sabe-se que a noção de inceptividade, normalmente, decorre da informação semântica do radical de verbos como *começar, encetar, principiar, etc.* Pôde-se verificar que, na língua falada rural, a noção de começo da ação foi expressa pelo Gd, pelo IdPt₁ e por algumas construções perifrásticas.

Nos exemplos (1) e (3), a noção de início do processo encontra-se embutida nas formas verbais do Gd e do IdPt₁, as quais equivalem, respectivamente, às noções de “começou a rifar” e “começou a urrar”. O exemplo (3) possui ainda um caso interessante: o uso da perífrase “foi saindo” que apresenta dois valores aspectuais paralelos, os de inceptividade e progressão. Observa-se que, enquanto a noção de progressão provém do todo formado pelo verbo auxiliar *ir* conjugado com um Gd, a noção inceptiva está sendo marcada, principalmente, pela oração subordinada adverbial temporal que afeta o valor aspectual da

perífrase, emitindo a noção de início do processo. Nota-se que a perífrase pode ser substituída pela forma “começou a sair”.

Já nos exemplos (2) e (4), verifica-se que os primeiros momentos da ação são expressos pelo todo formado pelo verbo auxiliar no IdPt₂ + verbo principal. No caso da perífrase “foi tocar”, percebe-se que a noção inceptiva decorre, principalmente, do conteúdo semântico do verbo auxiliar *ir* conjugado no IdPt₂ seguido de um If. Já nas perífrases “tocou a tocar” e “tocou a soar”, a noção inceptiva está subjacente no semantema do verbo auxiliar, já que o falante rural utiliza, como variantes, as formas verbais *começar*, *tocar* e *pegar*. Também a perífrase “foi perguntando” corresponde semanticamente à noção “começou a perguntar”. Neste caso, em particular, a presença do adjunto adverbial de tempo “já” também transmite ao verbo a noção inceptiva.

Todos os exemplos de (5) a (9) expressam a noção inceptiva através da mesma perífrase: *começar* + a + verbo principal no If ou *começar* + verbo principal no Gd, cujo valor aspectual decorre do semantema do verbo auxiliar, que se encontra no IdPt₂. Castilho (1967, p. 62) salienta que, quando o Aspecto decorre do semantema não importa o Tempo ou a forma nominal em que venha conjugado o verbo.

É interessante observar que, nos exemplos de (6) a (8), o falante, logo após a perífrase inceptiva, repete a mesma só que, agora, com omissão do verbo auxiliar. A repetição verbal faz emergir o valor de progressão.

Deve-se salientar que, em relação às perífrases para a expressão da inceptividade, há, na língua falada rural, uma predominância de dois tipos de construção perifrástica: (i) a do verbo auxiliar *ir* conjugado no IdPt₂ seguido de um If e (ii) a do verbo auxiliar *começar* seguido de um Gd ou seguido de uma preposição mais o If .

Em relação à primeira perífrase acima citada, o auxiliar está sempre no IdPt₂ para indicar a inceptividade, já que essa construção com o IdPr do verbo *ir* expressa um futuro próximo. Ademais, essa construção perifrástica está relacionada, geralmente, à presença, no período, de uma oração subordinada adverbial temporal, podendo, inclusive, estar inserida na própria subordinada. Caso não haja uma oração adverbial temporal, deve-se observar se há

possibilidade de substituição da referida perífrase por outra que tenha como auxiliar o verbo *começar*.

A segunda perífrase inceptiva teve uma frequência mais alta do que a primeira. É interessante notar que, na língua falada rural, o falante utiliza os verbos *tocar* e *pegar* como equivalentes semânticos do verbo *começar*. Nesse caso, as construções perifrásticas se constroem com a preposição *a* + If.

Abaixo, apresentam-se três ocorrências retiradas do *corpus* que evidenciam esses dois tipos de perífrases citadas:

(10) Ele chegou, ***foi comer*** essas banana no beíço do rio (BA, C4, l. 10)

(11) Aí ***foi chorar***. E ***pegou a chorar...pegou a chorar...*** (PE, C1, l. 20)

(12) aquela viola bonita, toda enfeitada de fitas, ***pegou a tocar...pegou a tocar...pegou a tocar***
(PB, C2, l.119-20)

Em (10), tem-se a perífrase com o verbo auxiliar *ir* (IdPt₂) + If, a qual corresponde semanticamente a noção de *começou a comer*. Observa-se que a primeira oração “Ele chegou” está funcionando como uma oração adverbial temporal, sendo possível substituí-la por “Quando ele chegou”. Parece, pois, haver uma relação entre esse tipo de oração e o valor de inceptividade. Por sua vez, o exemplo (11) apresenta um caso especial: inicialmente, o falante usa a perífrase com o verbo auxiliar *ir* (IdPt₂) + If, e em seguida, repete a perífrase *pegou a chorar*. Observa-se que o uso da segunda perífrase reforça a interpretação inceptiva da primeira, que pode ser substituída por *começou a chorar*.

Como foi dito, o falante rural utiliza o verbo auxiliar *pegar* como um equivalente semântico do verbo *começar*. É o que ocorre nos exemplos (11) e (12). Nos dois casos, além da noção inceptiva, tem-se a noção de progressão que é dada pela repetição da perífrase.

Na norma urbana culta, houve poucas ocorrências da noção inceptiva e, em todas elas, esse valor aspectual foi marcado, principalmente, pela perífrase *começar* + *a* + If, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

(13) A pessoa desde cedo ***começa a jogar*** (INQ. 125, l. 446)

(14) Quando ela cursou, *começou a cursar* em março, ela tinha um ano e seis meses (INQ. 231, l. 82)

Apesar da baixa frequência de perífrases com valor inceptivo na fala do informante, foi possível observar uma grande incidência na fala do documentador. No entanto, essa não era de interesse para o presente estudo. Ademais, registrou-se na fala de um determinado informante a seguinte construção:

(15) Agora *estavam iniciando* uma “operação formiga” (INQ. 100, l. 545)

Como se verifica, a perífrase acima não apresenta o verbo *iniciar* como auxiliar, e sim como verbo principal no Gd. Terá essa perífrase um valor inceptivo? Parece que, com o verbo *iniciar* na posição de verbo principal, prevalece o valor cursivo, pois a perífrase *estavam iniciando* pode ser, no exemplo acima, substituída por *estavam fazendo*.

Sabe-se que os verbos auxiliares derivam, por um processo de gramaticalização, de verbos plenos. No entanto, não é qualquer verbo que assume o papel de auxiliar. Hopper (1991, p. 25) assevera que, no processo de gramaticalização, as formas auxiliares mantêm alguns traços semânticos das formas plenas. Tal fenômeno é denominado pelo autor de “persistência”.

Sob esse prisma, os verbos auxiliares carregam traços semânticos que permanecem desde a fase lexical até a fase gramatical. Dentre esses traços que persistem, autores como, por exemplo, Wachowicz (2005, p. 2) apontam o traço de duração e atelicidade. Por sua vez, Squartini (1998, *apud* BERTUCCI, 2007) salienta que o verbo auxiliar *começar*, quando seguido de infinitivo, mantêm o valor semântico original e não apresenta característica de um verbo “semanticamente enfraquecido”.

Costa (2002, p. 51) assevera que os verbos que funcionam como auxiliares aspectuais são os da série que tradicionalmente se identificam como “verbos copulativos” ou “de ligação”, além dos verbos *começar*, *ir* e *acabar* ou equivalentes semânticos.

Ora, não resta dúvidas de que o verbo auxiliar *começar*, assim como outros verbos auxiliares (*ir, vir, viver...*) carregam o valor semântico das formas plenas, contribuindo assim, para a expressão aspectual.

5.2.1.1.2 Inceptivo Incoativo

Quando o começo da ação é seguido de uma mudança de estado, tem-se o Aspecto *inceptivo incoativo*. Deve-se salientar que alguns autores, como Câmara Jr., não fazem distinção entre os termos *inceptivo* e *incoativo*, usando-os como sinônimos. Como explica Castilho (1967, p. 67), isso ocorre porque essas duas palavras significam ambas “começo”, o que torna inadequado o uso do termo “incoativo” para a expressão de outro valor aspectual que não seja o de começo do processo. No entanto, o autor utiliza a terminologia, já que, como salienta, há muitos casos em que os termos não são empregados rigorosamente da mesma forma. Assim, com o mesmo objetivo de esquematizar com clareza esta variante do Aspecto imperfectivo, também se adotou o mesmo termo por ser de uso generalizado.

Travaglia (1981, p. 46) considera a incoação como uma noção não-aspectual. Segundo afirma, a incoação é relacionada por muitos autores à inceptividade, por indicar o começo de um novo estado. No entanto, o autor não apresenta, de fato, argumentos que refutem o valor aspectual da incoação, limitando-se apenas a elencar as noções que considera não-aspectuais e a defini-las. Para Duarte (2000, p. 34), essa afirmação feita por Travaglia a respeito da incoação é confusa, e portanto, não deve ser considerada.

Tradicionalmente, o sufixo –ECER é apresentado como indicativo de começo de ação. Tanto Câmara Jr (1986) como Cunha e Cintra (1985) indicam as terminações –ECER ou –ESCER como caracterizadoras dos chamados verbos incoativos, por indicarem o começo de um estado. Para Costa (1986), o morfema –ECER acresce ao lexema a noção de processo, imperfectivizando-o; entretanto, esse morfema nem sempre expressa “começo de ação”. Esse ponto de vista de Costa coincide, em parte, com o de Castilho (1967), pois o autor reconhece que, em relação aos sufixos, além de serem poucos os que contêm a marca aspectual, muitos vêm perdendo sua significação original, como, por exemplo, o sufixo –ECER que nem sempre expressa noção incoativa. O autor cita também o sufixo –EJAR como indicativo de

incoação, ressaltando que o mesmo manifesta idêntica “hesitação” em relação à indicação de “começo de ação”, podendo ser incoativo ou iterativo.

Castilho cita Maurer Jr. (1951), que mostra terem, boa parte dos verbos terminados em –ECER, perdido seu valor incoativo, tais como: *esquecer, aquecer, arrefecer, esmorecer, empecer, merecer, estarrecer, carecer, fenecer, obedecer, perecer, permanecer, oferecer*. Entretanto, como salienta esse autor, os verbos que indicam fenômenos naturais como *florescer, amanhecer, etc.* e os que derivam de adjetivos como *empalidecer, amarelecer, etc.* parecem ter mantido seu valor primitivo de mudança de estado. As ocorrências do Aspecto incoativo encontradas no *corpus* da língua falada rural comprovam essa tendência:

- (16) Uma tarde, ***já escurecendo***, passa uma raposa e vê o Galo em cima do jirau. (BA, C2, l. 04-5)
- (17) Aí diz que foi nessa luta assim, ***manheceu*** o dia, ***anoiteceu*** outra vez. Quando, nas hora certa, evém os home, os cão, os animá trazendo suas carga outra vez. (BA, C5, l. 61-2)
- (18) Quando ***amanheceu*** o dia, os bichos tudo com o bucho cheio! (PB, C4, l. 103)
- (19) José teve um sonho, no outro dia, quando ***amanheceu***, disse: (PB, C1, l. 06-7)

Verifica-se nos exemplos de (16) a (19) que a noção de incoação decorre do sufixo – ECER. Enquanto em (16), o verbo “escurecer” é derivado de um adjetivo, os verbos “amanhecer” e “anoitecer” do exemplo (17) expressam fenômenos da natureza. No caso do exemplo (16), nota-se que o uso do adjunto adverbial de tempo “já” contribui para assinalar, com mais precisão, o começo da ação, e que o valor de mudança de estado encontra-se no sufixo do verbo “escurecer”. No exemplo (17), nota-se que o valor de mudança de estado não está apenas restrito ao sufixo dos verbos “amanhecer” e “anoitecer”; o falante, para tornar mais expressivo o jogo aspectual, emprega verbos semanticamente antônimos, evidenciando, com maior clareza, a noção incoativa. Nesse exemplo, ao lado da noção incoativa, encontra-se outro valor aspectual paralelo, marcado pelo adjunto adverbial “outra vez”: o iterativo.

Os exemplos (18) e (19) também evidenciam o começo de um novo estado, o qual está sendo expresso pelo sufixo do verbo “amanhecer”. Diante dos exemplos apresentados, pode-se afirmar que, na língua falada rural, a noção de mudança de estado é marcada por verbos

terminados em –ECER que indicam fenômenos naturais, podendo vir acompanhados de alguns adjuntos adverbiais de tempo ou por verbos derivados de adjetivos.

Na língua falada rural, houve poucas ocorrências da noção incoativa. E, na modalidade falada culta, esse valor aspectual não foi registrado.

5.2.1.2 O Imperfectivo Cursivo

O Aspecto imperfectivo cursivo caracteriza-se por expressar um evento em seu pleno desenvolvimento, indicando, portanto, a noção de duração. Alguns autores, como Santos (1967, p. 119), por exemplo, denominam essa vertente aspectual de Aspecto durativo. Para esse autor, o Aspecto durativo, além de descrever a ação em pleno desenrolar-se, caracteriza-se também por atribuir uma validade à predicação dentro dos limites de certa faixa temporal.

Castilho (1967), apesar de ter subdividido o imperfectivo, atribuiu-lhe, como característica principal, a duração, pressentindo o seguimento do processo. Como já foi especificado, a duração é apenas um dos matizes expressos pelo imperfectivo, já que o valor semântico que subjaz a essa vertente do Aspecto é, na verdade, a não-completude.

Levando-se em conta as ocorrências imperfectivas cursivas selecionadas no *corpus* desta pesquisa, propõe-se, como matizes dessa variante aspectual: o *cursivo propriamente dito*, se o evento se apresenta conforme a definição do parágrafo anterior; o *cursivo progressivo*, se a duração implica uma aceleração ou gradação do processo; e o *cursivo permansivo*, se a duração for ilimitada.

5.2.1.2.1 Cursivo Propriamente Dito

Na língua falada rural, o falante faz uso constante das formas do IdPt_i para expressar o cursivo propriamente dito, como em:

(20) Um home não **botava** nada dentro de casa. (BA, C4, l. 01)

(21) Um dia, na casa da onça, ela **rifava**. (BA, C1, l. 01-2)

(22) Pouco mais, lá *vinha* uma nega da casa do rei pra buscar água (PB, C4, l. 44)

Os exemplos de (20) a (22) trazem as formas verbais no IdPt₁, expressando uma certa duração. Assim, sob o ponto de vista da categoria de Aspecto, o que se deve observar nas formas verbais “botava”, “rifava” e “vinha” é o tempo inerente, ou seja, o tempo necessário ao desenvolvimento dos processos de “botar”, “rifar” e “vir” que, neste caso, encontram-se em fase de desenvolvimento, emitindo a noção de continuidade do processo verbal. Considerando-se o ponto dêitico, são ações passadas. No entanto, não é o momento de ocorrência do fato verbal que se quer focalizar, e sim, o grau do desenvolvimento do processo.

De acordo com Corôa (1985, p. 72), existem alguns estudos sobre o Aspecto que o identificam apenas com os Tempos do pretérito nas línguas românicas, como, por exemplo, o do lingüísta Klein, o qual afirma que as oposições aspectuais se desenvolveram só no passado. Para Cunha e Cintra, enquanto o IdPt₁ exprime a ação durativa, não limitada no tempo, o IdPt₂ indica uma ação momentânea, definida no tempo. Dessa forma, é muito freqüente a utilização desses dois Tempos pretéritos como um par opositivo, principalmente na gramática tradicional, que distingue aspectualmente o IdPt₁, por expressar a noção de fato passado inacabado, do IdPt₂ que expressa um fato acabado.

As formas do pretérito caem, inevitavelmente, na oposição entre as relações temporais e as relações aspectuais. Muitos autores não vêem na oposição entre imperfeito e perfeito um valor temporal, e sim aspectual, pelo fato de esses dois Tempos estarem na mesma faixa temporal. Santos (1967, p. 110), por exemplo, ressalta que uma das funções do IdPt₁ é expressar o Aspecto, uma vez que esse Tempo verbal indica a ação em desenvolvimento, no passado. Por sua vez, o IdPt₂, segundo o autor, só terá valor aspectual quando oposto ao IdPt₁, exprimindo o valor de uma ação completada, ou seja, “levada a cabo”. Isso porque, para Santos, em português, o perfeito indica, predominantemente, o Tempo, ou seja, apenas que a ação já não perdura, não fazendo nenhuma referência se, de fato, a ação foi levada a cabo, como se verifica no exemplo *Schubert escreveu a Sinfonia acabada*, em que a forma perfeita não indica ação completada, apenas o cessamento da ação.

Como explica Costa (2002, p. 48), há, normalmente, a associação do IdPt₁ com a noção de fato passado inacabado, e do IdPt₂ como noção de um fato acabado. Segundo a autora, na

verdade, estes dois Tempos pretéritos expressam fatos passados: enquanto o IdPt₂ implica na expressão de um fato acabado, o IdPt₁ não é marcado para essa noção, pois nada informa sobre a existência ou não do limite final do fato enunciado. Desse modo, a autora alerta que a noção que serve, tradicionalmente, para caracterizar o IdPt₁ não exprime de fato o seu conteúdo semântico, e sim o do IdPt₂C. Ou seja, se o Imperfeito realmente significasse o fato não acabado, essa forma verbal expressaria um fato que iniciado no passado permaneceria no presente.

Segundo a autora, o morfema flexional do IdPt₁ indica, normalmente, uma continuidade ou iteração no passado, e muitas vezes, essa continuidade ou iteração podem se constituir em habitualidade. No entanto, convém lembrar que Costa (1986) exclui o iterativo como um tipo aspectual, por conseguinte, para a autora, o IdPt₁ só expressará a imperfectividade, se seu valor for de continuidade.

Assim, como explica, o lexema verbal deve ser interpretado, pois se o mesmo portar o traço [-durativo] impedirá a imperfectivização, já que propiciará uma interpretação iterativa, como no exemplo *Infalivelmente estourava uma bomba às nove horas*. Entretanto, se o morfema flexional do IdPt₁ for acrescido a um lexema [+durativo], o imperfectizará, expressando-o como um processo singular, como no exemplo: *Quando criança, eu lidava com horta*.

Ademais, a autora também afirma que o contraste entre o IdPt₁ e o IdPt₂ não só expressa fatos passados, como também estabelece uma relação temporal dos fatos entre si, pois o morfema flexional do IdPt₂ permite a visualização do fato perfectivo como um ponto de interseção que penetra na constituição temporal interna do fato imperfectivo, esse expresso pelo IdPt₁. Para ilustrar esse caso, Costa cita o exemplo *Eu lavava os pratos. Ele chegou*, em que o IdPt₂ é visto como um ponto que é colocado no interior de um fragmento que se desenrola, sendo ainda possível, a introdução, na sentença, de um elemento temporal durativo: *enquanto*.

Por fim, Costa conclui que a forma verbal imperfeita revela uma certa duração no passado e é essa noção de duração que confere ao IdPt₁ o seu valor imperfectivo, chamando atenção para a constituição temporal interna do fato, enquanto o IdPt₂ expressa um fato acabado perfectivamente.

Conforme já foi salientado anteriormente, Costa considera inadequada a utilização dos termos *acabado* e *inacabado* para caracterizar a oposição aspectual, já que, como salienta, só se considera um fato como acabado em relação ao ponto dêitico da enunciação.

Realmente, as noções de acabado e de inacabado remetem ao ponto dêitico da enunciação, mas também informam o andamento em que se encontra o evento, quando se considera o tempo intrínseco ao seu desenvolvimento. Se se considera que o evento está em seu pleno desenvolvimento é porque está emitindo o valor de não completude e se se considera a fase terminal, é porque se contempla o evento também a partir de seu término, expressando, portanto, o valor de completude. Logo, as noções de acabado e de inacabado não se relacionam apenas com o ponto dêitico da enunciação como sugere Costa, mas também com o tempo intrínseco ao evento.

Este trabalho admite, juntamente com Costa, que é a noção de duração que confere ao $IdPt_i$ o seu valor imperfectivo, já que expressa o desenvolvimento do processo. Considerando-se o ponto dêitico, esse Tempo verbal expressará fatos passados acabados, mas o valor aspectual expresso pelo mesmo será o de continuidade ou o de repetição. Como será visto posteriormente, aceita-se o iterativo como um tipo aspectual, já que se entende que a repetição pode estender a duração.

De acordo com Castilho (1967, p. 69), o cursivo é o Aspecto imperfectivo por excelência, que se identifica, entre outras formas, com o $IdPr$, uma vez que, no presente, a ação pode ser apanhada também em seu pleno desenvolvimento. Santos (1967, p.109) assevera que o $IdPr$ era a forma temporal com que se podia indicar a duração no presente. Assim, segundo o autor, numa forma como “escrevo” está implícita a idéia “estou escrevendo”.

A respeito disso, foram observados os seguintes exemplos retirados do *corpus* da língua falada rural:

(23) – Ô bicha besta! Amiga Onça *pensa* que pegou na minha... Pegou numa raiz!(BA, C1, l. 16)

(24) – Fulano *vem* nestante e é rico!(BA, C5, l.73)

(25) – Mas ali **vem** um vaqueiro com dois cachorros que é duas onças dessa altura!(BA, C2, l. 20)

(26) – Mas Antônio, por que você tanto **chora** (PB, C4, l. 119)

(27) – Veio sem-vergonho! Eu **quero** o dinheiro que você tem aqui! (PE, C6, l. 26)

Ao analisar os exemplos acima, pode-se afirmar que, na língua falada rural, o IdPr foi utilizado para descrever um evento que está em seu pleno desenvolvimento. Observa-se que nos exemplos de (23) a (27), as formas verbais “*pensa*”, “*vem*”, “*chora*” e “*quero*” podem ser substituídas por uma perífrase durativa, respectivamente, “*está pensando*”, “*vem vindo*” (ou “*está vindo*”), “*está chorando*” e “*estou querendo*”.

Como pode ser observado, o exemplo (27) apresenta o verbo *querer*, o qual é classificado tradicionalmente como um verbo modal. Como será discutido no item *A não-determinação do Aspecto*, nos estudos aspectológicos, é consenso a afirmação de que verbos como *querer*, *poder* e *dever* inibem a expressão do Aspecto devido às suas funções modalizantes. No entanto, com base em Santos (1967), entende-se que, a depender do contexto em que apareçam, tais verbos podem expressar o Aspecto. Isto ocorre quando esses verbos estão em seu sentido pleno, podendo receber, assim, um caráter descritivo. É o que ocorre em (27).

Também é comum, na modalidade urbana culta, o uso do IdPr para a expressão de um fato em seu pleno desenvolvimento, como se verifica na ocorrência abaixo selecionada, em que se pode depreender da forma verbal grifada, a perífrase durativa “*estão admitindo*”:

(28) ...lá eles não **aditem** que um rapaz entre no clube sem camisa, né ? (INQ.100, l. 377)

Existem fortes argumentos em relação à noção aspectual nas formas nominais do verbo português. Para Cunha e Cintra (1985) perífrases construídas com o Particípio exprimem o Aspecto acabado, concluído, e as construídas com o Infinitivo e o Gerúndio expressam o Aspecto inacabado, não concluído. Costa (1986, p. 99) considera a oposição entre as formas nominais como aspectual e não temporal, o que está perfeitamente de acordo com a definição de Aspecto proposta nesta pesquisa, visto que nas formas nominais, não se revela a dêixis. Para Costa, enquanto o Gerúndio expressa a cursividade, o decorrer, o escoamento do tempo, o Particípio expressa um estado resultante de um processo. Por fim, a autora conclui que as

categorias que o Gd e o Pa atualizam são Aspecto e Voz: o Gerúndio expressa imperfectividade em curso e Voz ativa, e o Particípio expressa imperfectividade resultativa e Voz passiva.

Câmara Jr. (1964) explica que o Gerúndio é inconcluso e, portanto, imperfectivo; o Particípio é conclusivo, logo, perfectivo, e o Infinitivo é a forma que mais amplamente resume a significação verbal, sem implicação das noções gramaticais de Tempo, Aspecto e Modo.

De fato, como o Infinitivo indica ação pura e simples, o mesmo não está ligado ao Modo, ao Aspecto ou ao Tempo. Por outro lado, o Gerúndio e o Particípio exprimem, respectivamente, o processo em seu desenvolvimento e em seu fim ou resultado. Essas duas formas nominais são diferenciadas por Santos (1967, p. 31), através da análise de duas legendas. Assim, se houver a intenção de sublinhar o processo em seu desenvolvimento, abaixo da foto de um cavalo que salta um obstáculo, deve-se escrever: “vencendo um obstáculo”; no entanto, se a intenção for de ressaltar a fase final desse processo, representa-se o cavalo após ter saltado o obstáculo, escrevendo-se sob a foto: “vencido o obstáculo”.

A analogia feita por Santos para diferenciar o Gd e o Pa tem a vantagem de evidenciar com clareza a função dessas duas formas nominais, que é, sem dúvida, expressar a categoria lingüística do Aspecto. No entanto, vale lembrar que o Aspecto é uma categoria semântica e, portanto, os valores aspectuais resultam da interação de outros elementos, conforme já foi salientado. Assim, numa sentença como *Acabou concordando comigo* tem-se a expressão do Aspecto perfectivo e não imperfectivo. Isso porque o valor semântico do verbo *acabar* que remete à finalização do processo é que, nesse contexto, parece prevalecer.

Verificou-se que na língua falada rural, a marca aspectual cursiva propriamente dita também foi expressa pelo Gd com omissão do verbo auxiliar, como atestam os exemplos abaixo:

(29) E a Sapecca, *sapecendo*. (BA, C4, l. 97)

(30) Era uns *brincando*, e outros *jogando*. (BA, C1, l. 14)

(31) Ele *escutando* do lado de fora... Aí, o pade deu fé do ôio d’um *oiando* por uma brecha da parede (PE, C6, l. 80-1)

(32) A alma toda *escutando* o som da viola (PB, C2, l. 130)

(33) Porque será possível que eu *fazendo* as festa de Santo Antônio todos anos e morreu meu filho... (PB, C3, l. 09-10)

Como se pode observar, os exemplos (29) a (33) expressam um fato em seu pleno desenvolvimento. Tem-se, assim, a comprovação de que o Gd expressa o decorrer do processo. No exemplo (33), o adjunto adverbial de tempo “todos anos” assinala a repetição do processo, ou seja, ressalta o valor iterativo.

Na língua falada rural, como já foi especificado, é comum a expressão da cursividade através do Gd com omissão do verbo auxiliar, fato que também pode ser verificado na modalidade urbana culta, porém numa proporção bem menor. No entanto, nesta modalidade, o Gd foi utilizado, principalmente, em outro contexto, nas orações subordinadas adverbiais temporais, como em:

(34) Eu não tinha condições de ensinar muita coisa a ela, porque eu m...passo o dia inteiro na rua, *trabalhando* (INQ. 301, l.98-101)

(35) Só no fim, foi que eu com..*faltando* uns dois dias pr’eu regressar a Salvador...(INQ. 118, l. 281)

(36) Há pessoas que, *ocupando* um cargo superior, acham que não devem respeitar as idades, e há outros que enxergam isso primeiro a ver o cargo que ocupam. (INQ 125, l. 205)

Outra característica também idiossincrática da língua falada rural, é a de que o falante, para ampliar a duração, simplesmente, repete o verbo, como nos exemplos abaixo, em que, em lugar da iteração²⁷, prevalece o Aspecto cursivo:

(37) Aí ele *correu, correu, correu*. (BA, C1, l. 25-6)

(38) Aí ele *ficou pensando. Pensou, pensou, pensou...* (BA, C3, l. 16-9)

(39) Passado uns tempo, ela despediu da mãe e *saiu, saiu* sem destino. Aí *passou-se, passou-se...* (BA, C3, l. 128)

(40) *E subiu e subiu e subiu e subiu e subiu*, até condo fez linha.(BA, C3, l. 179)

²⁷ Castilho (2000, p. 33) salienta que a repetição do verbo pode expressar a iteração. Como será discutido, acredita-se que, além da iteração, a repetição verbal também pode expressar as noções de duração e progressão, que equivalem, respectivamente, aos Aspectos cursivo propriamente dito e progressivo.

(41) *andou, andou, andou...*Muito longe da cidade (PB, C1, l. 25)

No exemplo (38), o falante não se deu por satisfeito em usar apenas a perífrase durativa “ficou pensando”. Para ressaltar que o processo ainda estava em seu pleno desenvolvimento, repetiu três vezes o verbo principal da perífrase, ampliando, assim, a duração. É interessante observar que não só os três verbos que se repetem após a perífrase encontram-se flexionados no IdPt₂, como também os verbos que se repetem nos demais exemplos. Este fato alerta para uma característica da categoria de Aspecto: nem sempre o valor aspectual decorre da flexão em que o verbo se encontra. Ou seja, o fato de uma forma verbal estar flexionada, como mostram os exemplos (37) a (41), no IdPt₂, não significa dizer, necessariamente, que a mesma expressa sempre um fato completo, e portanto, perfectivo.

Conforme salientado anteriormente, para Castilho (1967, p. 110), a expressão do Aspecto através das perífrases é incomparavelmente, mais rica. Compartilhando do mesmo ponto de vista, Costa (1986, p. 93) ressalta que as distinções aspectuais são marcadas, preferencialmente, pelas perífrases, razão pela qual a autora propõe uma conjugação aspectual sistemática que se realiza através das mesmas. Na língua falada rural, os falantes também utilizaram as perífrases como recurso expressivo, o que pode ser observado nos exemplos abaixo:

(42) Cês escuta como é que ela *tá dizendo!* (BA, C1, l. 09)

(43) Ele abaixou a espingarda e *ficou pensando*. (BA, C3, l. 06)

(44) Porque *ta acontecendo* que alguém *ta pegando* menino por aí (PE, l. 09)

(45) Que é que você *ta procurando* minha filha? (PE, C2, l. 16)

(46) – Ah, rei meu senhor, Antônio *ficou se gabando* porque fez isso (PB, C4, l. 106)

(47) Então, ela *ficou pensativa*, porque tudo que o velho falou deu certo (PB, C5, l. 19)

Todos os exemplos acima citados estão expressando o fato em seu curso. Ademais, em todos, o valor aspectual decorre da perífrase durativa, um complexo formado por um auxiliar aspectual seguido de verbo pleno no Gd. Em (43), (46) e (47), as perífrases apresentam o mesmo verbo como auxiliar: *ficar* no IdPt₂. Conforme salientado anteriormente, o fato de uma forma verbal se encontrar no IdPt₂ não significa que expressará sempre o Aspecto perfectivo. Tem-se, nos três exemplos referidos, a expressão do Aspecto imperfectivo cursivo, porém no Tempo passado.

Em (42), (44) e (45), a perífrase durativa tem como auxiliar o verbo *estar*, que, no referido contexto, apresenta-se vazio de suas propriedades semânticas. Muitos autores denominam o verbo *estar* de verbo aspectualizador, não só pelo contraste aspectual entre esse verbo e o verbo *ser*, como também por este ser muito produtivo para a expressão do Aspecto, quando em perífrases.

Para Santos (1967, p. 118), o verbo *estar* é um dos melhores trunfos aspectuais em português, especialmente quando colocado em confronto com línguas que não fazem a distinção “ser/estar”. O autor afirma ainda que o verbo *estar*, apesar de poder auxiliar a voz passiva, como em *A cidade está sitiada pelo inimigo*, é, na verdade, um auxiliar aspectual, pois uma vez associado ao gerúndio ou a uma preposição mais um infinito indica Aspecto durativo, e ao ser associado ao particípio, expressa o Aspecto resultativo.

Por sua vez, Câmara Jr. (1969, p. 143) assevera que, por meio do verbo auxiliar *estar* conjugado com um Gerúndio, se formula o Aspecto cursivo, no presente, no passado, no futuro, e em qualquer Modo.

Costa (1986) e Castilho (2000) apontam a perífrase de *estar* + Gd como uma das mais recorrentes nos dados de suas pesquisas. No presente estudo, também houve uma grande ocorrência dessa perífrase, tanto na língua falada rural (conforme foi demonstrado nos exemplos (42), (44) e (45)), como também na modalidade urbana culta:

- (48) E eles ***estão*** agora ***tratando*** de...eh...habitarem aquela margem toda, né, fazendo... ***estão fazendo***...construindo casas, clubes, não sabe? (INQ. 100, l. 18)
- (49) principalmente aquela parte do Pelourinho que ***está sendo restaurada*** agora, né? Por sinal...eh...eu reputo aquilo uma coisa belíssima, né? (INQ. 100, l. 127)
- (50) os religiosos ***estão deixando*** o hábito, né, e usando, de início, o clergyman, né? (INQ. 159, l. 133)
- (51) ***está fazendo*** doze quilômetros com um litro, dentro de Salvador (INQ. 277, l. 115)
- (52) É uma coisa que não me ocorre, eu ***estou dormindo*** sozinha (INQ. 125, l. 14)

Em todos os exemplos acima, a perífrase durativa *estar* + Gd exprime o desenvolvimento do fato verbal, que está, nesse caso, em andamento. Em (48), a primeira perífrase utilizada pelo falante encontra-se intercalada pelo advérbio *agora*, que, no contexto,

marca apenas o ponto dêitico – o Tempo presente. Costa denomina esse advérbio de “circunstancial propriamente dito”, asseverando que o mesmo expressa o momento globalmente considerado, sem fazer referência à estrutura temporal interna dos fatos. No entanto, a autora admite a possibilidade de ocorrência em frases cuja forma verbal é expressa no imperfectivo.

Vale ainda ressaltar que a perífrase *estar* + Gd é, normalmente, denominada, por muitos autores, como Ilari (1983, p. 27), por exemplo, de perífrase progressiva, sendo, portanto, a expressão do Aspecto progressivo. No entanto, entende-se que o uso da referida perífrase nem sempre acarreta, necessariamente, um sentido progressivo, o que pode ser constatado nos exemplos acima analisados que contêm a perífrase em questão.

Como já foi salientado, para Costa (1986, p. 176) os substantivos derivados com os afixos –MENTO, –AGEM e –IZAÇÃO portam a marca da imperfectividade, principalmente, em relação à expressão de um processo em desenvolvimento. Na presente pesquisa, houve no *corpus* da língua falada rural apenas um caso de substantivo com marca aspectual imperfectiva cursiva, o qual tem a terminação –MENTO:

(53) Aí foi caçar pioio. Naquele *caçamento* de pioio, pegou o fosco e amarrou no cabelo, né?
(BA, C3, l. 112)

Por sua vez, na modalidade urbana culta não foi registrado nenhum caso de substantivo com valor imperfectivo, o que, no entanto, não invalida a expressão do Aspecto nessa forma nominal.

5.2.1.2.2 Cursivo Progressivo

O valor de progressividade imprime ao fato verbal um desenvolvimento gradual. Por tal razão, esse valor se relaciona com o valor durativo, sendo, portanto, uma modalidade do Aspecto cursivo.

Segundo Castilho (1967, p. 48), a noção de progressão que caracteriza o Aspecto cursivo progressivo, não é propriamente aspectual, representando, antes, a categoria de Modo

de Ação, já que foge à oposição duração/completamento. Como já foi salientado, com base em Costa, aceita-se a existência de apenas uma categoria semântica – a do Aspecto – que se expressa nos níveis lexical e/ou morfológico. Assim, considera-se a noção de progressão, uma noção aspectual que representa, conforme foi dito no parágrafo anterior, um dos matizes do Aspecto cursivo.

Pode-se então afirmar que, quando a duração importa numa aceleração ou gradação do processo verbal, tem-se o Aspecto cursivo progressivo. No *corpus* da língua falada rural, o cursivo progressivo ocorreu nos seguintes contextos:

- (54) Aí, premero que correu ela ainda alcançou ele: *ia entrando*. *Chegou* na porta de um buraco; aí, quando entrou na porta do buraco, quando *foi entrando*, ela *foi pegando* na perninha. (BA, C1, l. 30-31)
- (55) *Vai descendo*...Uma hora ela desceu demais, os cachorro vapo!(BA, C2, l. 45)
- (56) *Saía bolando*, quando chegava dentro de casa, chegava puro. (BA, C4, l. 01)
- (57) Oh, num lhe conto! O boi Leitão *foi passando*...eu *vim* com o gado, ele *foi passando*, *saiu correndo* de cabeça afora e eu *arrondeando*, *arrodeando*... (PB, C6, l.57-59)
- (58) A criancinha *foi se criando* e ficou com Santo Antônio, criou-se (PB, C4, l. 17)
- (59) Bem, quando ela *foi entrando* na porta do palácio, a moça deu um suspiro (PB, C5, l. 105)
- (60) Aí, a veia *saiu chorando* (PE, C3, l. 78)

Observa-se nos exemplos de (54) a (60) que a noção de desenvolvimento gradual do processo é expressa por meio das perífrases *ir* e *sair* + Gd. É interessante também notar as flexões temporais em que os verbos auxiliares se encontram: no exemplo (54), na perífrase “*ia entrando*”, o falante utiliza o IdPt₁ em lugar do IdPt₂, e logo em seguida, nas demais perífrases coloca o verbo auxiliar no IdPt₂; no exemplo (55), o verbo auxiliar está no IdPr; e no exemplo (56), no IdPt₁. Já nos exemplos (58) a (60), os auxiliares estão no IdPt₂. Pode-se dizer que, de um modo geral, é indiferente o Tempo em que está conjugado o auxiliar para a expressão da cursividade progressiva, pois é a noção semântica contida no auxiliar – a de movimento – a responsável pelo valor aspectual progressivo.

Em (57), além das perífrases *ir* e *sair* + Gd, cujo valor de progressão está sendo marcado pelo valor semântico do verbo auxiliar, que expressa movimento, o falante utiliza o

verbo *vir*, que também exprime movimento, e por conseguinte, faz emergir o valor de progressão. Por fim, o falante repete duas vezes no Gd outro verbo de movimento, *arrodear*, com omissão do auxiliar, também de movimento, *ir*. Ora, tem-se aí, o valor aspectual de progressão marcado não só pelo verbo que indica movimento, mas também pela repetição verbal.

Além do uso da perífrase *ir, vir e sair* + Gd, para expressar o Aspecto durativo em progressão, o falante rural, conforme foi visto no exemplo (57), também fez uso do Gd com omissão do verbo auxiliar para expressar a progressividade. Nesse caso, deve-se levar em conta o contexto em que o Gd aparece, para assim poder avaliar com precisão o seu valor aspectual, já que há casos em que essa forma nominal expressa a cursividade propriamente dita. Observe as seguintes ocorrências do *corpus* da língua falada rural:

(61) Tocava o batuque no pandeiro dela e ***cantando***:(BA, C1, l. 11)

(62) Aí a Raposa, pro lado do vaqueiro. Quando em cima dos cachorro, e o vaqueiro ***batendo*** a mão:

– Pega, nego! Pega, nego!(BA, C2, l. 24-6)

Nos exemplos (61) e (62), nota-se que as formas verbais “cantando” e “batendo”, ambas no Gd, exprimem uma gradação do processo; o contexto em que as duas formas verbais aparecem permite uma interpretação deste tipo, já que as mesmas podem ser substituídas, respectivamente, pelas perífrases progressivas “ia cantando” e “foi batendo”.

Ademais, na língua falada rural, o valor aspectual de progressividade também foi observado, nos seguintes contextos:

(63) Ele ***saiu***. ***Foi, foi, foi***... ***Andou, andou, andou***... (PB, C4, l. 154)

(64) Calmo, ele ***saiu*** devargazinho por dentro da mata (PE, C3, l. 50)

(65) A noite já ***está caindo***...já ***está chegando*** o escuro.(PE, C2, l. 06)

Os exemplos (63) e (64) apresentam o verbo *sair* no IdPt₂. No entanto, os fatos expressos nos dois exemplos em questão não são perfectivos e sim, imperfectivos. Como já foi salientado, o Aspecto é uma categoria semântica e, portanto, os valores aspectuais resultam da combinação de determinados elementos nas sentenças em análise. Em (63), a

repetição verbal, *Foi, foi, foi... Andou, andou, andou...* imprime ao verbo *sair* o valor de progressão. Note-se que os verbos que se repetem são verbos de movimento: *ir* e *andar*. Já em (64), a progressividade está sendo marcada pelo elemento nominal “devargazinho”, cujo valor semântico imprime ao verbo o valor aspectual de gradação.

Castilho (2000) e Travaglia (1981) salientam que a construção *estar* + Gd, além de marcarem o desenvolvimento do processo, é muito freqüente para expressar o valor aspectual de progressão. Como pode ser observado, no exemplo (65), o verbo principal das duas perífrases sob análise exprimem movimento. Vale ainda acrescentar que, alguns autores, como Castilho (1967), por exemplo, classificam os verbos *cair* e *chegar* como pontuais. No entanto, conforme se verifica, o contexto, em que tais verbos aparecem, propiciam o desenrolar gradual do processo, o que parece reforçar a afirmação de Santos (1967, p. 107) de que, a rigor, não há verbos durativos ou pontuais, e sim emprego durativo ou pontual, pois o mesmo verbo poderá exprimir diferentes valores aspectuais em função dos outros elementos a que se associa.

Em relação à modalidade urbana culta, não houve praticamente diferenças na expressão do Aspecto cursivo progressivo, exceto pelo fato de o falante culto, raramente, fazer a omissão do verbo auxiliar. Em sua grande maioria, as ocorrências com valor aspectual progressivo foram marcadas pelo valor semântico do verbo auxiliar, que indica movimento e pelo sufixo –ECER do verbo principal, o qual, conforme salienta Castilho (1967, p. 77), por exprimir a noção de mudança de estado, típica dos verbos incoativos, implica também numa gradação. Ademais, também colaborou, para a duração progressiva, a ocorrência de alguns adjuntos adverbiais. Os exemplos abaixo selecionados ilustram o valor aspectual progressivo na norma urbana culta de Salvador:

(66) e, então, ela *vai crescendo* sempre ligada a um jogo (INQ 125, l. 36)

(67) Isso também *foi desaparecendo* e com muito acerto, ao meu ver... (INQ. 159, l. 96)

(68) *Com o correr do tempo*, não só a casaca *desapareceu* das ruas, como até aquele traje que se usava nos dias de Sexta-feira Santa. (INQ 159, l. 14-6)

Os exemplos (66) e (67) apresentam a perífrase *ir* + Gd, com o verbo auxiliar conjugado, respectivamente, no IdPr e no IdP₂. Somado a isso, tanto em (66) como em (67), o verbo principal é terminado pelo sufixo –ECER, o qual implica uma gradação. No exemplo

(68), o adjunto adverbial “com o correr do tempo” reforça o valor semântico de gradação do processo.

5.2.1.2.3 Cursivo Permansivo

Alguns autores caracterizam o Aspecto permansivo como a expressão da perfectividade, pois indica uma ação conclusa cujos efeitos são persistentes, duradouros. Câmara Jr. (1986, p. 60), por exemplo, define o Aspecto permansivo como um Aspecto conclusivo, mas permanente em seus efeitos, equivalendo ao perfectivo resultativo de Castilho (1967).

No entanto, também existem autores, como Paul Imbs (1960, *apud* CASTILHO, 1967, p. 52) e Oliveira (2003, p. 96) que utilizam o termo permansivo para indicar uma duração ilimitada, ou seja, imperfectiva. É, justamente, com base nesses autores, e valorizando a característica que o evento tem de se estender por um certo tempo, que se admite o permansivo também como um dos matizes do imperfectivo cursivo.

Sob este ângulo, o que caracteriza o cursivo permansivo é a noção de duração ilimitada, ou seja, a capacidade do fato verbal de prolongar-se por um longo espaço de tempo, emitindo, assim, o valor de permanência. Em outras palavras, o valor permansivo não expressa uma mudança no decorrer do tempo, refere-se a um fato contínuo.

No *corpus* da língua falada rural, observou-se que uma parte das ocorrências permansivas foram expressas pelo verbo *ter*, tanto em seu sentido pleno como no sentido de “existir”, quando flexionado no IdPr e no IdPt₁:

(69) Mas ele **tinha** um compadre que era usurento, usurento! (BA, C5, l. 24)

(70) – O senhor não **tem** abobra pra me vender não, moço?

– Não, eu não **tenho** abobra, mas eu **tenho** uma simente!(BA, C6, l. 35-7)

(71) Esses velho **tem** o costume de fazer uma fogueira...esse pessoa do mato...de noite (PE, C4, l.26)

(72) A sabiá **tinha** três filhinhos (PE, C1, l. 01)

(73) Quando chegou lá, **tinha** um toco assim na boca d’um buraco (PE, C3, l. 18)

Ao analisar as formas verbais grifadas nos exemplos de (69) a (73), nota-se que todas, sem exceção, transmitem o valor de permanência. Esse valor, em (73), está sendo gerado pelo emprego do verbo *ter* no sentido de existir. Em relação aos demais exemplos que apresentam o verbo *ter* em seu sentido pleno, poder-se-ia, a princípio, ficar tentado a dizer que o Aspecto decorre do semantema. Entretanto, como explica Castilho, quando isso ocorre, não importa o Tempo em que venha conjugado o verbo. E o verbo *ter*, quando no IdPt₂, transmite claramente o valor de completude, como mostra a ocorrência abaixo selecionada:

(74) José *teve* um sonho (PB, C1, l. 04)

Ainda com relação ao verbo *ter*, foi possível observar um interessante mecanismo na relação flexão temporal/semantema deste verbo. O conteúdo semântico do verbo *ter*, como define Aurélio, é “ter a posse de, possuir”. Ora, ter a posse de algo ou de alguma coisa implica em manter, conservar esse “algo” consigo durante um período, noção que é expressa, quando o verbo se encontra no IdPr e no IdPt₁. Também foi possível averiguar esse mesmo mecanismo com os verbos “haver”, “viver”, “saber”:

(75) Almoçaram tudo, que tava tudo *há* tempos, todo mundo *vivia* com fome.(BA, C4, l. 114)

(76) É, eu *sei* em que mundo fica.(BA, C3, l. 164)

Por outro lado, o verbo *viver* não transmite apenas o valor de permanência, mas também o de iteração, mesmo quando em perífrases durativas, como em:

(77) Botaram o nome de Antônia e *vivia reservadinha* num quarto e ele dava comestível a ela com os poder que ele tinha, né? ...(PB, C4, l.18)

(78) Mas, minha filha, o que é que você tem que só *vive chorando*? (PB, C5, l. 118)

Como se verifica, em (77) e (78), o valor aspectual de permanência decorre do semantema do verbo auxiliar *viver*, que está, respectivamente, no IdPt₁ e no IdPr. Além desse valor aspectual, também pode ser observado, nos dois exemplos, o valor iterativo, confirmando o que já foi salientado, o fato de uma sentença poder assumir mais de um valor aspectual.

Foi possível observar os verbos *ser* e *estar* como variantes aspectuais entre si, entretanto pode-se notar que o verbo *estar*, mesmo denotando um estado provisório, pode implicar uma certa permanência no tempo, como mostra o exemplo (79) abaixo retirado do *corpus* da língua falada rural:

(79) O Galo *tá ainda* em cima do jirau. (BA, C2, l.08)

Nesse exemplo, tem-se o verbo *estar* no IdPr, expressando um estado temporário num determinado período de tempo, o que indica que o processo expresso pelo verbo tem um período de vigência. Além do mais, a presença do adjunto adverbial “ainda” permite, com maior precisão, que a visualização do processo seja possível, expressando a noção de continuidade.

Nos exemplos (80) a (82), a seguir, o valor aspectual permansivo é transmitido pelo semantema do verbo “ser” que expressa um estado permanente:

(80) – Antonce, a minha muié *é* esta!

Era a muié, a primeira que ele tinha casado. (BA, C3, l. 209)

(81) entonce ela *era* zeladora da igreja de Santo Antônio (PB, C4, l. 02)

(82) Tu *sois* fême, num *sois* macho! (PB, C5, l. 152)

Como será visto posteriormente, nem sempre o verbo “ser” no IdPt₁ expressará a noção de permanência; deve-se levar em conta o contexto em que a forma verbal ocorre, para assim se determinar qual o valor aspectual que expressa.

Como explica Oliveira (2003, p. 89), o português é uma língua em que se encontra lexicalizada a oposição aspectual *ser x estar*. Assim, enquanto o verbo *ser* se emprega para indicar estado permanente, o verbo *estar* é empregado para indicar um estado transitório. A autora também salienta que alguns predicadores podem ser usados com *ser* ou com *estar*, mas muitos outros ou se empregam com *ser* ou se empregam com *estar*.

Costa (2002, p. 52) compartilha com Oliveira alguns pontos-de-vista em relação ao verbo *ser/estar*, reconhecendo que os mesmos são variantes aspectuais entre si, e que, talvez, a melhor denominação para esses verbos seja a de “verbos estativos” e não “copulativos” ou

de “ligação”, pois eles não devem ser considerados meros elementos de ligação sintática, como se fossem vazios de significação própria.

Para Costa (2002, p. 53), o verbo *ser* é um verbo perfectivo, que expressa um estado permanente, uma manifestação de propriedades individuais não limitada temporalmente, funcionando como uma espécie de gnômico. Como afirma, a predicação atribuída pelo verbo *ser* é sempre colocada como válida e permanente por um fragmento de tempo encarado como um bloco fechado, cuja estrutura temporal interna não é tomada como referência.

Em relação ao verbo *estar*, Costa assevera que o mesmo põe o fato verbal referido num fragmento de tempo, atribuindo um período de vigência, ao tempo em que refere a estrutura temporal interna desse fato como “em curso”.

Ora, se o verbo *ser* expressa “um estado permanente” e não limitado temporalmente, é porque o mesmo extrapola os limites temporais, estendendo a duração de forma indefinida. Desse modo, o verbo *ser* expressa o Aspecto imperfectivo cursivo permansivo. No entanto, o mesmo também poderá configurar o Aspecto perfectivo, pois, como foi dito, os valores aspectuais resultam da interação de diversos elementos, dentre eles, a flexão verbal.

Na língua falada rural, o Aspecto permansivo também pode ser expresso pelo IdPr e pelo IdPt₁, como em:

(83) Mas meu vaqueiro num *mente*. Meu vaqueiro num *mente*. (PB, C6, l. 06)

(84) Era um vaqueiro, desse fazendeiro, que num *mentia*. *Fazia* tudo na vida, mas ele não *largava* uma mentira. (PB, C6, l. 01)

(85) Entonce ele *pissuia* um filho, uma mulher e um cavalo muito bom. (PB, C3, l.03)

O fato verbal expresso no exemplo (83) refere-se a um fato permanente: o vaqueiro não tem o hábito de mentir. Ademais, o verbo está conjugado no IdPr, corroborando, assim, para a expressão de uma duração que persiste. O mesmo ocorre em (84), porém, nesse exemplo, as formas verbais grifadas encontram-se no IdPt₁, expressando um fato que foi permanente durante um tempo no passado. Nesse exemplo, encontra-se ainda o valor iterativo. Por sua vez, em (85), o valor semântico de permanência decorre do semantema do verbo *possuir*.

Conforme salienta Castilho (1967, p. 103), o chamado Presente Gnômico, forma característica das afirmações gerais, definições, ditados e truísmos, encontra-se impossibilitado de expressar o Aspecto, já que neste caso o falante intenciona apenas apresentar a noção expressa pelo verbo, sem preocupar-se com sua duração, completamento ou repetição ou o momento de sua ocorrência, persistindo, assim, a ênfase em sua generalidade, em sua indeterminação. Na mesma esteira, encontra-se Costa (2002) que desconsiderou o Gnômico como uma das possibilidades de se marcar a categoria de Aspecto. Lembre-se que segundo a autora, o traço Gnômico restringe a imperfectivização, uma vez que, quando se aplica a imperfectivização em frases construídas com esse uso do IdPr, tem-se frases agramaticais ou pouco usuais.

No entanto, também há autores que reconhecem um valor aspectual no Gnômico, como por exemplo, Corôa. Segundo esta autora (1985, p. 85), o que Lyons chama de Gnômico é a forma característica dos provérbios, ou seja, é algo que ocorre, não exatamente no momento da fala, mas se insere numa proposição que, por uma razão ou outra, sabe-se ser verdadeira independentemente do momento em que é enunciada. Dessa forma, verdades atemporais, como no exemplo *A terra gira em torno do sol*, apresentam-se, para a limitada consciência humana, como sendo ações infinitas, ou seja, no exemplo em questão, o tempo em que a terra tem girado em torno do sol se afigura como infinito e é nessa perspectiva de infinidade que se visualiza o evento. Assim, para Corôa, o Gnômico sempre se associa a um dos membros da oposição aspectual, que, no caso, é o imperfectivo.

Com base em Corôa, entende-se que o Gnômico tem um valor aspectual, que no caso é o imperfectivo cursivo permansivo. Se, como salienta a autora, este “uso especial” do IdPr permite que o evento seja visualizado dentro de sua perspectiva de infinidade, uma vez que é assim que se apresenta para a consciência humana, é porque, na verdade, para a consciência humana, refere-se a eventos que estão em pleno desenvolvimento; um desenvolvimento que se apresenta como infinito, emitindo a noção de duração ilimitada, logo o valor de permanência.

Na língua falada rural, houve poucas ocorrências do Gnômico, no entanto, como se verifica no exemplo abaixo selecionado, tem-se a expressão de um fato visto na sua perspectiva de infinidade:

(86) - Não! Todo mundo mente! (PB, C6, l.04)

Na modalidade urbana culta, não houve grande diferença na expressão do Aspecto permansivo, apenas pelo fato de este ter sido marcado, preferencialmente, pelo IdPr, como em:

(87) Eu *ensino* na Faculdade de Medicina (INQ. 231, l. 14)

(88) esses sinais *indicam*, naturalmente, a entrada para a direita ou para a esquerda, o sinal de contramão, *indicando* que os carros não podem entrar naquela rua (INQ. 094, l. 228-231)

(89) Eles *têm* praias, talvez mais bonitas do que as nossas, não sabe, e lagoas. *Tem* lá uma lagoa, a lagoa do Bonfim, que *tem* dezessete quilômetros de extensão. (INQ. 100, l. 15-8)

(90) *Conheço* toda Salvador (INQ. 100, l. 27)

(91) *Considero* essa divisão inteiramente válida (INQ 094, l. 54)

(92) As ruas *são* bastante largas, talvez com dez metros (INQ. 100, l. 37)

Todos os exemplos acima apresentam os verbos grifados no IdPr, exceto em (88) que exhibe o verbo *indicar*, inicialmente, no IdPr e, em seguida, no Gd. Nesse exemplo, observa-se que o valor de permanência é depreendido do próprio contexto, pois “sinais” de trânsito representam sempre indicações ou advertências destinadas a orientar condutores de veículos. Tem-se, assim, do próprio contexto em que o verbo se encontra, o valor aspectual de permanência, corroborado pelo uso do IdPr e do Gd com omissão do auxiliar. O mesmo ocorre com os exemplos (87), (90) e (91), cujo contexto faz emergir o valor permansivo.

Por fim, conforme já foi discutido, o verbo *ter* e o verbo *ser*, presentes, respectivamente, nos exemplos (89) e (92), uma vez no IdPr, expressam o valor permansivo, decorrente da relação entre a flexão temporal e o semantema verbal.

5.2.1.3 O Imperfectivo Iterativo

Como já foi especificado, para Costa (1986, p. 76) a repetição de um fato não pode ser interpretada como pertinente à constituição temporal interna, já que consiste na pluralização de um fato verbal. Recorde-se que, para a autora, uma das restrições que se coloca à imperfectivização, é a de que o fato verbal enunciado deve estar no número singular, o que implica, automaticamente, no afastamento do iterativo como um tipo aspectual, já que o que

ocorre na iteração é a repetição de fatos verbais idênticos no tempo, ou seja, fatos distribuídos no tempo e não um tempo interno ao fato. Desse modo, para a autora, a exata compreensão do que seja Número para os verbos é essencial para a delimitação do âmbito da categoria de Aspecto.

De acordo com o ponto de vista de Costa (1986), o tratamento dado à categoria de Número verbal pelas gramáticas tradicionais não é adequado, já que a distinção que aí se estabelece é no âmbito da categoria de Pessoa. Dessa forma, a autora tenta precisar a noção de Número verbal, com base em Coseriu, explicando que a categoria de Número só se aplica aos verbos, quando se expressa a repetição ou não do fato verbal. Isso produziria uma oposição entre *semelfactivo*, fato verbal expresso como único, singular e que ocorre apenas uma vez; e *repetido*, iterativo ou frequentativo. Assim, um verbo como *saltitar* denominado tradicionalmente como iterativo, expressa a repetição de um fato verbal singular, que, no caso, é o fato verbal expresso pelo verbo *saltar*, um semelfactivo. Logo, o par *saltar x saltitar* é representativo da categoria de número verbal.

Para Barroso (1994, p. 153), a “categoria aspectual da repetição”, também dita “Número verbal”, distingue-se da duração, já que lhe correspondem oposições distintas: *semelfactivo*, isto é, uma única vez; *repetição simples*, ou seja, duas vezes; *frequentativo*, várias vezes. Isto quer dizer, segundo o autor, que a ação verbal pode se apresentar como única, como repetida uma vez, ou como repetida várias vezes. Como se verifica, o autor associa o iterativo à categoria de Número verbal, porém, diferentemente de Costa, considera a repetição como um valor aspectual.

Como já foi fartamente explanado, o Aspecto é uma categoria não-dêitica, que leva em consideração o tempo intrínseco ao evento, ou seja, o tempo inerente ao desenvolvimento de qualquer processo. É fato que todo evento ao desenrolar-se, parte de um estado inicial para um final, mas também é fato que ao desenrolar-se, poderá ter a sua duração ampliada através da repetição. Logo, acredita-se que a repetição faz parte do tempo intrínseco do processo, já que estende a duração do mesmo.

Castilho, em sua tese de doutoramento, define o Aspecto iterativo como um Aspecto intermediário, situado entre o imperfectivo e o perfectivo. Esta posição intermediária resulta do fato de esse Aspecto ser um conjunto de ações quer durativas, *aspecto iterativo*

imperfectivo, quer pontuais, *aspecto iterativo perfectivo*. O autor também ressalta que, em decorrência da posição intermediária do Aspecto iterativo, que representa um conjunto de ações durativas ou pontuais, não haverá semantemas propriamente iterativos, exceto alguns poucos como *costumar*, *soer* e *habituarse*.

É importante salientar que Castilho ao conceituar o Aspecto iterativo como um coletivo de ações, exclui a repetição simples expressa pelo prefixo *re-* e pelo adjunto adverbial *de novo* pois, segundo o autor, nesses casos, o que ocorre é uma reiteração, como se verifica no exemplo *Pensei de novo no que disse anteontem*.

Apesar de Castilho reconhecer que a repetição pode ser intencional ou rotineira, não discrimina tais casos, por julgar que tal diferenciação deriva de uma consideração de natureza modal. Entretanto, essa distinção, como explica o autor, foi feita por Hans Chmelicek, em sua obra *Die Gerundialumschreibung in Altspanischen zum Ausdruck von Aktionsarten*, em que opõe o iterativo, repetição automática, do frequentativo, repetição intencional.

Nos demais artigos em que trata a respeito do Aspecto verbal, Castilho, praticamente, mantém a sua mesma concepção do Aspecto iterativo, ressaltando o fato de o iterativo, por ser uma quantificação do imperfectivo e do perfectivo, não constituir, a rigor, “um outro aspecto”, razão pela qual haverá um iterativo imperfectivo e um iterativo perfectivo.

Enfim, o autor propõe que o Aspecto verbal apresenta uma face quantitativa, na qual é possível distinguir a ocorrência singular (Aspecto semelfactivo) da ocorrência múltipla, habitual ou reiterada (Aspecto iterativo). Da mesma forma, o Aspecto apresenta uma face qualitativa configurada pelo perfectivo e pelo imperfectivo.

Outrossim, Castilho (2000, p. 33) afirma que o componente léxico é irrelevante na composição iterativa, mesmo que se considere os poucos itens com marcação iterativa derivacional (-EJAR e -ITAR) ou auxiliares como *costumar*, *habituarse* *a*. Por tal razão, o autor salienta que “o iterativo depende mais acentuadamente que os outros aspectos dos fatores de natureza composicional”.

De certa maneira, Ilari (1997, p. 52) apresenta um ponto de vista semelhante ao de Castilho, uma vez que afirma que a reiteração trata de uma “ação combinada de fatores” e

que, mais do que nunca, a presença de morfemas de tempo, adjuntos e auxiliares serão analisados em sua interação na sentença.

Desse modo, para Ilari, a expressão da reiteração não pode ser explicada a partir das características lexicais do verbo ou de qualquer outra expressão, mas do contexto sintático em que uma determinada forma verbal aparece, visto que a escolha da estrutura sintática de uma sentença pode criar para a mesma uma interpretação reiterativa.

Neste trabalho, parte-se dos conceitos propostos por Castilho para caracterizar o iterativo, no entanto, entende-se que esse matiz aspectual se refere, na verdade, a variantes dos Aspectos imperfeito e perfeito. Assim, enquanto o Aspecto imperfeito iterativo caracteriza-se por expressar ações durativas que se repetem, o Aspecto perfeito iterativo caracteriza-se por expressar a repetição de ações pontuais.

Verificou-se que na língua falada rural, o *imperfectivo iterativo* pode ser expresso pelos seguintes recursos: indeterminação do sujeito, IdPt₁, perífrases, repetição do verbo e adjuntos adverbiais de tempo. As ocorrências abaixo selecionadas do *corpus* expressam a iteração:

- (93) *Dizem* que era uma mulher casada que nunca possuiu família (PB, C4, l.01)
- (94) Aí *diz* que os homem chegou, botou um bocado de mecadoria dentro, *saiu outra vez*.(BA, C5, l. 16-8)
- (95) *Todo dia* ele *ia* lá, e a abobra crescendo. *Todo dia* ele *chegava* lá, e a abobra crescendo. (BA, C6, l. 62-3)
- (96) *Todos os dias* ela *ia* zelar a igreja dele. *Todo dia pedia*: - Santo Antônio da cabeça pelada, me dá um filho (PB, C4, l. 05-7)
- (97) É um cumpade rico...*todo dia* ele *vai* pra missa...prá igreja (PE, C5, l. 01)
- (98) Tudo pobrezinho, *vivia passando* necessidade (PB, C1, l. 02)
- (99) - O que é que você *anda fazendo*, João Cinza (PB, C2, l. 57)
- (100) E *andava* e *andava* e *andava*... quando não *güentava* mais de fome e sede e tudo, *vortava* pra dentro de casa (BA, C6, l 30-31)
- (101) Era muita gente *chamando* ele...*chamando* ele e *pagando* para o surrão cantar (PE, C2, l. 50-1)

No exemplo (93) e (94), tem-se uma ação durativa que se repete, favorecida pela indeterminação do sujeito. Essa forma de marcar a iteratividade foi observada por Castilho (2000, p. 34) nos dados de sua pesquisa.

Os exemplos (95), (96) e (97) apresentam o mesmo tipo oracional, ou seja, em todas as sentenças, o adjunto adverbial de tempo “todo dia” propicia a interpretação iterativa, uma vez que revela a habitualidade do fato expresso. Ademais, as formas verbais grifadas nos exemplos citados encontram-se todas no IdPt₁, exceto em (97) que apresenta o verbo *ir* no IdPr. Enfim, as referidas flexões temporais expressam, em geral, o desenvolvimento do processo e, juntamente com o adjunto adverbial de tempo, imprimem às formas verbais que co-ocorrem um valor iterativo imperfectivo.

Já os exemplos (98) e (99) apresentam a perífrase *viver, andar* + Gd. Nota-se que os verbos *andar* e *viver* marcam na perífrase o traço de habitualidade decorrente do semantema verbal, fazendo emergir, assim, o valor de um evento que se repete durante um certo período de tempo. Esses dois verbos, assim como *ficar* e *continuar*, são, na verdade, auxiliares aspectuais que marcam não só o valor de iteração, como também o de permanência.

Nos exemplos (100) e (101), as formas verbais grifadas apresentam-se, respectivamente, no IdPt₁ e Gd, formas que exprimem a duração. Ademais, a repetição verbal imprime às formas verbais imperfectivas o valor de iteração.

Como já foi especificado, segundo Castilho, existem alguns tipos oracionais que estão relacionados com o Aspecto, como, por exemplo, as orações subordinadas adverbiais temporais. Foi possível constatar que na língua falada rural, este tipo de construção é muito habitual para a expressão da repetição. Observem-se os demais exemplos retirados do *corpus* da língua falada rural:

(102) Aí ia descendo o rabo. Os cachorro *pulava*, ela *subia*. *Tornava a dizer*: (BA, C2, l. 39)

(103) Condo ele *chegava* do mato, a cachorrinha *ia encontrar* (BA, C3, l. 25-26)

(104) Que quando ele *gritava*, ela *caía* dentro da capanga. Desse tempo pra cá, nunca mais ela *tocou* a mão nele, e ela agora, né, *fez* comida gostosa pro marido, dentro de casa. (BA, C4, l. 140-142)

Os exemplos de (102) a (104) apresentam a mesma estrutura sintática, visto que, em todos, há uma oração subordinada adverbial temporal que transmite ao contexto o valor iterativo, pois expressa a habitualidade do fato. Assim, em (102), a oração “Os cachorro pulava” corresponde à oração subordinada “Quando os cachorros pulavam”, a qual afeta a noção aspectual da oração principal, cuja forma verbal está no IdPt₁, exprimindo a imperfectividade. Já a forma perifrástica “tornava a dizer” também exprime a iteração: o auxiliar no IdPt₁ expressa o imperfectivo, e o seu semantema expressa o iterativo.

No exemplo (104), verifica-se que as formas verbais “gritava” e “caía” encontram-se no IdPt₁, expressando o desenvolvimento do processo, e portanto a imperfectividade. Mas nota-se também que neste exemplo, a oração subordinada adverbial temporal “quando ele *gritava*” afeta o valor aspectual do verbo da oração principal, transmitindo a noção de repetição. Ademais, tem-se a forma verbal *fez* que, apesar de estar no IdPt₂, não deve ser interpretada como uma forma verbal do perfeito e sim, do presente, pois a mesma pode ser substituída por *faz*, transmitindo o valor de permanência e iteração.

Quanto à expressão do Aspecto imperfectivo iterativo na modalidade urbana culta, o mesmo foi expresso nos seguintes contextos:

- (105) *Quando eu era bem menina* e que nós *precisávamos* de um médico e ele *aparecia* em minha casa, em nossa casa, assim, era casaca que *usavam* naquele tempo, imagine, em plena rua, em pleno dia. (INQ 159, l. 704)
- (106) *quando eles chegavam*, ao meio-dia...*chegava* cansado, suado, então ele *ia* pro quarto, *botava* o chambre comprido (INQ 159, l. 42)
- (107) Antigamente, *quando eu era menina*, se *chamava* capote (INQ 159, l.704)
- (108) Ela era particular, viu, *vivia* de subvenção... (INQ 231, l. 36)

Como se verifica, nos exemplos (105) a (107), a presença das orações subordinadas adverbiais temporais, juntamente com a flexão do IdPt₁ em que se encontra o verbo da oração principal, transmitem, respectivamente, os valores de iteração e duração. Por sua vez, em (108), o valor aspectual decorre do semantema do verbo grifado.

Diversos gramáticos, como por exemplo, Cunha e Cintra (1985, p. 383), citam o verbo *Ter* e o *Haver* como auxiliar formador de tempos compostos e que, ao serem empregados com

o particípio do verbo principal, denotam um fato acabado, repetido ou contínuo. No entanto, existem autores, como Castilho e Santos, por exemplo, que consideram o verbo *Ter* predominantemente aspectual, expressando os valores aspectuais de iteração e duração, quando com o Pa.

De acordo com Costa, (1986) o IdPt₂C é o único Tempo composto do português que pode, em certas circunstâncias, portar o traço de imperfectividade. Neste caso, deve-se analisar o valor semântico dessa forma temporal no enunciado em questão, ou seja, se possui valor durativo ou iterativo, para que possa ser considerada ou não como expressão da imperfectividade.

Segundo a autora, essa decisão interpretativa se prende, normalmente, a traços do lexema verbal, à utilização de circunstanciais temporais e até ao complemento verbal. Costa também observa que, em alguns exemplos, essa forma verbal é ambígua quanto ao valor iterativo ou durativo (*Tenho sofrido muita influência da religião desses três anos para cá*); em outros exemplos, o lexema verbal sugere ou uma interpretação iterativa (*Muitos estrangeiros têm vindo aqui*), ou uma interpretação durativa, contínua (*Você sabe que eu tenho mantido o regime até hoje*); e há casos em que o complemento verbal e/ou o circunstancial temporal asseguram a interpretação iterativa (*Tenho feito feira semanalmente*).

A autora também enfatiza que não existe, como alguns autores sugerem, nenhuma vinculação obrigatória entre os Tempos simples e a categoria de Tempo e os Tempos compostos e a categoria de Aspecto, e desde que estejam presentes no lexema os traços pertinentes à categoria, os verbos do português, em qualquer tempo, simples ou composto, podem ser conjugados com marca aspectual através das perífrases apropriadas.

Na presente pesquisa não houve ocorrências com o IdPt₂C na língua falada rural, Entretanto, admite-se o ponto de vista de Costa em relação a marca aspectual expressa por essa forma verbal. Desse modo, entende-se que o IdPt₂C porta o traço da imperfectividade, podendo expressar a duração ou a iteração. Em relação aos casos em que o IdPt₂C é ambíguo quanto ao valor aspectual, deve-se levar em consideração o contexto em que a forma verbal aparece, para assim poder determinar de que tipo aspectual se trata. Também admite-se que não existe nenhuma vinculação obrigatória entre os Tempos simples e a categoria de Tempo e

os Tempos compostos e a categoria de Aspecto. Rejeita-se apenas a exclusão do iterativo como um tipo aspectual.

Por outro lado, na modalidade urbana culta, foram registradas diversas ocorrências no IdPt₂C, que transmite ao contexto o valor iterativo, como se verifica nos exemplos abaixo:

- (109) O que *tenho encontrado* nas minhas andanças pelo Brasil (INQ. 094, l. 05)
 (110) Como também já *tenho visto* de ladrilhos (INQ. 094, l. 132)
 (111) Eu *tenho tido* casos de crianças em que eu mando praticar esporte e na escola ... (INQ. 231, l. 411)
 (112) ... a vestimenta dos homens, mesmo assim, *tem evoluído* menos do que a vestimenta da mulher (INQ. 159, l. 20)

5.2.2 O Aspecto Perfectivo

Conforme salientado anteriormente, alguns autores interpretam sentenças no perfectivo, como sendo fechadas em termos de informação, sem distinção entre as fases que compõem o fato verbal. Comrie (1976), Soares (1984), Smith (1997) e Costa (1986) são alguns desses autores que compartilham esse ponto de vista.

Segundo Comrie (1967, p. 16), é muito freqüente, na literatura lingüística sobre o Aspecto, a afirmação de que formas perfectivas indicam situações de curta duração, enquanto formas imperfectivas indicam situações de longa duração; ou de que o perfectivo descreve uma situação com limites, opondo-se à uma situação ilimitada, durativa, característica essa do imperfectivo; ou de que o perfectivo, por expressar um período curto de tempo, indica uma situação pontual ou momentânea, podendo indicar, também, situações acabadas.

No entanto, o autor salienta que nenhuma dessas características acima destacadas definem, de fato, o traço generalizador da categoria do Aspecto, o qual diz respeito a referência ou não à constituição temporal interna de uma situação. Assim, conforme explicitado anteriormente, para Comrie, enquanto o perfectivo indica a visão de uma situação como um todo único, sem distinção das várias fases que a compõem, o imperfectivo dá atenção essencial à estrutura interna de uma situação.

Para ilustrar a diferença entre os dois membros da oposição aspectual básica, Comrie se utiliza de uma analogia ao afirmar que “o perfectivo olha para a situação de fora, sem necessariamente distinguir quaisquer das fases da estrutura interna da situação, enquanto que o imperfectivo olha para a situação de dentro, pois preocupa-se, crucialmente, com a estrutura interna da situação”.

Apesar de afirmar que o perfectivo refere “falta de referência explícita à constituição temporal interna de uma situação”, Comrie (1967, p. 21) chama atenção para o fato de que o perfectivo não implica, explicitamente, a falta de tal constituição temporal interna. Sob essa perspectiva, é possível usar formas perfectivas para descrever situações que são internamente complexas, mesmo aquelas que duram um período mais longo de tempo ou incluem um número de fases internas distintas, desde que sejam vistas como um todo único.

Por fim, Comrie assevera que o perfectivo representa a ação pura e simples, sem qualquer implicação adicional, podendo, por conseguinte, ser visto como o membro não-marcado de qualquer oposição aspectual baseada dentro de um sistema aspectual em que a perfectividade seja considerada como um todo.

No entanto, o autor alerta que há línguas, como as eslavas, por exemplo, em que o perfectivo é o membro marcado da oposição aspectual e que a distinção entre termo marcado e não-marcado é relativa a certos contextos lingüísticos, apresentando critérios variados: semânticos, morfológicos e estilísticos.

Em lingüística, sabe-se que a marcação é uma particularidade que permite distinguir por oposição binária um termo (marcado) de outro (não-marcado), levando-se em conta a complexidade estrutural, a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva. Comrie (1976, p. 111) afirma que, onde há uma oposição entre dois ou mais membros, geralmente um deles é mais usual, mais normal, menos específico do que o outro.

Segundo Soares (1984, p.39), em russo, o perfectivo é o membro marcado do par opositivo, expressando uma ação tomada como um todo indivisível, enquanto o imperfectivo é o membro não-marcado. Conforme salienta, o membro marcado tem campo de aplicação menor, emprego mais específico e conteúdo mais nítido (membro intensivo) e o membro não-

marcado tem campo de aplicação mais amplo, maior variedade de significados (membro extensivo).

Por sua vez, para Smith (1997, p. 66), o perfectivo focaliza a situação como um todo contido em si mesmo, sendo, portanto, incompatível a sua associação com qualquer interpretação na qual as fases internas particulares de um dado evento sejam levadas em consideração. Segundo a autora, os eventos apresentados no perfectivo são fechados em termos de informação. Desse modo, uma sentença no perfectivo, em geral, apresenta tanto o ponto inicial quanto o ponto final de uma situação, desconsiderando sua estrutura interna.

Costa (1986, p. 70) afirma que, em português, o perfectivo é o elemento semanticamente neutro da oposição aspectual. Assevera, baseada em Comrie, que o perfectivo expressa o fato enunciado globalmente, sem parcializá-lo e sem marcar a sua temporalidade interna, ou seja, o perfectivo, por referir o fato como um todo, não enfatiza nenhuma parte constitutiva do seu tempo interno, nem a final nem qualquer outra. Dessa forma, todo perfectivo implica, necessariamente, que o fato que se expressa seja visto como um todo, no qual se inclui o ponto terminal.

A autora também ressalta que é natural que um fato referido na sua globalidade seja visto como sendo mais curto, com seus limites inicial e final marcados, podendo ser considerado pontual em relação ao outro que é nitidamente mais longo pelo fato de fazer referência à sua constituição temporal interna.

Como se verifica, todos os autores acima citados definem o perfectivo como a visão global de uma situação, sem distinção entre as fases que compõem a constituição temporal interna da situação. Nessa perspectiva de análise, o perfectivo não apresenta subdivisões, uma vez que se apresenta como um todo único, indivisível.

Conforme salientado anteriormente, a globalidade de visão, como característica da perfectividade, foi criticada por Dahl (1985), que assinala o fato de tal característica não se adequar completamente, nem sequer às línguas em que as noções de “globalidade” ou de “totalidade” *versus* “distinção de fases” se aproximam mais de uma descrição da oposição perfectividade/imperfectividade, como é o caso, por exemplo, das línguas eslavas.

Castilho, apesar de ter subdividido o perfectivo, atribuiu-lhe, como característica principal, o completamento, já que, como explica, este Aspecto importa na indicação precisa do começo e do fim do processo, pólos estes separados por um lapso de tempo extremamente curto e não significativo.

Segundo Castilho (1967, p. 53), o perfectivo é concebido por Jose Roca Pons (1958) como o perfeito indo-europeu uma vez que indica as conseqüências da ação perfeita. Por sua vez, Antônio Traglia (1950, *apud* CASTILHO, 1967) cita, como variantes do perfectivo, o momentâneo, o pontual, o ingressivo e o terminativo, enquanto L. Roussel (1958, *apud* CASTILHO, 1967) denomina o perfectivo de semelfactivo, por representar o ato concebido em sua unidade, ou seja, feito de uma só vez.

Neste trabalho, com base em Castilho, compreende-se que o valor fundamental do Aspecto perfectivo é a completude, já que o evento é contemplado a partir de seu término ou de suas conseqüências.

Assim, divergindo daqueles autores que caracterizam o perfectivo como a visão global do fato verbal, assume-se que o perfectivo pode ter a sua temporalidade interna considerada pelo falante, e não apenas o imperfectivo.

Para a classificação do Aspecto perfectivo, foi utilizada a proposta apresentada por Castilho, com algumas adequações que se julgaram necessárias. Desse modo, por valorizar a ação totalmente decursa, entende-se que todo perfectivo é, na verdade, pontual, já que indica o ponto final do processo. Assim, propõe-se como variantes do Aspecto perfectivo pontual: o *perfectivo pontual propriamente dito*, que indica o processo acabado; o *perfectivo pontual resultativo* que expressa o resultado conseqüente ao acabamento da ação e o *perfectivo pontual iterativo*, conforme se repitam ações pontuais.

Deve-se salientar que, o que Castilho designa por imperfectivo terminativo e por perfectivo cessativo, equivalem neste trabalho ao que se denomina *perfectivo pontual propriamente dito*. O autor define o terminativo como o momento de acabamento de um processo que se visualiza como tendo tido uma duração, e o cessativo como a expressão do acabamento perfeito e total da ação, marcando fortemente a interrupção do processo.

Pode-se observar pelas definições apresentadas que, no caso do terminativo, o autor valoriza, principalmente, o ponto que indica o final da duração, e, no caso do cessativo, a noção de interrupção do processo. Compreende-se neste trabalho que, tanto no “terminativo” como no “cessativo”, o que prevalece é, na verdade, a noção de completude. Por esta razão, compreende-se que os dois são, na verdade, o mesmo tipo aspectual. Já o que Costa designa por imperfectivo resultativo equivale aqui ao *perfectivo pontual resultativo*.

5.2.2.1 O Perfectivo Pontual Propriamente Dito

Essa vertente aspectual é denominada por Barroso (1994, p. 162) de “categoria aspectual do cumprimento ou acabamento”, cuja função gramatical significa “o ‘acabamento/conclusão’ objetivo/a de uma acção verbal”. Segundo o autor, esse valor aspectual se expressa, em português, por meio lexical e flexional, podendo ainda, de forma secundária, ser marcado pela perífrase *estar + Pa*.

De acordo com Travaglia (1981, p. 86), o Aspecto pontual se caracteriza por apresentar a situação como pontual, ou seja, como não tendo duração. No entanto, como ressalta, toda situação tem duração, mas, lingüisticamente, a duração só é considerada quando é expressiva.

Desse modo, por apresentar a situação como não tendo duração e, portanto com início, meio e fim coincidentes, é impossível apresentar uma situação expressa pelo Aspecto pontual como incompleta. Em síntese, toda situação expressa pelo Aspecto pontual terá de ser apresentada como completa, ou seja, como expressão do Aspecto perfectivo. Assim, segundo Travaglia, nem todo perfectivo é pontual, mas todo pontual é perfectivo.

O autor salienta ainda que, em português, os dois casos mais frequentes de expressão do Aspecto pontual ocorrem com o IdPr nos seus usos denominados de “presente momentâneo” e “presente histórico ou narrativo”.

De acordo com Castilho (1967, p. 81), assim como os verbos manifestam uma tendência aspectual, razão pela qual o autor propôs uma classificação semântica dos mesmos, os Tempos também apresentam uma tendência aspectual. Assim, em geral, o IdPr, o IdPt₁ e o Gd exprimem a duração; o IdPt₂ e o IdPt₃, a pontualidade.

Nesta pesquisa, foi possível averiguar, durante a análise dos dados, que, excetuando-se as formas nominais, os Tempos realmente apresentam uma tendência aspectual e que, em particular, o IdPt₂ exprime normalmente a pontualidade, como atestam as ocorrências retiradas do *corpus* da língua falada rural:

- (113) Ele **chegou**, **despejou** esse bando de dinheiro! Aí Ali Babá **pegou** os sacos tudo que **encheu** de dinheiro e **levou** tudo do lado de fora. (BA, C5, l. 14-6)
- (114) Aí **enrabou**. Ele **avoou**, não **pegou**. E ela **perdeu** todo o trabalho. E não **comeu** nenhum. **Perdeu** a festa, **perdeu** tudo. E **terminou**. (BA, C1, l. 55-6)
- (115) **Deu** duas bananas. Ele **comeu**, **jogou** a casca dentro d'água. Uma **saiu** (que eu **já esqueci**), o outro **foi** a Sapeca, a Sapeca. (BA, C4, l. 73-5)
- (116) Quando **acabou**, o que **foi** de ferro, o que **foi** de dinheiro, esse home **carregou** tudo! Até as calça **tirou** e **encheu** de dinheiro. (BA, C5, l. 49-50)
- (117) Aí ela **chegou** com muita raiva e **entregou** a filha a Santo Antônio:
 – Taí Santo Antônio da cabeça pelada, **pedi** um filho, você me **deu** tirando o meu marido (PB, C4, l. 12-5)
- (118) Aí a sabiá muito da tola, **pegou** o filhinho **jogou** lá (PE, C1, l. 09)
- (119) – Minha mãe, **esqueci** os meus brinquedinhos (PE, C2, l. 05)
- (120) princesa minha senhora, que suspiro **foi** aquele que tu **desse** em porta de palácio? (PB, C4, l. 150)
- (121) Quando arroudeou a casa, **encontrou** logo um poçozinho (PB, C1, l. 34)
- (122) Quando **chegou** lá, **mataram** a vaca, **esquartejaram** a vaca, **botaram** prá um canto...os quarto prá um canto...**deixaram** lá (PE, C6, l. 19)

Todas as formas verbais acima grifadas encontram-se, sem exceção, no IdPt₂, e expressam o evento transcorrido, emitindo assim, o valor de completude. No exemplo (114), o falante utiliza uma seqüência de verbos no IdPt₂ para expressar a ação conclusa, reforçando-a com o conteúdo semântico do último verbo. Os exemplos (113) e (117) têm, respectivamente, as formas verbais *chegou* e *acabou* cujo semantema possui um valor pontual. Em (115), a ocorrência “já esqueci” é considerada como expressão do perfectivo pontual resultativo. Dessa forma, optou-se por analisar este tipo de construção (já + IdPt₂) no capítulo referente a este Aspecto.

Pode-se afirmar que, na língua falada rural, a pontualidade foi expressa tanto pelo semantema como pela flexão temporal do IdPt₂, o que também acabou se revelando na modalidade urbana culta:

(123) eu *percebi* que é...ela está um pouco abandonada (INQ. 100, l. 120)

(124) ele *tirou* o cigarro, *pegou* essa carteira, *machucou* a carteira e *jogou* no chão. (INQ. 100, l. 201)

(125) eu *citei* o frevo que é uma dança regional (INQ 125, l. 58)

Segundo Castilho (1967), o pontual é o Aspecto perfectivo por excelência, que pode ser expresso pelo semantema de verbos télicos como *partir, descobrir, apagar, fechar*, etc, e que se identifica, entre outras formas, com o IdPt₃, uma vez que este Tempo é usado para relatar eventos já acontecidos. Sabe-se que, tradicionalmente, em português, os Tempos do pretérito são subdivididos em três: o perfeito, o imperfeito e o mais-que-perfeito.

Entretanto, o uso do mais-que-perfeito simples está mais restrito ao uso literário ou a uma forma muito cuidada da expressão oral, por conseguinte, é uma forma própria de pessoas escolarizadas. Na língua falada rural, houve duas ocorrências com a forma do IdPt₃, entretanto sem o seu conhecido valor semântico. Observem-se as duas ocorrências registradas no *corpus*:

(126) – Mas *devera* um Teiú falar? (BA, C3, l. 07)

(127) – É, *devera* eu não pensei de você fazer assim! (BA, C3, l. 118)

No exemplo (126), apesar de o falante ter utilizado a forma verbal “devera”, a mesma não deve ser interpretada como uma forma do IdPt₃, já que o falante a utilizou em lugar do IdFt₂. Ou seja, para o falante da zona rural, a forma verbal “devera” tem valor futuro, equivalendo, portanto, à forma verbal “deveria”, a qual, por sua vez, está emitindo um valor modal que inibe a marca aspectual. Já em (127), a ocorrência “devera” pode ser interpretada com o valor semântico da locução adverbial “na verdade”, logo não se trata de uma forma verbal do IdPt₃.

Assim, na língua falada rural, como era de se esperar, o falante não utiliza o IdPt₃ com o valor semântico veiculado pela norma padrão. Entretanto, o mesmo não ocorre com as formas compostas deste Tempo verbal como se verifica nos exemplos abaixo:

- (128) Quando ela chegou, ele ***já tinha limpado*** os ói. (BA, C1, l. 48)
- (129) Ficou lá muito queixosa, que a mãe ***tinha feito*** ela despartar do Teiú. (BA, C3, l. 123)
- (130) Quando ela chegou lá na capanga do compadre, tinha a toaia, o carneiro – ele ***já tinha amarrado*** junto com o que o carneiro, a toaia...o carneiro, a toaia e outro... (BA, C4, l. 41)
- (131) Bom, ela prendeu a menina também. A menina, antes, ***tinha pegado*** uma lagartixa. Uma lagartixa. E ***tinha guardado*** a lagartixa, para brincar, num sabe? (PB, C1, l. 84-85)
- (132) Com quatro dias que ela ***tinha recebido*** as crianças, o marido dela sai pro serviço. (PB, C4, l. 21)

Numa interpretação semântica do IdPt₃C, verifica-se que as formas verbais flexionadas no mesmo, referem-se a eventos que precedem um outro evento. Em sentenças assim, o “ponto temporal de referência” aparece explícito na própria sentença, é por essa razão que o IdPt₃C é freqüentemente chamado de Tempo relativo. O objetivo deste tipo de análise foi apenas para comprovar que, diferentemente da forma simples, o falante, ao utilizar a forma composta do mais-que-perfeito, emprega-a com o seu valor semântico habitual. Ao analisar o valor aspectual do IdPt₃C nestes exemplos, verifica-se que o mesmo emite o valor de pontualidade, já que o evento é contemplado a partir de seu término.

Já o imperfeito que normalmente exprime a imperfectividade, pode em determinados contextos expressar a completude. É o que acontece com o verbo *ser* quando no IdPt₁. Como já foi salientado, nem sempre o verbo “ser” no IdPt₁ expressa a noção de permanência; deve-se levar em conta o contexto em que a forma verbal ocorre, para assim se determinar de que tipo aspectual se trata. Assim, haverá momentos em que este verbo quando no IdPt₁ expressará a completude. Observe-se, a respeito disso, o seguinte exemplo retirado do *corpus*:

- (133) A onça, esse bichinho, quando ***eram*** gente e tudo... (BA, C1, l. 01)

Percebe-se claramente no exemplo acima, que o IdPt₁ está marcando a interrupção do processo e, conseqüentemente, configurando a perfectividade. Assim, reafirma-se de novo o entendimento de que os Tempos apresentam uma tendência aspectual. Assim, como Castilho, também não se aceita a afirmação de Howard B. Garey (1957, *apud* CASTILHO, 1967, p. 58), para quem os Tempos *são* perfectivos e imperfectivos.

Além do uso constante do IdPt₂ para expressar a perfectividade, outra característica idiossincrática da língua falada rural é o uso constante do IdPr para expressar a completude, como atestam as ocorrências abaixo:

- (134) – Antão me dê, homem! Me dê que eu vou plantar pra ver se dá uma abóbra pra muié comer, porque eu ***já não guento*** mais, não posso nem ir pra dentro de casa. (BA, C6, l 38-40)
- (135) Comi a banana, ***jogo*** as cascas dentro d'água, saiu esse carneiro?!(BA, C4, l 19)
- (136) Aí tocou no mundo. ***Vai*** num canto, ***vai*** ni outro. (BA, C6, l. 07-8)
- (137) Fez vupt! Deu-lhe um peido que esfarelou a abobra com todo peido do mundo! Aí ele ***diz*** que saiu devagar. (BA, C6, l. 91-2)

Verifica-se que nos exemplos de (134) a (137), as formas verbais em destaque encontram-se todas, sem exceção, no IdPr e todas estão transmitindo a noção de completude. Entretanto, o contexto em que a forma verbal grifada se apresenta, no exemplo (134), difere dos demais. Ou seja, em (134) os advérbios “já” e “não”, de tempo e de negação, alteraram a noção aspectual do IdPr, marcando o encerramento da ação. Já nos exemplos de (135) a (136), o falante usou o IdPr em lugar do IdPt₂. Ou seja, as formas verbais “jogo”, “vai” e “diz” equivalem, respectivamente, às formas perfeitas “joguei”, “foi” e “disse”. Em todas as três formas, o evento é contemplado a partir do seu término.

Também registraram-se, na língua falada rural, algumas poucas construções perifrásticas com o valor perfectivo; além destas, também observou-se o uso do Pa como expressão da completude:

- (138) Aí agora ***foram avisar*** (BA, C1, l 16)
- (139) Aí ***passado*** uns dia, ela falou pro Teiú. (BA, C3, l 69)

Deve-se ressaltar que no exemplo (138), a perífrase formada pelo verbo auxiliar *ir* conjugado no IdPt₂ seguido de um If está expressando a noção de pontualidade. Entretanto, como já foi salientado, há momentos em que esta perífrase poderá expressar a noção inceptiva. Desse modo, deve-se sempre levar em consideração o contexto em que as formas verbais aparecem, já que o mesmo exerce grande influência na determinação do Aspecto.

Como já foi dito, para Castilho uma mesma forma verbal usada em circunstâncias idênticas, pode conduzir a Aspectos diversos.

5.2.2.2 O Perfectivo Pontual Resultativo

Quando a ação totalmente completa implicar num resultado, têm-se o *Aspecto perfectivo pontual resultativo*. Esse Aspecto, segundo Santos (1967, p. 34), indica o estado atual resultante de uma ação anterior, apresentando, portanto, uma dupla face: uma voltada para o passado, quando se realiza a ação, e outra, para o presente, quando perdura o resultado da ação.

Para Costa (1986), o *resultativo* deve ser incluído na imperfectividade, já que, como salienta, embora expresse um estado que resulta de um processo (o que revela que esse estado em si não constitui a temporalidade interna de qualquer fato), ele está ligado semanticamente à tomada em consideração lingüística da constituição temporal interna do processo do qual esse estado é um resultado. Ademais, segundo a autora, esse traço é muito produtivo em português, já que o falante o utiliza como um recurso expressivo, no qual o contrasta com o processo em curso. E para fazer o contraste entre um processo em curso com o resultado desse processo, o falante faz o confronto do Gd com o Pa.

Assim para Costa, o Pa expressará a imperfectividade resultativa e Voz passiva. É fato que o Pa expressa estado resultante de um processo anterior, e que o falante utiliza essas duas formas nominais, o Pa e o Gd, como um recurso expressivo. Entretanto, neste trabalho, optou-se por considerar o *resultativo* como expressão da perfectividade. Se o Pa, como foi dito, expressa o estado resultante de um processo anterior, é porque este processo está sendo contemplado a partir de suas conseqüências. Assim, expressará, portanto, a perfectividade. Dessa forma, o uso contrastivo do Pa e do Gd chama a atenção para a seguinte oposição: a do processo adquirido, e, portanto, completo e a do processo que ainda não ocorreu de fato, mas que está em andamento.

Segundo Castilho (1967) o tipo fundamental do *Aspecto perfectivo resultativo* é a perífrase *estar + Pa*. Devido a esse caráter particular, como explica, não se encontram exemplos desse Aspecto expressos pelo semantema verbal. O autor também cita as flexões

temporais do IdPt₂ e do IdPt₂C como expressão do resultado. Em relação ao valor aspectual emitido pelo IdPt₂C, já foi salientado que, admite-se o ponto de vista de Costa em relação a marca aspectual expressa por esta forma verbal. Assim, apesar de não ter havido ocorrências com o IdPt₂C na língua falada rural, entende-se, com base nos dados levantados da modalidade urbana culta, que este Tempo verbal porta o traço da imperfectividade, podendo expressar a duração ou a iteração.

Foi possível averiguar que, na língua falada rural, o Aspecto *perfectivo pontual resultativo* foi expresso, em geral, pelo adjunto adverbial (já) + IdPt₂, e algumas vezes, pelo uso do Pa acompanhado pelo mesmo advérbio. Observem-se as seguintes ocorrências abaixo:

- (140) – Mas eu não **já** lhe **disse** que não me mate?! (BA, C3, l. 08-12)
 (141) – Ele **já ficou** triste. (BA, C3, l. 38-9)
 (142) Quando chegou lá, ói a abobra **já nascida!** (BA, C6, l. 53)
 (143) – Ô muié, apois a abobra num nasceu mesmo?! **Tá nascida!** (BA, C6, l. 54)
 (144) Aí condo foi no outro dia, ele chegou lá, ói a abobra **já ramada!** (BA, C6, l. 55-6)

Nos dois primeiros exemplos, verifica-se que a noção de resultado provém do adjunto adverbial “já”, que marca claramente o resultado da ação completa, quando seguido por um verbo no IdPt₂. De acordo com Castilho, o advérbio “já” pode exprimir o resultado, quando marca nitidamente o completamento da ação de que decorre um resultado presente. Nos exemplos (142) e (144), é o conjunto formado pelo advérbio “já + Pa” que exprimem o resultado. Note-se que, enquanto em (143), a noção aspectual de resultado está sendo marcada pela perífrase “estar + Pa”, nos exemplos (142) e (144), o verbo auxiliar “estar” encontra-se omitido. Como já foi dito, é comum, na língua falada rural, a omissão do verbo auxiliar.

Por sua vez, na modalidade urbana culta, o resultativo foi registrado nos seguintes exemplos:

- (145) Embora a mocidade **já esteja** bem mais evoluída e creio que mais acertada... (INQ. 094, l. 57)
 (146) Eu mesmo **estou impressionado**, porque melhoraram muito, realmente... (INQ 277, l. 354)

Em relação ao advérbio “já”, deve-se ressaltar aqui o ponto de vista de Costa (1986, p. 174), para quem, esse advérbio, juntamente com outros como “já não”, “ainda” e “ainda não”, não exprimem por si mesmos, noções aspectuais. São meros ordenadores temporais, portanto do âmbito da categoria de Tempo. Entretanto, a autora também salienta que, em relação ao Aspecto, tais advérbios devem ser analisados devido a fenômenos de co-ocorrência. Assim, como explica, a associação do “já” com a imperfectividade (lembre-se de que para a autora, o resultativo é uma modalidade do Aspecto imperfectivo) se dá devido ao seguinte fato: o advérbio “já” marca o atingimento do ponto final de um processo que é freqüentemente um estado resultante desse processo. Desse modo, neste trabalho entende-se que o advérbio “já” não transmite apenas um valor temporal, mas também um valor aspectual.

5.2.2.3 O Perfectivo Pontual Iterativo

O Aspecto perfectivo iterativo caracteriza-se por expressar a repetição de ações pontuais. Verificou-se que, na língua falada rural, este Aspecto pode ser expresso por meio de adjuntos adverbiais de tempo, por meio de perífrases e pela repetição verbal, conforme atestam os exemplos abaixo:

(147) *Tornou pegar* o nego *tra vez*. *Deu* outra surra. *Deu* outra surra! (BA, C4, l. 71-3)

(148) Aí agora ele *tornou a arribar* a espingarda e botou pra atirar. (BA, C3, l. 08)

(149) *Tornou a voltar* de novo...*as três vez* (PB, C6, l. 65)

(150) Chegou lá na carona, tirou um pinhão e *marretou* o véio *outra vez*! (PE, C6, l. 64)

(151) Aí, só sei que ele *pelejou, pelejou* e o menino num quis entregar a lâmpada. (PE, C3, l.34)

(152) Não...eu não posso matar o boi Leitão porque *toda vida* que eu *chego* na fazenda, o meu patrão, o que pergunta primeiro é pelo boi Leitão. A primeira vez que ele *pergunta*, é pelo boi Leitão. (PB, C6, l. 28-30)

Observa-se nos exemplos (147) a (149), o uso da perífrase para expressar o perfectivo iterativo. Nesses três exemplos, o valor aspectual decorre do semantema e da flexão temporal do verbo auxiliar. Ou seja, o auxiliar no IdPt₂ expressa o perfectivo, e o seu semantema, o iterativo. Deve-se também notar que em (147) a presença do adjunto adverbial de tempo “tra vez”, variante da forma “outra vez”, reforça a iteração. Ademais, o falante repete duas vezes a

sentença “deu outra surra”, evidenciando a repetição do processo. Nota-se, ainda, que o argumento interno “outra surra” também favorece a iteração.

Em (150) e (152), o adjunto adverbial de tempo imprime o valor de repetição do processo. Por sua vez, em (151), tem-se a repetição da forma verbal *pelejou*, que, apesar de estar no IdP_t, está expressando a imperfectividade.

Quanto à modalidade urbana culta, o Aspecto perfectivo iterativo foi marcado, principalmente, pelos adjuntos adverbiais temporais, que imprimiram à forma verbal com que co-ocorrem o valor de habitualidade do fato e, portanto, de repetição. Os exemplos abaixo apresentam as formas verbais grifadas no IdPr, entretanto, o valor semântico dos verbos expressam a pontualidade, daí serem perfectivos:

(153) eu *todo dia digo* isso aos cariocas, toda vez que estou por lá (INQ 094, l. 260)

(154) *De vez em quando, quando eu saio, quando eu volto*, eu *encontro sempre* um carro estacionado na porta de minha garagem, né? (INQ 100, l. 610)

(155) Eu *sempre digo* “Como vai?” ou então “Que é que hã?” (INQ 125, l. 29)

5.3 A NÃO-DETERMINAÇÃO DO ASPECTO

No decorrer da pesquisa, chamaram a atenção certos casos em que as formas verbais se mantinham indiferentes à expressão do Aspecto. Por essa razão, optou-se por não considerar tais casos como um “tipo aspectual”, já que se compreende que a não determinação da categoria em questão equivale à ausência da mesma. Assim, se determinadas formas verbais são indiferentes à expressão do Aspecto, é porque nas mesmas a categoria não se apresenta.

Como já foi salientado, para Castilho (1967), quando as formas verbais se mantêm avessas à indicação do Aspecto, conservando aquele tom virtual próprio do If, tem-se o Aspecto indeterminado cujo valor fundamental é a neutralidade. Assim, como explica, esse Aspecto se caracteriza pela negação da duração e do completamento. De fato, existem formas verbais neutras à expressão do Aspecto, mas considerar tais casos como um tipo aspectual não parece ser procedente pelas razões já salientadas no parágrafo anterior. Dessa forma, admite-

se que, em português, a distinção aspectual mais freqüente é a que opõe perfectivo e imperfectivo.

De acordo com Castilho (1967, p. 108), o Aspecto aflora com maior clareza nas formas indicativas, já que as mesmas exprimem ações objetivas, rareando no Sb. Como já foi visto, o autor define o Aspecto como sendo uma categoria objetiva e salienta o fato de encontrarem-se impossibilitados de expressar o Aspecto, os verbos modais (querer, poder, dever), por se empenharem mais precisamente na expressão da modalidade, e as formas futuras, devido às suas muitas funções modais.

Apesar de salientar que, em geral, as funções modais restringem a expressão da categoria de Aspecto, Castilho reconhece que esse fato não o autoriza a afirmar que haja, necessariamente, incompatibilidade entre as noções aspectuais e modais. Sob esse prisma, duração, completamento e repetição, de um lado, e volição, possibilidade, intenção, de outro, são conceitos que nem sempre ocorrem simultaneamente.

Como é sabido, a modalidade exprime o grau de participação do falante na ação descrita. Boléo (1965, p. 89) afirma que o Modo serve para exprimir a “diátese” da alma, ou seja, as disposições íntimas do indivíduo que fala. Por sua vez, Santos (1967) assevera que “a modalidade traduz-se, gramaticalmente, excluída a contextual e entonacional, pelos modos (indicativo, subjuntivo...) e pelos verbos modais (querer, poder)”, e vai do grau zero no indicativo ao máximo, no imperativo.

Diante dessa afirmação de Santos, compreende-se que há uma escala de gradação da modalidade, e que o grau da modalidade restringirá ou não a expressão do Aspecto. Assim, o indicativo, por apresentar o grau zero, apresenta o ambiente mais propício à expressão do Aspecto. Por sua vez, o subjuntivo encontra-se numa “linha intermediária”, já que a noção aspectual emerge através das formas perifrásticas, não ocorrendo nas formas simples. Já o imperativo apresenta-se como o domínio absoluto da modalidade, restringindo, assim, ao máximo, a noção aspectual.

Para ilustrar o que foi dito no parágrafo anterior em relação ao Modo subjuntivo (na presente seção, não interessa referir, fazer referências ao Modo indicativo, pois o mesmo é propício à expressão do Aspecto), são apresentadas, abaixo, algumas ocorrências da norma urbana culta de Salvador, uma vez que, nessa modalidade da língua falada, houve uma maior incidência desse Modo:

(156) Se *tivesse tido* a liberdade de aprender como queria, *tivesse ido* até o fim (INQ. 125, l. 210)

(157) Eu não sei se identificaria logo, dependeria, assim, em que circunstâncias eu *visse* ou em que local eu *estivesse* (INQ. 125, l. 455)

Nas duas ocorrências citadas acima, (156) e (157), as formas verbais grifadas se apresentam, respectivamente, no pretérito mais-que-perfeito e no imperfeito do subjuntivo. Apesar de estarem no mesmo Modo, e expressarem o sentimento do falante em relação a um fato que, na verdade, é uma possibilidade, observa-se que em (157) as formas verbais simples grifadas estão indiferentes ao Aspecto. No entanto, as duas formas verbais grifadas em (156) apresentam um valor aspectual, uma vez que se trata de um Tempo verbal composto, em que a forma nominal, que no caso é o participípio, confere um valor de completude.

Conforme salienta Costa (1986, p. 65), a categoria de Aspecto opõe-se à categoria de Modo, visto que as duas categorias marcam, no enunciado, noções semânticas bastante distanciadas, respectivamente, a constituição temporal interna do fato e a expressão da subjetividade do falante no ato da enunciação. Entretanto, a autora admite que não há incompatibilidade na co-ocorrência dessas categorias no enunciado, visto que nem toda subjetividade é modal.

Desse modo, Costa tece considerações sobre a subjetividade na expressão lingüística, distinguindo a subjetividade modal da subjetividade aspectual, essa incluída na subjetividade estilística, que consiste na liberdade de seleção dos recursos expressivos, exercida por qualquer falante em todo ato de enunciação.

Faz-se necessário também recordar que, Costa (1986, p. 105), apresenta uma conjugação aspectual sistemática, salientando que, com pequenas restrições, qualquer verbo

do português, em qualquer Tempo, nos Modo indicativo e subjuntivo e nas tradicionais vozes (ativa e passiva), pode ser expresso imperfectivamente, ou seja, para todas as formas verbais existem perífrases imperfectivas correspondentes. Observe que a autora excluiu dessa conjugação aspectual apenas as formas imperativas, não só pela não ocorrência de formas imperativas de segunda pessoa (as únicas que se poderiam tomar para averiguação) no *corpus* da sua pesquisa, como também pela virtualidade de algumas construções imperfectivas correspondentes.

Como se pode observar, a autora embora considere que as duas categorias, Aspecto e Modo, opõem-se por marcarem, no enunciado, noções semânticas “bastante distanciadas”, ao mesmo tempo, reconhece a possibilidade de co-ocorrerem no mesmo enunciado, uma vez que não são duas categorias incompatíveis. A autora, entretanto, ressalta a necessidade de uma análise mais detalhada da categoria de Modo com relação à expressão do Aspecto. Logo, percebe-se a necessidade de uma pesquisa futura em que se investigue os Modos que são ou não indiferentes à expressão do Aspecto, para que se tenha uma resposta realmente satisfatória.

Nesta pesquisa, foi possível averiguar que, na língua falada rural, a marca aspectual não se apresenta em formas futuras, em verbos modais seguidos de infinitivo ou nos Modos Sb e Ip. Entretanto, conforme foi ressaltado, existe a possibilidade de expressão do Aspecto, tanto no futuro, como nos Modos Sb e Ip, através das perífrases correspondentes. Observem-se as seguintes ocorrências retiradas do *corpus* da língua falada rural:

(158) – Ói, se **quiser ser** um caçador de profissão, não sabe, quando você **chegar** na sua casa, a primeira coisa que **vem** lhe encontrar na porteira da casa, você me **dá**. (BA, C3, l. 21-3)

(159) – Aí ele perguntou se eu **queria ser** um caçador de profissão. Se eu **quisesse** a primeira coisa que eu **encontrasse** no caminho, que **desse** pra ele. (BA, C3, l. 48-50)

(160) – Ah, se **for** por causa disso, eu **vou morar** mais o Teiú! Por causa disso, **pode conformar!** (Ba, C3, l. 51-3)

(161) – **Corre**, Fulano, **vai** na mala **pegar** a toaia de meu compadre! **Pega** a toaia, a tesoura de meu compadre... **Pega** a capanga e **dá** tudo a ele! **Pega** a toaia de meu compadre, **dá** tudo a ele, a tesoura e o carneiro. (BA,C4, l. 98-100)

(162) – Você tá aí! **Vá descendo, vá descendo!** (BA, C2, l. 16)

Enquanto nos exemplos de (158) a (161), as formas verbais grifadas estão indiferentes à expressão do Aspecto, em (162) todas estão exprimindo um valor aspectual. Tanto em (161) como em (162) as formas verbais estão no Ip, e automaticamente exprimindo uma ordem. Entretanto as formas verbais simples em (161) parecem conservar aquele tom virtual próprio do infinitivo, referindo-se apenas à ação pura. Esse tom virtual indetermina o processo verbal, inibindo a expressão do Aspecto. Já em (162), ao invés de uma forma verbal simples, como “desça”, o falante preferiu utilizar, em seu lugar, uma perífrase imperfectiva correspondente, a qual indica uma ação que está prestes a iniciar, ou seja, um futuro imediato.

Admite-se, assim, com base em Costa, que para todas as formas verbais existem, de fato, perífrases imperfectivas correspondentes, apesar da virtualidade de algumas construções. Entretanto compreende-se que o uso da forma verbal simples, quando nos Modos Sb ou Ip, restringe a expressão do Aspecto. O mesmo ocorre com as formas verbais simples, quando no IdFt₁ e IdFt₂.

No exemplo (158), nota-se um fato curioso: o falante utiliza o IdPr no lugar de formas verbais subjuntivas. É o caso das formas “vem” e “dá”, que equivalem, respectivamente, à forma do SbFt “vier”, e a forma do SbPr “dê”. Assim, as duas formas verbais do IdPr estão sendo usadas como formas do Modo Subjuntivo, e, automaticamente, expressam uma função modal que, no caso, inibe o valor aspectual. Deve-se ressaltar que, na língua falada rural, o uso do IdPr é muito comum para expressar noções aspectuais como duração, permanência e completamento. Observa-se ainda, neste exemplo, que as orações iniciais têm as formas verbais “quiser ser” e “chegar”, ambas no SbFt, e sem valor aspectual.

Antes de iniciar a análise dos exemplos (159) e (160), faz-se necessário trazer à tona as palavras de Corôa (1985, p. 54), quando afirma que “qualquer estudo sobre os *tempora* de futuro não pode ignorar a importância das funções modais”. Provavelmente a autora quis chamar a atenção para o seguinte fato: é da natureza dos Tempos do futuro jogarem com o possível, o virtual ou o incerto, noções essas, modalizantes. Desse modo, ao analisar uma forma futura, deve-se levar em conta as noções modais inerentes à forma. Segundo Jespersen (1958, *apud* CORÔA, p. 55), há várias maneiras de expressar futuridade, todas elas matizadas pela modalidade.

Boléo (1965, p.96) afirma que “muito mais freqüentes que o valor temporal do futuro são os seus empregos modais, ou seja, aqueles em que não se trata de situar um acontecimento em determinado momento do porvir, em relação ao passado, mas, sim, de exprimir as disposições íntimas do indivíduo que fala, ou certos cambiantes de sentido”.

Sabe-se que as expressões futuras tratam de um tempo que está por vir ou acontecer, por conseguinte, é um tempo suposto, imaginado. Logo o futuro é apenas uma possibilidade. Corôa, em sua análise das formas futuras, formulou a hipótese de que o futuro expressa sempre um pensamento que parte do possível para a certeza: interpretações antecipadas sobre este movimento fornecem os empregos modais; interpretações posteriores fornecem os empregos temporais.

É inegável que o futuro tem afinidades modais com o subjuntivo, entretanto esse Modo parece inserir o processo em um vir-a-ser mais carregado de incertezas. Pode-se concluir que os usos modais jogam com a virtualidade inerente ao vir-a-ser, o que é transmitido pelo futuro, e principalmente pelo SbPt. No exemplo (159), cujas formas verbais encontram-se no SbPt, visualiza-se um evento hipotético, ou seja, um evento que, na verdade, não é nada mais do que uma simples conjectura. Assim, em (159), as formas verbais “*quisesse, encontrasse, desse*” não exprimem Aspecto. O mesmo ocorre com a forma perifrástica “*queria ser*”, que, na verdade, equivale à forma condicional “*quisesse*”.

No exemplo (160), as formas verbais “*for*” e “*vou morar*” encontram-se, respectivamente, no SbFt e no IdFt₁. Como já foi argumentado, tais formas não apresentam valor aspectual. Deve-se salientar que, tanto na língua falada rural, como na fala de pessoas cultas, o futuro é, em geral, marcado pela perífrase do verbo *ir* no IdPr seguido de um infinitivo. Na perífrase “*pode conformar*”, formada por um verbo modal seguido de If, prevalece uma noção modal que inibe a expressão do Aspecto. Tal fato também pode ser constatado na ocorrência abaixo, a qual apresenta todas as formas verbais indiferentes à expressão do Aspecto:

(163) O senhor *pode mandar buscar* e *faça* de mim o que *entender* (PB, C5, l. 89)

Em relação aos verbos modais, como *querer* e *poder*, acredita-se que os mesmos, quando sozinhos, são capazes de exprimir Aspecto, já que neste caso encontram-se plenos de

conteúdo semântico. Assim, numa frase como “Eu *queria* um vestido novo para ir à festa” ou “Eu *posso* tudo”, percebem-se, respectivamente, as noções aspectuais de duração e permanência.

Santos (1967, p.98) salienta que, em português, os verbos modais podem receber um caráter descritivo, o que lhes pode conferir um valor aspectual. Desse modo, enquanto em português é possível dizer “estou querendo”, em inglês não se pode dizer “I am willing”. Assim, baseando-se em Santos, compreende-se que, na língua portuguesa, seja em sua modalidade culta ou não, os verbos modais, a depender do contexto em que apareçam, podem exprimir noções aspectuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigou-se a realização da expressão aspectual por falantes analfabetos da zona rural de três localidades pertencentes à região Nordeste do Brasil: Bahia, Paraíba e Pernambuco, tendo, como ponto de partida, a análise de dezoito contos populares recolhidos na década de 70 e publicados na coletânea *Contos Populares Brasileiros*; e por falantes urbanos escolarizados de Salvador, a partir da análise de um segmento do *corpus* do projeto NURC, também da década de 70, visando, assim, ressaltar normas lingüísticas específicas da linguagem rural, no que se refere à expressão da categoria em questão.

Foram levadas em consideração as conceituações de Castilho (1967) e Corôa (1985), porém com algumas modificações que se julgaram necessárias. Assim, define-se o Aspecto como a categoria lingüística que diz respeito ao tempo inerente ao evento, ou seja, o tempo necessário ao seu desenvolvimento, sem implicações com a enunciação. Também foram levados em conta alguns traços caracterizadores do Aspecto apresentados por Costa, entretanto com algumas restrições. Desse modo, admite-se que as noções semânticas no âmbito do Aspecto se referem à maneira como o tempo decorrido dentro dos limites do fato é tratado, isto é, se marca começo, duração, permanência, completamento ou repetição.

Discorda-se de Costa (1986) em relação à desconsideração do iterativo como um tipo aspectual, já que se entende que todo evento, ao desenrolar-se, poderá ter a sua duração ampliada através da repetição. Logo, acredita-se que a repetição faz parte do tempo intrínseco do processo, já que estende a duração do mesmo. Também diverge-se da autora em relação à percepção do perfectivo. Assim, neste trabalho, entende-se que o perfectivo também pode ter a sua temporalidade interna considerada pelo falante, e não apenas o imperfectivo, como salienta Costa. É que no caso do Aspecto perfectivo se enfatiza o ponto final do processo, e consequentemente, o estado que resulta deste processo.

Compreende-se que o conceito de tempo que se incorpora ao verbo tem duas faces: pode ser dêitico ou não-dêitico. O tempo dêitico diz respeito à localização do fato enunciado relativamente ao momento da enunciação, emitindo as noções de presente, passado, futuro e suas subdivisões, configurando, assim, a categoria de Tempo. Por oposição a esse tempo, tem-se o tempo não-dêitico, que é o tempo intrínseco ao evento, ou seja, o tempo inerente ao desenvolvimento de qualquer processo, sem relação direta com o momento da enunciação,

caracterizando a categoria de Aspecto. Deste modo, com base em Corôa, entende-se que Tempo e Aspecto são duas categorias solidárias, e não antagônicas, presentes em todos os verbos da língua. Apesar de estarem em íntima relação, são perfeitamente distintas.

Com base em Costa (1986) não se admite neste trabalho a distinção entre Aspecto e Modo de Ação como duas categorias distintas, já que prevalece o entendimento de que ambas as noções são baseadas sobre as mesmas distinções ontológicas. Aceita-se, assim, a existência de apenas uma categoria semântica – a do Aspecto – que se expressa nos níveis lexical e/ou morfológico, ou por outros recursos lingüísticos situados na fronteira entre esses dois níveis, como é o caso das perífrases – situação intermediária entre a lexicalização e a expressão por morfemas gramaticais.

Nesta pesquisa, tentou-se abordar a categoria de Aspecto também nos substantivos, adjetivos e advérbios. Mas como a categoria de Aspecto tem sido mais estudada nos verbos, optou-se por tratá-la, inicialmente, como uma categoria verbal. Ademais no *corpus* analisado, houve apenas uma ocorrência de substantivo com marca aspectual imperfectiva cursiva, e nenhum caso de adjetivos. Já em relação aos advérbios foi possível constatar uma presença mais significativa dessa classe, quanto à expressão da categoria. Assim, tanto na língua falada rural como na modalidade urbana culta, os advérbios que exprimem Aspecto são de natureza temporal, podendo marcar o resultado ou a iteração. Por fim, também são temporais as orações que, de alguma forma, contribuem para a expressão da categoria.

Ainda quanto aos advérbios, deve-se salientar que o advérbio “agora”, apontado por Castilho como característico da noção inceptiva, é muito habitual na língua falada rural. Entretanto, este advérbio não apresenta nenhuma marca aspectual, sendo utilizado pelos falantes como um mero marcador do discurso.

Discorda-se de Castilho quanto à aceitação do “Aspecto indeterminado”. Compreende-se aqui que a não determinação da categoria em questão equívale à ausência da mesma. Desse modo, se determinadas formas verbais são indiferentes à expressão do Aspecto, é porque nas mesmas, a categoria não se apresenta. Assim, admite-se que a oposição aspectual básica em português é o perfectivo (completude) *versus* o imperfectivo (não-completude).

Compreende-se que as noções de acabado e de inacabado não se relacionam apenas com o ponto dêitico da enunciação, como sugere Costa, mas também com o tempo intrínseco ao evento. Assim, se se considera que o evento está em seu pleno desenvolvimento é porque está emitindo o valor de não completude e se se considera a fase terminal, é porque se contempla o evento também a partir de seu término, expressando, portanto, o valor de completude.

Observou-se, no decorrer da análise dos dados do *corpus*, que o Aspecto de maior presença na língua falada rural é o perfectivo, o qual exprime um evento contemplado a partir de seu término ou de suas consequências. Desse modo, prevaleceu na língua falada rural, o Aspecto perfectivo pontual. A este Aspecto, seguiu-se também em grande proporção, o Aspecto imperfectivo cursivo, que se caracteriza por expressar um evento em seu pleno desenvolvimento, indicando, portanto, a noção de duração. Assim, dentre os matizes da noção cursiva, observou-se uma predominância do cursivo propriamente dito, seguido do cursivo progressivo e do cursivo permansivo.

Por sua vez, na modalidade urbana culta, prevaleceu o Aspecto imperfectivo cursivo e iterativo. No entanto, não houve ocorrências do incoativo. Vale ainda acrescentar que, em relação ao cursivo, o mesmo foi expresso em maior proporção pelas perífrases.

Pôde-se verificar que o valor aspectual, no *corpus*, decorre do semantema de verbos e substantivos, dos morfemas flexionais e derivacionais, dos adjuntos adverbiais, das perífrases e das orações subordinadas adverbiais. Em relação à flexão temporal, admite-se que os Tempos apresentam uma tendência aspectual. Assim, em geral, o IdPr e o IdPt₁ exprimem a duração; o IdPt₂ e o IdPt₃, a pontualidade. Não se aceita, por isso, a afirmação de certos autores de que os Tempos são imperfectivos e perfectivos.

Em uma investigação das formas de expressão do Aspecto por falantes analfabetos da zona rural baiana, pôde-se, então, perceber as seguintes características idiossincráticas da linguagem rural:

- uso freqüente de perífrases como recurso expressivo, as quais ocorrem, normalmente, com elipse do verbo auxiliar. Dessa forma, as flexões do Pa e do Gd chamam a atenção para a seguinte oposição: a do processo adquirido, e, portanto, completo e a do processo que ainda não ocorreu de fato, mas que está em andamento;

- uso do Gd, do IdPt₁ e da perífrase do verbo auxiliar *ir* conjugado no IdPt₂ seguido de um If para expressar a noção inceptiva. Nesses casos, deve-se observar se a noção de começo do processo encontra-se embutida em tais formas, já que haverá momentos em que o Gd expressará as noções cursiva e progressiva, e em que a referida perífrase indicará a noção de pontualidade;
- uso restrito do Aspecto inceptivo incoativo, o qual foi marcado por verbos terminados em –ECER que indicam fenômenos naturais e que derivam de adjetivos, podendo vir acompanhados de alguns adjuntos adverbiais de tempo;
- uso do IdPr, do Gd, IdPt₁ e algumas perífrases para a expressão da cursividade;
- ampliação da duração com a simples repetição do verbo;
- expressão da noção progressiva através do uso do Gd e das perífrase *ir, vir, sair* + Gd. No caso das perífrases, a noção aspectual decorre quase sempre do valor semântico do verbo auxiliar, acrescido ao Tempo verbal em que se encontra o verbo principal;
- uso do verbo *ter* no IdPr e no IdPt₁ para expressar a noção permansiva. Observou-se, nesses casos, um mecanismo nas relações flexão temporal-semantema verbal;
- uso da iteração, prevalecendo, neste caso, o Aspecto imperfectivo iterativo que foi expresso por meio de adjuntos adverbiais de tempo, por meio de perífrases, pelo IdPt₁ e por orações subordinadas adverbiais temporais;
- uso preferencial do IdPt₂ e do IdPr para expressar a pontualidade. Desse modo, o IdPr foi utilizado para expressar tanto a perfectividade como a imperfectividade.
- observou-se, na realização do Aspecto, a preocupação do falante com a clareza e a transmissão das idéias, a fim de tornar o enunciado mais expressivo e a comunicação mais eficaz, o que significa dizer que, como explica o Funcionalismo, o falante modifica a língua em função da interação verbal.

Por sua vez, os falantes urbanos escolarizados de Salvador apresentam, na expressão aspectual, as seguintes características:

- uso freqüente de perífrases para a expressão da categoria, omitindo, raramente, o verbo auxiliar;
- uso das perífrases *começar* + Gd e *começar* + a + If para expressar a noção inceptiva. Houve poucas ocorrências da noção inceptiva e, em todas elas, esse valor aspectual foi marcado, principalmente, pela última perífrase;
- uso do IdPr e, principalmente, de perífrases para a expressão de um fato em seu pleno desenvolvimento. Em relação às perífrases, houve uma grande ocorrência da *estar* + Gd;
- pouco uso do Gd com omissão do verbo auxiliar para a expressão da cursividade, havendo um uso maior do Gd, em outro contexto: nas orações subordinadas adverbiais temporais;
- o valor aspectual progressivo foi marcado pelo valor semântico do verbo auxiliar, que indica movimento e pelo sufixo –ECER do verbo principal;
- alguns adjuntos adverbiais também colaboraram para a noção progressiva;
- uso preferencial do IdPr para expressar o Aspecto permansivo, que também foi expresso pelos verbos *ser\estar* e pelo semantema dos verbos *viver* e *andar* (tanto isolados quando em perífrases);
- uso constante do IdPt₂C para expressar a iteração imperfectiva, além das orações subordinadas adverbiais temporais;
- uso do semantema, da flexão temporal do IdPt₂ e do IdPt₃C para expressar a pontualidade propriamente dita;
- uso da perífrase *estar* + Pa para expressar o resultado;

- uso constante de adjuntos adverbiais temporais, que imprimiram a forma verbal (normalmente flexionada no IdPr) em que co-ocorrem o valor de habitualidade do fato e, portanto, de repetição. Por sua vez, o valor semântico do verbo expressa fatos pontuais.

Em relação à hipótese que norteou a presente pesquisa, verificou-se que, na língua falada rural, algumas formas de expressão do Aspecto se apresentam diferentemente da modalidade urbana culta, enquanto outras, não.

Assim, na expressão da imperfectividade, apresentaram algumas diferenças os valores aspectuais de inceptividade, progressividade e iteratividade.

Quanto à noção inceptiva, observou-se que, há, na língua falada rural, uma predominância de dois tipos de construções perifrásticas: (i) a do verbo auxiliar *ir* conjugado no IdPt₂ seguido de um If e (ii) a do verbo auxiliar *começar* seguido de um Gd ou seguido de uma preposição mais o If .

Nesta última perífrase acima citada, é comum o falante rural utilizar, como variantes, as formas verbais *começar*, *tocar* e *pegar*.

Essas formas verbais funcionam como auxiliares aspectuais, uma vez que expressam o início do processo. Além disso, pode-se verificar que o verbo *começar* quando auxiliar apresenta o valor semântico do verbo pleno, confirmando, assim, um dos princípios de gramaticalização propostos por Hopper, a *persistência*.

O mesmo ocorre com verbos auxiliares que expressam movimento, como *ir*, *vir*, *sair*, os quais se apresentam gramaticalizados na expressão aspectual, emitindo o valor de progressividade.

Quanto à expressão da iteratividade imperfectiva, o falante culto faz uso constante do IdPt_{2C}, diferentemente do falante rural, que, como era de se esperar, não utiliza tal Tempo verbal, exprimindo o valor iterativo através da repetição.

Por outro lado, em relação à expressão da perfectividade, houve poucas diferenças entre as duas modalidades de língua estudadas, as quais se concentraram na forma de expressão da

resultatividade, visto que o falante culto se utiliza constantemente da perífrase *estar* + Gd, a qual não é utilizada pelo falante rural, que faz uso do advérbio *já* com o Pa e com o IdP₂.

Conforme já foi salientado na introdução, o *corpus* analisado é limitado e as amostras retiradas correspondem apenas a algumas possibilidades de realização do Aspecto, dentre várias outras. Desse modo, as descrições feitas, as análises e as classificações propostas não são de modo algum definitivas. Acredita-se, entretanto, que tal estudo pode ressaltar normas lingüísticas específicas da linguagem rural, no que se refere à expressão do Aspecto.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Doralice F. Xavier; ALBAN, Maria del Rosário Suárez Alban (Orgs.). **Contos populares brasileiros – Bahia**. Recife: Massangana, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BACHE, Carl. Aspect and Aktionsart: towards a semantic distinction. **Linguistics**, n. 18: 57-72, 1982.

BARRETO, Therezinha M^a Mello. **Conjunções**: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. 1999. Tese (Doutorado), PPGL/UFBA.

BARROS, Luiz Martins Monteiro de. **Princípios e métodos estruturais aplicados ao sistema verbal do português**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de doutorado, 1981.

_____. **Aspecto de tempo na flexão do verbo português**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 1974.

BARROSO, Henrique. **O Aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrônica**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 31. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENJAMIN, Roberto (Org). **Contos populares brasileiros – Pernambuco**. Recife: Massangana, 1994.

BERTUCCI, Roberlei Alves. **A auxiliaridade do verbo chegar em português brasileiro**. 1989. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, Paraná, 1989.

BÓLEO, Manuel de Paiva. Tempos e Modos em português. Contribuição para o estudo da sintaxe e da estilística do verbo, **Boletim de Filologia**, tomo III, fascs. 1 e 2. Imprensa Nacional de Lisboa, 1934-1935, p. 15-36.

_____. Os valores temporais e modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em português, **Biblos**, revista da Faculdade de Letras, Coimbra, v. 41, p. 87-115. 1965. (Miscelânea em homenagem ao Prof. Doutor J. Providência Costa).

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Princípios de lingüística geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

_____. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Rio de Janeiro, J. Ozon Editor, 1964.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS. Henriqueta Costa. Pretérito perfeito simples/preérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal, in: **Letras Soltas**, vol. 2. Secção de Lingüística. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1984, p. 11-53.

CARVALHO, José G. Herculano de. Ficar em casa/ ficar pálido: gramaticalização e valores aspectuais, in: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (Orgs.), **Estudos de Lingüística Portuguesa**. v. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 131-55. (Coleção Lingüística "Coimbra Editora").

_____. Temps et aspect: problèmes généraux et leur incidence en portugais, français et russe, in: _____. **Estudos Lingüísticos**, v. 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 199-235.

_____. de. Tempo e aspecto numas páginas de A Relíquia, in: _____. **Estudos Lingüísticos**, v. 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 237- 46.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967.

_____. Ainda o Aspecto Verbal. **EPA - Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, UNICAMP, n. 4, 1984.

_____. O projeto NURC e a sintaxe do verbo. In: **Estudos de Filologia e Lingüística**. São Paulo, TAQ/EDUSP, 1981, p. 269-88.

_____. Estruturalismo, História e Aspecto Verbal. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. especial, p. 151- 66, 1998.

_____. A gramaticalização. **Estudos lingüísticos e literários**. n. 19. Salvador: UFBA, 1997.

_____. Gramaticalização e sintaxe conversacional: problemas do Aspecto Verbal no Português, 2000. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SHÖNBERGER, A. (eds.) **Estudos de Gramática Portuguesa**. v.3. Frankfurt am Main, TFM. p. 17-46, 2000.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

CERQUEIRA, Vicente C. **O presente simples e progressivo do inglês e o presente do indicativo e progressivo do português**: um estudo comparativo. Dissertação (Mestrado em Letras.) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

COMRIE, B. **Aspect**: an Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems. Cambridge UK: Cambridge University Press, 1976.

CORÔA, Maria Luiza. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. Brasília: Thesaurus, 104p. 1985.

COSERIU, Eugênio. **Gramática, semântica, universales**: estudios de Lingüística funcional. Madrid, Gredos, 1978. (Biblioteca Románica Hispánica).

_____. Aspect verbal ou aspects verbaux? Quelques questions de théorie et de méthode. In: DAVID, Jean; MARTIN, Robert. (Orgs.). **La notion d'aspect**. Paris: Klincksiech, 1980. (Collection Recherches Linguistiques).

COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**: reflexão a partir de um fragmento do corpus do projeto Nurc. 1986. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **O aspecto em português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. (Coleção Diagrama, 10).

_____; CINTRA, Luis Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAHL, O. **On the Definition of the Telic-Atelic (Bounded – Nonbounded) Distinction**. New York: Academic Press, 1981.

DIETRICH, Wolf. **El aspecto verbal perifrástico en las lenguas románicas**. Madrid: Gredos, 1995.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. De algumas abordagens sobre o aspecto. **Revista do Gelne**, Ceará, v.2, n.1. p.33-36, 2000.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

FERREIRA, Júlia Scamparini. **A interpretação sociocognitivista dos dêiticos no discurso**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Uma nota sobre transitividade e aspecto. **DELTA**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 153-71, 1996.

FLORES, Valdir Nascimento. Para um estudo da categoria aspecto nos verbos do português do Brasil. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 116, p. 91-126, 1999.

_____; SILVA, Silvana. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no português do Brasil. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 35, n.3, p. 35-67, set. 2000.

FONSECA, Fernanda Irene. **Dêixis e pragmática lingüística, in: Introdução à lingüística Geral e portuguesa**, In: FARIA, Isabel Hub et al. Lisboa: Caminho, 1996, p. 437-45.

FUCHS, A. Aspecto verbal e dêixis. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. n. 15, Campinas: UNICAMP, 1988.

GIVÓN, T. Functionalism and grammar. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995. In: NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GODOY, E. **Aspectos do aspecto**. Campinas: 1992. 304 f. Tese (Doutorado em Lingüística) –Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

HOPPER, P. J. **On some principles of grammaticalization**. In: TRUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to grammaticalization*. V. 1. Philadelfia: John Benjamins Publishing Company, 17-36, 1991.

_____. Aspect and foregrounding in discourse. **Syntax and semantics**, 12, 1979b.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____; MANTOANELLI, Ivonne. As formas progressivas do português. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, UNICAMP, n. 5, p. 27-60, 1983.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**: curso médio. 15. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972. (Prefácio de Serafim da Silva Neto).

LYONS, John. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

MACALANE, Geraldo. **Análise comparativa do Aspecto em Português Europeu e nas Línguas Bantu**. Disponível em: <http://web.educom.pt/~pr2002/pdf/linguas_bantu.pdf> Acesso em 25 de jun. de 2007.

MORILAS, Luciana Romano. O aspecto verbal como característica de estaticidade ou dinamicidade. **Estudos Lingüísticos**, n. 28: 565-70, 1999.

NADALIN, Eduardo. **Aktionsart e Aspecto Verbal**: uma análise dessa distinção no polonês. Curitiba, 2005. 133 f.(Dissertação de mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. **Annual review of Anthropology**, v. 43, 1984, p. 97-117.

OLIVEIRA, Fátima. Tempo e aspecto. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al.. **Gramática da Língua Portuguesa**, 5. ed., revista e aumentada, Editorial Caminho: Lisboa, 2003. p.127-78.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português**: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDUFBA, 2002.

PROJETO de estudo da norma lingüística urbana culta no Brasil: Salvador. In: **Diálogos entre informante e documentador**. MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Orgs.). Universidade Federal da Bahia – Instituto de Letras, Salvador, 1994. (Projeto NURC/Salvador).

RISSI, Lurdes Theresinha. **A expressividade da semântica temporal e aspectual em S. Bernardo e Angústia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978. Dissertação de Mestrado. Mimeogr.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Serrina de Lima. **Um estudo exploratório do processamento de informação das interfaces na aquisição da linguagem**: o aspecto verbal no português. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia, Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

ROMAN, Elodia C. A Logical-Semantic Approach to Verbal Aspect. **Estudos Lingüísticos**, n. 29, p. 743-48, 2000.

SANTOS, Abílio de Jesus dos. Aspecto verbal e sua aplicação ao português. **ROMANITAS**, n. 8, 1967.

SCOTT, Dinorah Lessa de P. Uma Questão de Aspecto. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, Campinas, n. 25: 33-47, 1995.

SHIRAI, Yasuhiro. The acquisition of tense-aspect morphology and the regular irregular debate. **ZAS Papers in Linguistics**, New York, USA, n. 29, p. 195-209, 2003. (Cornell University).

SILVA, S.; FLORES, V. N. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, p. 35-67, 2000.

SLABAKOVA, Roumyana (2002). Recent research on the acquisition of aspect: na embarrassment of riches?. **Educations Resources Information Center**, v. 18, n. 2, p. 172-88. Apr. 2002. Disponível em: < <http://www.eric.ed.gov/> > Acesso em: 23 nov. 2007.

SMITH, C. **The parameter of aspect**. Dordrecht: Kluwer, 1997.

SOARES, Maria Aparecida B.P. **A Semântica do Aspecto Verbal em Russo e em Português**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. (Coleção Teses).

SPULDARO, Eliane Rauber Spuldaro. **A aquisição de distinções aspectuais em português como segunda língua por falantes nativos de inglês: o exemplo dos pretéritos perfeito e imperfeito**. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Rio Grande do Sul: Faculdade de Letras da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2005.

SQUARTINI, M. **Verbal Periphrases in Romance: aspect, actionality and grammaticalization**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.

TELLES, Célia Marques. **As categorias de modo, tempo e aspecto em textos românicos do século XVI**. 1982. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador 1982.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. Uberlândia: Imprensa Universitária, 1981.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira; PIMENTEL, Altamar de Alencar (Orgs). **Contos populares brasileiros – Paraíba**. Recife: Massangana, 1996.

WAGNER, Laura. **The semantics and acquisition of time in language**. 1998. 188f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) - Faculties of the University of Pennsylvania, 1998.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos em el lenguaje**. Madrid: Gredos, 1974.

WILMET, Marc. Aspect grammatical, aspect sémantique, aspect lexical: un problème de limites. In: DAVID, Jean; MARTIN, Robert (Orgs.), **La notion d'Aspect**. Paris, Klincksiech, 1980. (Collection Recherches Linguistiques).

ZEMB, J. M. L'aspect, le mode et le temps, in: **La Notion d'Aspect**, p. 83-110.

ANEXOS

A seguir, são apresentadas, de forma esquemática, algumas propostas de abordagem da categoria lingüística do Aspecto para o português:

A) CASTILHO (1967)

VALORES	ASPECTOS
Duração	<p><u>IMPERFECTIVO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☒ Inceptivo <ul style="list-style-type: none"> • <u>Inceptivo propriamente dito</u>: <i>Principiou a falar pausadamente, depois agitou-se, parecia louco.</i> • <u>Inceptivo incoativo</u>: <i>A noite adormecia sobre a terra, cálida, tranquila.</i> ☒ Cursivo <ul style="list-style-type: none"> • <u>Cursivo propriamente dito</u>: <i>Estou observando você há muito tempo.</i> • <u>Cursivo progressivo</u>: <i>A amizade entre os dois políticos estreitava-se.</i> ☒ Terminativo: <i>Terminada a festa, retiraram-se os convidados.</i>
Completamento	<p><u>PERFECTIVO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☒ Pontual: <i>Acabou de concordar conosco.</i> ☒ Resultativo: <i>Quem morreu, morreu.</i> ☒ Cessativo: <i>Já tive uma letra tão linda e agora ...</i>
Repetição	<p><u>ITERATIVO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☒ Iterativo imperfectivo: <i>Você precisaria ouvir o que tenho ouvido.</i> ☒ Iterativo perfectivo: <i>O Senhor sempre responde bem.</i>
Negação da duração e do completamento	<p><u>INDETERMINADO</u></p> <p style="text-align: center;"><i>A terra gira em torno do sol.</i></p>

Fonte: da autora

B) TRAVAGLIA (1981)

NOÇÕES ASPECTUAIS			ASPECTOS	
I.DURAÇÃO	1.Duração	A. Contínua	a. Limitada	DURATIVO
			b. Ilimitada	INDETERMINADO
		B. Descontínua	a. Limitada	ITERATIVO
			b. Ilimitada	HABITUAL
2. Não-Duração ou Pontualidade			PONTUAL	
II. FASES	1. Fases de Realização	A. Por Começar	NÃO-COMEÇADO	
		A' Preste a Começar (ao lado do aspecto há uma noção temporal)		
		B. Não-Acabado ou Começado	NÃO-ACABADO ou COMEÇADO	
		C'. Acabado há pouco (ao lado do aspecto há uma noção temporal)	ACABADO	
	C. Acabado			
	2. Fases de Desenvolvimento	A. Início (no ponto de início ou nos primeiros momentos)	INCEPTIVO	
		B. Meio	CURSIVO	
		C. Fim (no ponto de término ou nos últimos momentos)	TERMINATIVO	
	3. Completamento	A. Completo	PERFECTIVO	
		B. Incompleto	IMPERFECTIVO	
Ausência de noções aspectuais			Aspecto não atualizado	

Fonte: Costa (1986)

C) COSTA (1986)

VERBOS

OPOSIÇÃO ASPECTUAL BÁSICA	
<ul style="list-style-type: none"> Fato referido globalmente, não marcado para as nuances da constituição temporal interna. 	<p>PERFECTIVO: <i>Quantos quilos eu emagreci?</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> Fato referido com marca de constituição temporal interna. Por vezes, semanticamente restrito a lexemas que incluam o traço [+durativo]. 	<p>IMPERFECTIVO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Imperfectivo em curso: <i>Estou estudando.</i> Imperfectivo de fase inicial: <i>Comecei a arrumar a casa pela manhã.</i> Imperfectivo de fase intermediária: <i>Continuo arrumando a casa.</i> Imperfectivo de fase final: <i>Só acabei de arrumar a casa à noite.</i> Imperfectivo resultativo: <i>O trabalho está terminado.</i>

SUBSTANTIVOS

FORMAS PERFECTIVAS	FORMAS CURSIVAS	FORMAS RESULTATIVAS
doutor	doutoramento	Doutorado
evangelho	evangelização	evangelizada
consciência	conscientização	conscientizada

ADJETIVOS

FORMAS PARTICIPIAIS (imperfectivo resultativo)	FORMAS ADJETIVAIS (perfectivo)	FORMAS ADJETIVAIS EM -NTE (imperfectivo cursivo)
modernizada	Moderna	Modernizante
habilitada	Hábil	Habilitante
intelectualizadas	Intelectuais	intelectualizantes

Fonte: da autora